segunda-feira
31
mar/2025

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.435 | Ano CXXXII
www.imprensaoficial.am.gov.br

Governo do Amazonas reinaugura Caic Alexandre Montoril reformado e com novos equipamentos

A reforma do Caic faz parte da reorganização da rede de assistência em pediatria, executada pelo programa Saúde Amazonas

O Governo do Amazonas reinaugurou, no dia 14 de março, o Centro de Atenção Integral à Criança (Caic) Alexandre Montoril, no bairro Petrópolis, zona sul de Manaus, o 6º reformado e entregue pela atual gestão para fortalecer a assistência em saúde de crianças e adolescentes. Também foi lançado oficialmente o serviço Caic TEA, atendimento multidisciplinar voltado para crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

"Nós estamos, desde o início do mandato, fazendo uma reformulação em toda essa rede infantil, resolvendo alguns problemas. A reforma que estamos fazendo nos Caics não é apenas uma reforma estrutural, mas sim na metodologia, no atendimento, na ampliação de serviços para essas unidades de saúde", afirmou o governador Wilson Lima, durante a solenidade de reinauguração do Caic, que já está em funcionamento.

A entrega do novo Caic Alexandre Montoril faz parte da reorganização da rede de assistência em pediatria, executada pelo programa Saúde Amazonas. O espaço fará o atendimento inicial de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, reunindo serviços em pediatria, psicologia, odontologia e sala de vacina. E o direcionamento para outros especialistas está sendo feito no modelo Caic+Especialidades, unidades que recebem a faixa etária até 17 anos.

O governador Wilson Lima vistoriou a obra em fevereiro, aproveitando para adiantar a reabertura do Caic Edson Melo, no bairro Zumbi, zona leste, também para março deste ano. As duas unidades fazem parte do planejamento que inclui a revitalização de 11 centros de atendimento à criança pelo Governo do Amazonas, reforçando a atenção básica e serviços de média complexidade para este público.

A unidade da zona sul recebeu serviços nas áreas interna e externa, com pintura geral do prédio, revisão das instalações elétricas, hídricas e sanitárias, intervenções nas salas dos consultórios médicos, banheiros, setores administrativos, recepção e área de espera. O investimento foi de R$ 1,8 milhão, incluindo a obra e a aquisição de mobiliário e equipamentos.

A moradora do bairro Petrópolis, Taiane Arcos, de 33 anos, é mãe de duas crianças, de 2 e 4 anos. Segundo ela, a reabertura do Caic significa maior facilidade de acesso para as famílias da comunidade.

"Está bem bonito (o Caic). Eu achei muito bom, porque às vezes a gente tinha que ir para a fila cedo. E aqui é mais perto de casa, facilita mais as nossas vidas e das outras pessoas", disse a moradora.

Diego Peres/Secom



A reinauguração do Caic Alexandre Montoril integra a reformulação em toda a rede infantil do Estado, estrutural e também na metodologia, no atendimento e na ampliação de serviços



As reformas dos Caics são fruto da parceria entre a Secretaria de Estado de Saúde (SES-AM), o Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (FPS) e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (Seinfra), que executou os trabalhos.

Entregas

Desde 2021, outros cinco centros tiveram as reformas concluídas pelo Estado e foram reinaugurados para a população. São eles: Caics Dr. Afrânio Soares, no Parque 10, zona centro-sul; Dra. Maria Helena Freitas de Góes, no Colônia Terra Nova, zona norte; Ana Maria Braga, no São José, zona leste; Dra. Josephina de Mello, no Colônia Oliveira Machado, zona sul; e Dr. Alberto Carreira, na Compensa, zona oeste.

Os Caics José Carlos Mestrinho, José Contente, Gilson Moreira e Moura Tapajós estão com obras em andamento e não tiveram atendimentos suspensos. Os serviços estão sendo oferecidos em outros equipamentos públicos, como escolas e centros de ensino. A reinauguração das quatro unidades está prevista para o segundo semestre de 2025.

Em Manacapuru, primeiro Prato Cheio do interior já serviu mais de 290 mil refeições

Unidade marcou o início da expansão do programa para outros municípios e tem gerado um impacto positivo, transformando a vida da população

Kerolyn Leigue/Seas



Administrado pela Secretaria de Estado de Assistência Social (Seas), o restaurante popular Prato Cheio de Manacapuru (a 68 quilômetros de Manaus) foi o primeiro a ser inaugurado pelo Governo do Amazonas no interior do estado, em 2021. A unidade marcou o início da expansão do programa para outros municípios e vem gerando um impacto positivo, transformando a vida da população, especialmente a de Manacapuru.

No município, a unidade está localizada na rua Quintino Bocaiuva, nº 1.288, bairro Centro, funcionando de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h. Inaugurado no dia 2 de dezembro de 2021, a unidade já serviu mais de 290 mil refeições até hoje.

O Prato Cheio de Manacapuru reforça o compromisso do Governo do Amazonas de garantir segurança alimentar para pessoas em situação de vulnerabilidade

Desde sua implantação, o Prato Cheio de Manacapuru tem garantido a dignidade e apoio a muitas famílias na região, como é o caso da Walderiza Monteiro, 60, que trabalha como feirante e não tinha um local acessível para almoçar, antes da unidade do Prato Cheio ter chegado a Manacapuru.

"Eu trabalho como feirante e antes eu não tinha onde almoçar, precisava ir em casa para me alimentar, mas com a abertura desse restaurante, com apenas R$ 1, consigo comprar um prato de comida. A comida também é uma delícia, todos os pratos são meus favoritos, sempre venho aqui na companhia de meus netinhos", contou.

Outra beneficiada com o programa, no município de Manacapuru, é Rosenilda Pereira, 59. Ela conta que não tinha condição de pagar por um almoço se quisesse. Mas, agora, com o Prato Cheio ela tem acesso à refeição de qualidade e segurança alimentar.

"Quando eu fazia o trajeto de ir ao centro e na volta queria almoçar, era sempre muito caro e eu não tinha condições de pagar. Mas, agora, a gente tem a opção de comer aqui. Um local bom e barato que atende os mais necessitados", disse.



Além de proporcionar dignidade, segurança alimentar e refeição de qualidade por um preço acessível, o programa Prato Cheio também gera emprego e renda aos colaboradores que trabalham para atender a população. Em Manacapuru, são dez funcionários treinados e capacitados para o serviço.

A secretária titular da Seas, Kely Patrícia, destaca o avanço das políticas públicas da Assistência Social com a expansão do programa Prato Cheio para as comunidades do interior, tendo como ponto de partida o município de Manacapuru.

"A expansão do programa para além da capital reforça o compromisso do Governo do Amazonas com a assistência social, garantindo que as famílias que vivem em áreas distantes tenham acesso a um alimento nutritivo e digno, com segurança alimentar. O Prato Cheio de Manacapuru já serviu mais de 290 mil refeições, desde a sua inauguração, e isso é um grande avanço se levarmos em consideração que o município não tinha unidade do Prato Cheio", avaliou.

Prato Cheio

O Prato Cheio é um programa social que tem como público-alvo as pessoas em situação de vulnerabilidade, entre os quais desempregados, pessoas com deficiência, trabalhadores informais e mulheres que chefiam famílias e que se encontram em situação de extrema pobreza, pobreza ou baixa renda. O programa tem 44 unidades em funcionamento, sendo 18 em Manaus e 26 no interior.

O programa é dividido em dois serviços distintos: nos restaurantes populares, o almoço é vendido pelo valor simbólico de R$ 1, de segunda a sexta-feira, das 8h às 13h. Nas cozinhas populares, a sopa é gratuita e cada pessoa atendida tem direito a 1 litro do alimento, de sabores variados, de segunda a sábado, também das 8h às 13h.

Governo do Amazonas reforça importância de união com municípios para avanços em saneamento básico

Desde 2019, o Governo do Estado tem ampliado ações para garantir saneamento básico de qualidade na capital e nos municípios do interior

Tiago Corrêa/UGPE



O Governo do Amazonas reforçou a importância da união com os municípios para avanços no setor, principalmente nos serviços de tratamento de água e coleta de esgoto, durante o 2º Workshop sobre Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico, no dia 13 de março, quando foram destacadas as medidas adotadas pelo Governo do Estado para fortalecer o saneamento, resultando na melhoria da qualidade de vida, bem-estar e saúde da população.

"Quando se fala de saneamento básico é um desafio, porque pouca gente consegue ver o resultado a curto prazo e carece de um investimento muito significativo. Nós temos muita clareza que, com o passar do tempo, o saneamento é fundamental e está intrinsecamente relacionado à qualidade de vida das pessoas, tendo um efeito imediato na questão da saúde", afirmou o governador Wilson Lima.

Diego Peres/Secom



Considerado uma área desafiadora para os gestores, sobretudo para o interior do Amazonas, o tema foi tratado no 2º Workshop sobre Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico

De acordo com o governador, o saneamento básico é uma área desafiadora para os gestores, sobretudo para o interior do Amazonas. Por conta disso, ele apontou a relevância de políticas públicas em consonância com o Governo Federal, dividindo a responsabilidade entre os entes para garantir a universalização do serviço.

"Nós temos caminhado com o novo Marco do Saneamento Básico. Instituímos, recentemente, a Lei da Microrregião de Saneamento Básico. Isso permite e faz com que as prefeituras possam receber esse aporte federal, podendo trabalhar de forma consorciada com o Governo do Estado para avançar nessa política pública", acrescentou o governador do Amazonas.

O evento, organizado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (Sedurb), Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE) e Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama), contou com a participação de prefeitos do interior, representantes de todos os municípios do Amazonas e de instituições públicas.

Novo modelo

O novo modelo para regionalização do saneamento básico, a Microrregião de Saneamento Básico (MRSB), vai ao encontro do Marco Legal do Saneamento com a meta de chegar, até 2033, com 99% da população atendida com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto.

A MRSB é uma autarquia criada por meio da Lei Complementar nº 272/2025, sancionada pelo governador Wilson Lima, no dia 9 de janeiro. O workshop teve o objetivo de compartilhar com prefeitos, representantes de municípios e outros atores envolvidos as informações sobre a implementação do novo modelo, bem como o Regimento Interno provisório da MRSB, elaborado pelo Estado.

Investimentos

Desde 2019, o Governo do Amazonas tem ampliado ações para garantir saneamento básico de qualidade na capital e nos municípios do interior. Na capital, o governador Wilson Lima inaugurou, em 2021, a maior Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da região Norte do País, com capacidade para tratar até 300 litros por segundo.

Pelo Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior (Prosamin+) na comunidade da Sharp, zona leste, está prevista a instalação de 60 quilômetros de esgotamento sanitário na área do Igarapé do 40. O Programa de Saneamento Integrado de Maués (Prosai Maués), inaugurado em 2019, garantiu a captação, reserva e distribuição de água potável para 90% da população. E em Parintins, com obras iniciadas em setembro de 2024, o Prosai Parintins tem previsão de construção de centros de reservação, recuperação de poços e rede de coleta de esgoto.

E a Companhia de Saneamento do Amazonas (Cosama) também expandiu os trabalhos assumindo o abastecimento de água em três municípios desde 2019, totalizando 15 cidades geridas pela companhia.

Sefaz-AM realiza primeiro sorteio regional da Nota Fiscal Amazonense para 26 municípios

Divulgação/Sefaz-AM



Para os sorteios, o Estado foi dividido em seis grandes regiões, conforme as calhas da Bacia Amazônica, e a cada mês uma região será contemplada seguindo um sistema de rodízio

O primeiro sorteio regional contemplou os cidadãos das regiões norte, oeste e, excepcionalmente, da região centro

O Governo do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas (Sefaz-AM), realizou o primeiro sorteio regional da Campanha Nota Fiscal Amazonense (NFA), no dia 19 de março, junto com o sorteio mensal. Os sorteios regionais não substituem e nem impedem a participação nos sorteios mensais, diários e anuais da Campanha. Para esses sorteios, o Estado foi dividido em seis grandes regiões, conforme as calhas da Bacia Amazônica. A cada mês uma região será contemplada seguindo um sistema de rodízio.

No sorteio regional são distribuídos R$ 30 mil em prêmios para os cidadãos participantes, sendo mil reais para cada um, e R$ 12 mil distribuídos para as entidades beneficiadas pelos ganhadores. E no sorteio mensal os prêmios variam entre R$ 5 mil e R$ 20 mil para os sorteados, e de R$ 2 mil a R$ 8 mil para as entidades sociais indicadas beneficiadas.

O primeiro sorteio regional, transmitido pela TV e Rádio do Sistema Encontro das Águas (Canal 2.1 e FM 97,7), contemplou os cidadãos das regiões norte e oeste do Amazonas (Tabatinga, Amaturá, Atalaia do Norte, Barcelos, Benjamin Constant, Carauari, Japurá, Juruá, Jutaí, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo de Olivença e Tonantins).

Excepcionalmente, neste primeiro, também foram sorteados os cidadãos inseridos na região centro (Manacapuru, Alvarães, Anamã, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari, Codajás, Fonte Boa, Maraã, Tefé e Uarini), e os contemplados foram anunciados no dia 20 de março.

Os sorteios regionais não substituem e nem impedem a participação nos sorteios mensais, diários e anuais da Campanha. Ou seja, quem já participa da NFA agora terá ainda mais oportunidades de ganhar.

Para esses sorteios, o Estado foi dividido em seis grandes regiões, conforme as calhas da Bacia Amazônica. A cada mês uma região será contemplada seguindo um sistema de rodízio, conforme o regulamento disponível no site da Campanha.

Como participar

A Campanha é promovida pelo Governo do Amazonas e gerenciada pela Sefaz, por meio do Núcleo de Educação Fiscal. Para concorrer aos sorteios, o consumidor deve se cadastrar no portal nfamazonense.sefaz.am.gov.br e incluir o CPF na Nota Fiscal (NFC-e ou NF-e) ao realizar suas compras.

Mais de 560 mil CPFs estão cadastrados na Campanha que, além dos sorteios mensais e agora os regionais, tem sorteios diários e especiais (anuais). Sendo os diários com prêmios instantâneos de R$200,00 até R$ 1 mil e os especiais com premiações que vão de R$10 mil até 50 mil reais.

Para quem já está cadastrado na Campanha Nota Fiscal Amazonense é fundamental manter os dados atualizados para aproveitar todos os benefícios e garantir a participação sem problemas. Com informações atualizadas, evita-se contratempos no recebimento de prêmios.

segunda-feira
31
mar/2025

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.435 | Ano CXXXII
www.imprensaoficial.am.gov.br

PODER EXECUTIVO - SEÇÃO I

GOVERNADORIA

Governador do Estado do Amazonas
WILSON MIRANDA LIMA

Vice-Governador do Estado do Amazonas
TADEU DE SOUZA SILVA

Secretaria de Estado da Casa Civil
FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO

Secretaria de Estado da Casa Militar
CORONEL QOPM FABIANO MACHADO BÓ

Secretaria de Governo
SERGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO

Procuradoria Geral do Estado – PGE
GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ

Controladoria Geral do Estado – CGE
JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO

Secretaria de Estado de Comunicação Social – SECOM
JOSICLÉCIA GOMES NOGUEIRA

Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais, com sede em Brasília – Distrito Federal – SERFI
INÊS CAROLINA BARBOSA FERREIRA SIMONETTI CABRAL

Escritório de Representação do Governo, em São Paulo – ERGSP
ALFREDO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ
ALEX DEL GIGLIO

Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD
ANDREZA HELENA DA SILVA (Respondendo)

Secretaria de Estado de Saúde – SES
NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC
ARLETE FERREIRA MENDONÇA

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa – SEC
CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado de Segurança Pública – SSP
Coronel QOPM MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP
PAULO CESAR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR

Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA
CARLOS HENRIQUE DOS REIS LIMA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – SEDURB
MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO (Respondendo)

Secretaria de Estado das Cidades e Territórios – SECT
RENATA QUEIROZ PINTO MUSTAFA

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC
JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA

Secretaria de Estado da Assistência Social – SEAS
KELY PATRICIA PAIXÃO SILVA

Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA
EDUARDO COSTA TAVEIRA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI
SERAFIM FERNANDES CORRÊA

Secretaria de Estado de Energia, Mineração e Gás - SEMIG
RONNEY CESAR CAMPOS PEIXOTO

Secretaria de Estado de Produção Rural – SEPROR
DANIEL PINTO BORGES

Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPA
ALESSANDRO COHEN MELO

Secretaria de Estado de Proteção Animal - SEPET
LEDA MARIA MAIA XAVIER

Secretaria de Estado do Desporto e Lazer – SEDEL
JORGE ELIAS COSTA DE OLIVEIRA

Defesa Civil do Amazonas
Coronel QOBM FRANCISCO FERREIRA MÁXIMO FILHO

Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE
MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPELO

Unidade de Gerenciamento do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas - UGP-PADEAM
THEREZINHA RUIZ DE OLIVEIRA

Centro de Serviços Compartilhados – CSC
WALTER SIQUEIRA BRITO

Polícia Civil do Estado do Amazonas– PC
BRUNO DE PAULA FRAGA

Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM
Coronel QOPM MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM
Coronel QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ

AUTARQUIAS

Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA
JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR

Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN
DAVID FERNANDES DOS SANTOS

Junta Comercial do Estado do Amazonas – JUCEA
MARIA DE JESUS LINS GUIMARÃES

Superintendência Estadual de Habitação – SUHAB
JIVAGO AFONSO DOMINGUES DE CASTRO

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas – IPEM-AM
RENATO MARINHO BEZERRA JUNIOR

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM
GUSTAVO PICANÇO FEITOZA

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM
ELIANE FERREIRA DA SILVA

Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM
FÁBIO HENRIQUE DOS SANTOS ALBUQUERQUE

Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias – SNPH
JORGE DE ALMEIDA BARROSO

Instituto de Defesa do Consumidor – PROCON/AM
JALIL FRAXE CAMPOS

Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM
RICARDO MENDES LASMAR

Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF
JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA

FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON
GERSON ANTÔNIO DOS SANTOS MOURÃO

Fundação de Vigilância em Saúde do Estado do Amazonas "Dra. ROSEMARY COSTA PINTO" – FVS-RCP
TATYANA COSTA AMORIM RAMOS

Fundação de Medicina Tropical "Doutor Heitor Vieira Dourado – FMT-AM
MARCUS VINITIUS DE FARIAS GUERRA

Fundação Hospitalar e Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SAMPAIO CARVALHO

Fundação Hospitalar Alfredo da Matta – FUHAM
CARLOS ALBERTO CHIRANO RODRIGUES

Fundação Hospital "ADRIANO JORGE" – FHAJ
AYLLON MENEZES DE OLIVEIRA

Fundação Hospital do Coração "FRANCISCA MENDES" – FHCFM
ROBERTA CAROLINA BARBOSA DO NASCIMENTO

Fundação Televisão e Rádio Cultura do Amazonas – FUNTEC
OSWALDO JODAS LOPES FILHO

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM
MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas – AMAZONPREV
ARY RENATO VASCONCELOS DE SOUZA

Universidade do Estado do Amazonas – UEA
ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB

Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas – FEPIAM
NILTON MAKAXI

Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUnATI
EULER ESTEVES RIBEIRO

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM
LINCOLN NUNES DA SILVA

Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas – CIAMA
ANTÔNIO ALUÍZIO BRASIL BARBOSA FERREIRA

Companhia de Gás do Estado do Amazonas – CIGÁS
HERALDO BELEZA DA CÂMARA

Companhia de Saneamento do Amazonas – COSAMA
DENISON LOPES GAMA

EMPRESAS PÚBLICAS

Empresa Estadual de Turismo – AMAZONASTUR
IAN HENDERSON CARMO RIBEIRO

Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM
MARCOS VINÍCIUS CARDOSO DE CASTRO

Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS
MICHELLE MACEDO BESSA

Companhia Amazonense de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos – CADA
ACRAM SALAMEH ISPER JR

SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS

Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental – AADESAM
BRENO PENHA SOUZA SERRA

Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC
EDVAL MACHADO JUNIOR

SUMÁRIO

CADERNO I - PODER EXECUTIVO - Seção I
Leis ... 3
Decretos numerados ... 3
Decretos nominais ... 4

CADERNO II - PODER EXECUTIVO - Seção II
Secretaria de Estado da Casa Civil ... 1
Secretaria de Estado da Casa Militar ... 1
Controladoria Geral do Estado - CGE ... 2
Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ ... 3
Secretaria de Estado de Saúde - SES-AM ... 3
Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar- SEDUC ... 4
Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC ... 8
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP ... 9
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP ... 11
Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA ... 11
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC ... 12
Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS ... 12
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA ... 12
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI ... 13
Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR ... 14
Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais - SERFI ... 14
Secretaria de Estado do Desporto e Lazer - SEDEL ... 14
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEDURB ... 14
Centro de Serviços Compartilhados – CSC ... 15
Polícia Civil do Estado do Amazonas – PC ... 15
Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM ... 16
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM ... 16
Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA ... 16
Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN ... 17
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM ... 21
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM ... 23
Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM ... 23
Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF ... 24
Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON ... 24
Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM ... 24
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM ... 25
Universidade do Estado do Amazonas - UEA ... 25
Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUNATI ... 26
Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM ... 26
Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM ... 26
Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM ... 34
Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC ... 34

CADERNO III - MUNICIPALIDADES
Apuí ... 1

CADERNO IV - PUBLICAÇÕES DIVERSAS
Condomínios ... 1
Empresas Privadas ... 1
Hospital Delphina Rinaldi Aziz ... 2
UPA 24hs - Campos Sales ... 5

NESTA EDIÇÃO: 62 PÁGINAS

AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO

imprensa oficial GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente

ANTONIO DIAS DA CUNHA NETO
Diretor de Operações

NÚBIA MACIEL BARRETO
Diretora de Gestão-Financeira

Consulte o Diário Oficial na internet através do site:
www.imprensaoficial.am.gov.br
Fone: (92) 2101-7500

Rua Doutor Machado nº 86 - Centro
Cep: 69020-015
Manaus - Amazonas

Diário Oficial Eletrônico
Para dúvidas, sugestões e ou reclamações, use nossos canais de atendimento.
Segunda a Sexta-feira, das 8h às 17h.
Sistema IOANEWS: (92) 2101-7500
doe.suporte@imprensaoficial.am.gov.br
@imprensaoficialamazonas

VÁLIDO SOMENTE COM AUTENTICAÇÃO

LEI N.º 7.427, DE 31 DE MARÇO DE 2025

ALTERA, na forma que especifica, a Lei n.º 5.121, de 15 de janeiro de 2020, que "*Institui a semana estadual da Tireoide.*"

FAÇO SABER a todos os habitantes que a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA decretou e eu sanciono a presente

L E I:

Art. 1.º Fica acrescido o art. 1.º- A e art. 1.º - B à Lei n.º 5.121, de 15 de janeiro de 2020, com a seguinte redação:

"***Art. 1.º- A***. *São diretrizes da Campanha ora instituída:*

I *- conscientizar sobre os fatores de risco do câncer de tireoide e as formas de prevenção*;

II *- informar sobre os sintomas da doença e a importância do diagnóstico precoce, do acompanhamento médico e da realização de monitoramento regular dos níveis hormonais*;

III *- orientar sobre a importância do autoexame*;

IV *- orientar e chamar a atenção da população sobre as principais disfunções da tireoide*;

V *- estimular a instituição de políticas públicas que visem à prevenção e ao acesso ao tratamento da tireoide*; *e*

VI *- estimular a realização de palestras, bem como a postagem nas redes sociais e a divulgação pela mídia, que tenham por objeto o caráter educativo sobre a doença.*

Art. 1.º- B. *As ações de conscientização, incentivo ao cuidado e promoção do tema objeto desta Lei poderão ser desenvolvidas através de reuniões, palestras, cursos, oficinas, seminários, rodas de conversa, mutirões de atendimento, distribuição de material informativo, entre outras, sempre priorizando a conscientização e o apoio à população.*"

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218403

DECRETO Nº 51.491, DE 31 DE MARÇO DE 2025

PRORROGA o Grupo de Trabalho instituído por meio do Decreto n.º 49.374 de 26 de abril de 2024, que "***DISPÕE*** *sobre a criação do Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES, e dá outras providências*", e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 54, IV da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO que por intermédio do Decreto n.º 49.374 de 26 de abril de 2024, foi criado, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES, o Grupo de Trabalho com a finalidade de identificar e superar obstáculos, aperfeiçoar a gestão dos serviços de saúde, incluindo o abastecimento e logística de medicamentos e produtos para saúde, bem como melhorar a eficiência e eficácia dos serviços oferecidos à população;

CONSIDERANDO a importância de um esforço coordenado e estratégico para enfrentar as complexidades assistenciais, finalísticas e de atividade meio no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES;

CONSIDERANDO que o Artigo 6.º do Decreto n.º 49.374, de 26 de abril de 2024, prevê a possibilidade de prorrogação;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 847/2025-GAB/SES-AM, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.017101.011740.2024-74,

DECRETA:

Art. 1.º Fica prorrogado, a partir de 1.º de abril de 2025, por 12 (doze) meses, o prazo de duração do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n.º 49.374 de 26 de abril de 2024, com o objetivo de assegurar a continuidade no enfrentamento das dificuldades e complexidades assistenciais, finalísticas e na atividade-meio no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SES.

Art. 2.º As despesas decorrentes do disposto neste Decreto correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria de Estado de Saúde, consignada no orçamento do Poder Executivo.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1.º de abril de 2025.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218427

DECRETO Nº 51.492, **DE 31 DE MARÇO DE 2025**

AUTORIZA a celebração e a aceitação de doação do imóvel de propriedade de **NELSON ADALBERTO CARVALHO DA SILVA**, que especifica, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 54, inciso IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 15 da Lei n.º 2.754, de 29 de outubro de 2002;

CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD, por intermédio do Parecer n.º 004/2025 - CPAT/SEAD, bem como da manifestação da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, por intermédio da Nota Técnica n.º 008/2024-OBRAS/DEGEP/SEAP, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.003509/2024-00,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica autorizada a celebração de doação e respectiva aceitação, em favor do Estado do Amazonas, do imóvel de propriedade de **NELSON ADALBERTO CARVALHO DA SILVA**, matriculado sob o n.º 2.341A, Livro n.º 2-M, fl. 24, do 2.º Ofício de Registro de Imóveis de Coari/AM, objetivando a utilização para Construção de uma Unidade Prisional no Município de Coari/AM.

Art. 2.º Fica delegada competência ao Procurador Geral do Estado, para representar o Estado do Amazonas na escrituração da doação, autorizadas a aceitação e ao recebimento do imóvel.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

PAULO CESAR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218428

DECRETO Nº 51.493, DE 31 DE MARÇO DE 2025

ENQUADRA por Progressão Horizontal, o servidor da Procuradoria Geral do Estado, que identifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a proposta de acordo apresentada pelo Estado do Amazonas e aceita por **JEFFERSON DA COSTA CORDEIRO**;

CONSIDERANDO a **SENTENÇA DO MM. JUIZ DE DIREITO DO 3.º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA**, proferida nos autos da Ação Ordinária n.º 0091784-43.2024.8.04.1000, que homologou o acordo firmado entre as partes, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea *b*, do CPC;

CONSIDERANDO a orientação da Procuradoria Geral do Estado contida nos Ofícios n.º 00692/2025/SAJ-PPC/PGE e 01030/2025/SAJ-PPC/

PGE, no sentido de implementar a progressão funcional do interessado, para a Referência B, do cargo de Técnico em Gestão Procuratorial, a contar de 05 de novembro de 2023;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.003605/2025-30,

DECRETA:

Art. 1.º Fica promovido, a contar de 05 de novembro de 2023, o servidor **JEFFERSON DA COSTA CORDEIRO**, Matrícula n.º 243.346-0D, do Quadro de Pessoal Permanente da Procuradoria Geral do Estado, a título de progressão horizontal, nos termos do artigo 4.º, parágrafo 1.º, da Lei n.º 4.014, de 24 de março de 2014, conforme o quadro abaixo especificado:

ENQUADRAMENTO POR PROGRESSÃO HORIZONTAL					
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL		
CARGO	CLASSE	REFERÊNCIA	CARGO	CLASSE	REFERÊNCIA
TÉCNICO EM GESTÃO PRO-CURATORIAL	ÚNICA	A	TÉCNICO EM GESTÃO PRO-CURATORIAL	ÚNICA	B

Art. 2.º Respeitado o disposto no artigo 1.º, este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218429

DECRETO Nº 51.494, DE 31 DE MARÇO DE 2025

CONCEDE pensão mensal à **ELOIZA DE LIMA RODRIGUES**, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a **SENTENÇA DO MM. JUIZ DE DIREITO DA 2.ª VARA DA COMARCA DE TEFÉ - CÍVEL**, proferida nos autos da Ação Ordinária n.º 0000317-21.2017.8.04.7501;

CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado contida na Solicitação n.º 00331/2025, encaminhada por intermédio do Ofício n.º 00425/2025-PJC-Procuradoria Judicial Comum;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.004909/2025-14,

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedida à Senhora **ELOIZA DE LIMA RODRIGUES**, pensão mensal no valor de 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente, a ser paga até 07/10/2052, data em que a vítima Guilherme de Lima Rodrigues, completaria 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ou até o falecimento da beneficiária, o que ocorrer primeiro.

Art. 2.º À Secretaria de Estado de Administração e Gestão caberá proceder ao pagamento da Pensão concedida por este Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218430

DECRETO Nº 51.495, DE 31 DE MARÇO DE 2025

ENQUADRA por Progressão Horizontal, o servidor da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, que identifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a **SENTENÇA DO MM. JUIZ DE DIREITO DO 3.º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL**, proferida nos autos da Ação Ordinária n.º 0082880-34.2024.8.04.1000, que julgou parcialmente procedente a pretensão deduzida na inicial, para determinar o enquadramento do Autor **EDIVAL COSTA DE SOUSA**, com a devida anotação em sua ficha funcional, de modo a prever a Classe/Referência 3D, com os consectários dele decorrente;

CONSIDERANDO a orientação da Procuradoria Geral do Estado contida no Ofício n.º 00725/2025/SAJ-PPC/PGE, encaminhada pelo Ofício n.º 2039/2025-GS/SEDUC, da Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.003677/2025-87,

DECRETA:

Art. 1.º Fica promovido o docente **EDIVAL COSTA DE SOUSA**, Matrícula n.º 164.469-6B, do Quadro do Magistério Público da Secretaria Estadual de Educação e Desporto Escolar, a título de progressão horizontal, nos termos do artigo 24, inciso I, da Lei n.º 3.951, de 4 de novembro de 2013, conforme o quadro abaixo especificado:

ENQUADRAMENTO POR PROGRESSÃO HORIZONTAL						
SITUAÇÃO ANTERIOR			SITUAÇÃO ATUAL			MUNICÍPIO
CLASSE	CARGO/ CÓDIGO	REF.	CLASSE	CARGO/ CÓDIGO	REF.	
3.ª	PEDAGOGO/ PD40.ESP-III	B	3.ª	PEDAGOGO PD40.ESP-III	D	PRESIDENTE FIGUEIREDO

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218431

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o pedido contido no Ofício n.º 028/2025-GAB, da Prefeitura Municipal de Manicoré;

CONSIDERANDO a análise conclusiva da matéria exarada no Parecer n.º 0818/2025-ASSJUR/SEDUC, da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 16, *caput*, da Lei n.º 3.951, de 04 de novembro de 2013, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.028101.007113/2025-36, resolve

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Prefeitura Municipal de Manicoré, a contar de 02 de janeiro de 2025, pelo prazo de 12 (doze) meses, para o exercício do cargo Secretário Municipal de Juventude, Desporto e Lazer, sem ônus para o órgão de origem, o servidor **ADSON RICARDO RIBEIRO DE FRANÇA**, ocupante do cargo de Professor, PF20. ESP-III, Matrícula n.º 206.133-3C, do Quadro do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218432

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o pedido contido no Ofício n.º 020/2025-PMG/SIRN, da Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro;

CONSIDERANDO a análise conclusiva da matéria exarada no Parecer n.º 226/2025-NTJP-DGTES/SES-AM, do Núcleo Técnico Jurídico de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde;

CONSIDERANDO a celebração do Termo de Compromisso de Gestão n.º 37/2025, entre o Estado do Amazonas e a Prefeitura Municipal de Santa Isabel do Rio Negro;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no artigo 28 da Lei n.° 3.469, de 24 de dezembro de 2009, combinado com o artigo 52, §2.º, III, *b*, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, com redação dada pela Lei Complementar n.º 152, de 09 de março de 2015, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011120.000005/2025-01, resolve

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Prefeitura Municipal Santa Isabel do Rio Negro, pelo prazo de 12 (doze) meses, para o exercício do cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, com ônus para o órgão de origem, a servidora **REGINA CÉLIA CHAVES DO CARMO**, ocupante do cargo de Assistente Social, Matrícula n.º 245.142-5A, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218433

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício n.º 772/2025/GS/SEMA, subscrito pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.030101.001905/2025-49, resolve

I - EXONERAR, nos termos do artigo 55, II, *a*, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, os ocupantes dos cargos de provimento em comissão da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, constantes do Anexo Único, Parte 22, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.	VALIDADE
RAPHAEL BRITO DOS SANTOS	Assessor I	AD-1	24.3.2025
HAIDA JÉSSICA PEREIRA DE CARVALHO	Assessor II	AD-2	1.º.4.2025

II - NOMEAR, a partir de 1.º de abril de 2025, nos termos do artigo 7.º, II, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, para exercerem os cargos de provimento em comissão da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, constantes do Anexo Único, Parte 22, da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019, conforme as especificações abaixo:

NOME	CARGO	SIMB.
HAIDA JÉSSICA PEREIRA DE CARVALHO	Assessor I	AD-1
RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO	Assessor II	AD-2

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218434

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação formulada no Ofício n.° 83-PRES/SGTJ, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a análise conclusiva da matéria exarada no Parecer n.º 28/2025, da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Militar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5.º, §1.º, *e*, item 5, do Decreto n.º 4.541, de 07 de março de 1979, combinado com o artigo 52, 1, *c*, do mesmo Diploma, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.001800/2025-45, resolve

PASSAR À DISPOSIÇÃO junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, pelo prazo de 12 (doze) meses, com ônus para o órgão de origem, o militar **CAP QOPM PETRÔNIO BARROSO TAKETOMI**, ID 22876, Matrícula n.º 222.375-9A, do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218435

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o pedido contido no Ofício n.º 639/2025/GAB-SENASP/SENASP/MJ, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no interesse da prorrogação

de mobilização do servidor LUCEMIR FERREIRA CARVALHO, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a celebração Convênio de Cooperação Federativa n.º 37/2017 e seu Terceiro Termo Aditivo, entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a manifestação conclusiva exarada no Parecer n.º 102/2025-AJ/PCAM, da Assessoria Jurídica da Polícia Civil do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no artigo 141, §2.º e §3.º, da Lei n.º 2.271, de 10 de janeiro de 1994, combinado com artigo 145, VII, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.022101.001850/2025-49, resolve

I - CONSIDERAR AUTORIZADA a mobilização, para o período de 01/03/2024 a 28/02/2025, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, no exercício de suas funções na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, com ônus para o órgão de origem, do servidor **LUCEMIR FERREIRA CARVALHO**, ocupante do cargo de Investigador de Polícia, 3.ª Classe, PC-INV-III, Matrícula n.º 211.368-6A, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Amazonas;

II - PRORROGAR a mobilização, a partir de 1.º de março de 2025, pelo prazo de 12 (doze) meses, junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para continuar no exercício de suas funções na Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública, com ônus para o órgão de origem, do servidor **LUCEMIR FERREIRA CARVALHO**, ocupante do cargo de Investigador de Polícia, 3.ª Classe, PC-INV-III, Matrícula n.º 211.368-6A, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218436

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a solicitação formulada no Ofício n.° 03 - PRES/SGTJ, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a análise conclusiva da matéria exarada no Parecer n.º 27/2025, da Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Casa Militar;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5.º, §1.º, *e*, item 5, do Decreto n.º 4.541, de 07 de março de 1979, combinado com o artigo 52, 1, *c*, do mesmo Diploma, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.000199/2025-73, resolve

PASSAR À DISPOSIÇÃO junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, pelo prazo de 12 (doze) meses, com ônus para o órgão de origem, o militar **TEN CEL QOPM PAULO EMÍLIO VIEIRA DE MELO**, ID 16514, Matrícula n.º 168.542-2A, do Quadro de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218437

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o pedido contido no Ofício n.º 0876.2024-PRESID, do Senado Federal;

CONSIDERANDO a análise conclusiva da matéria exarada no Parecer Jurídico n.º 029/2025-PJ/CETAM, da Procuradoria Jurídica do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 52, §2.º, II, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, alterada pela Lei Complementar n.º 152, de 09 de março de 2015 e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.012952/2024-92, resolve

PRORROGAR a disposição, a partir de 07 de maio de 2025, pelo prazo de 12 (doze) meses, junto ao Senado Federal, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, SF02, sem ônus para o órgão de origem, do servidor **FARID MENDONÇA JÚNIOR**, ocupante do cargo de Analista Técnico Educacional, 3.ª Classe, Matrícula n.º 221.349-4F, do Quadro de Pessoal do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218438

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO a solicitação formulada por intermédio do Ofício n.° 132/2025-GABINETE/CMEAM, da Secretaria de Estado da Casa Militar;

CONSIDERANDO a análise da matéria, exarada na Manifestação Conclusiva, da Assessoria Jurídica do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5.º, §1.º, *e*, do Decreto n.º 4.541, de 07 de março de 1979, combinado com o artigo 52, 1, *a*, do mesmo Diploma, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011108.000260/2025-12, resolve

PRORROGAR A PASSAGEM À DISPOSIÇÃO, a contar de 20 de março de 2025, junto à Secretaria de Estado da Casa Militar, pelo prazo de 12 (doze) meses, para continuar no exercício de suas funções no Departamento de Gestão de Risco e Combate a Incêndio, com ônus para o órgão de origem, do militar **1.º TEN QCOBM FLÁVIO AUGUSTO OLIVA MELO**, ID 1369, Matrícula n.º 170.707-8E, do Quadro Complementar de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

CEL QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218439

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO o pedido contido no Ofício n.° 101/2025-GP/ALEAM, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a análise conclusiva da matéria, exarada no Parecer Jurídico n.º 048/2025-ASSEJUR/GDP/FUHAM, da Assessoria Jurídica da Fundação Hospitalar de Dermatologia Tropical e Venereologia "Alfredo da Matta";

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica n.º 002/2024, celebrado entre a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas e o Governo do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no artigo 28 da Lei n.º 3.469, de 24 de dezembro de 2009, combinado com o artigo 52, §2.º, III, *b*, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, com redação dada pela Lei Complementar n.º 152, de 09 de março de 2015, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.002317/2025-88, resolve

PRORROGAR A DISPOSIÇÃO, a contar de 1.º de março de 2025, junto à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, pelo prazo de 12 (doze) meses, com ônus para o órgão de origem, da servidora **CLÁUDIA MARINA PUGA OLIVEIRA ANTONY**, ocupante do cargo de Médico Especialista, Matrícula n.º 231.302-2B, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar de Dermatologia Tropical e Venereologia "Alfredo da Matta".

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218440

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o pedido contido no Ofício n.º 051/2025-GP/ALEAM, da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO a manifestação conclusiva da matéria exarada no Parecer n.º 257/2024-AJ/PC/AM, da Assessoria Jurídica da Polícia Civil do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no artigo 34, §1.º, da Lei n.º 2.271, de 10 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei n.º 4.866, de 15 de julho de 2019, combinado com o artigo 52, §2.º, III, *b*, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 152, de 09 de março de 2015, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.001748/2025-27, resolve

PRORROGAR A DISPOSIÇÃO, a partir de 09 de junho de 2025, junto à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, pelo prazo de 12 (doze) meses, para continuar no exercício do cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, APC-1, com ônus para o órgão de origem, do servidor **GLÁUCIO BESSA DE ANDRADE FIGUEIRA**, ocupante do cargo de Investigador de Polícia, 4.ª Classe, PC-INV.IV, Matrícula n.º 203.823-4C, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218441

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIV e XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o pedido de licenciamento formulado pelo **Soldado QPBM CID JOSÉ LINS DO REGO JÚNIOR**, tendo em vista não possuir interesse em permanecer nas fileiras do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO que o deferimento do pedido foi publicado no Boletim Geral n.° 53, de 20 de março de 2025;

CONSIDERANDO o Ofício n.º S/N/2025-DRH/CBMAM, subscrito pelo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.022104.000540/2025-87, resolve

LICENCIAR, a pedido, a contar de 10 de março de 2025, nos termos do artigo 85, V, combinado com o artigo 109, I, da Lei n.º 1.154, de 09 de dezembro de 1975, do serviço ativo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, o **Soldado QPBM CID JOSÉ LINS DO REGO JÚNIOR**, Matrícula n.º 269.397-6A, do Quadro de Praças do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

CEL QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218442

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV e XIV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a **SENTENÇA DO MM. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CARAUARI**, proferida nos autos da Ação Ordinária n.º 0601231-64.2024.8.04.3500, que julgou totalmente procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar a imediata promoção dos Requerentes **FRANCISCO ANDREZ BATISTA DA SILVA** e **SIDNEY FERREIRA CANDIDO JUNIOR**, ao posto de Major PM, a contar de 25 de agosto de 2023, pelo critério de antiguidade, por preencherem os requisitos previstos na Lei n.º 1.116/1974 e no Decreto n.º 3.399/1976;

CONSIDERANDO a recomendação da Procuradoria Geral do Estado contida no Ofício n.º 01327/2025-SAJ/PPM - Procuradoria Pessoal Militar;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.005124/2025-69, resolve

PROMOVER, por *Antiguidade*, a contar de 25 de agosto de 2023, nos termos dos artigos 10, alínea *b*, e 18 da Lei n.º 1.116, de 18 de abril de 1974, combinado com o artigo 41, inciso II, do Decreto n.º 3.399, de 31 de março de 1976, o Capitães PM abaixo relacionados, ao posto de Major PM do Quadro de Oficiais Combatentes (QOPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas:

ORD.	NOME	MATRÍCULA
1.	FRANCISCO ANDREZ BATISTA DA SILVA (19046)	200.139-0 B
2.	SIDNEY FERREIRA CANDIDO JUNIOR (20752)	215.495-1 A

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218443

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o **ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, proferido nos autos do Mandado de Segurança n.º 4007020-83.2023.8.04.0000, que concedeu a segurança pleiteada, para determinar a promoção do Impetrante **JAIR PAULO BARBOSA**, ao posto de 2.º Tenente PM, a contar de 1.º de abril de 2023, com efeitos financeiros a partir da data da impetração do *mandamus*;

CONSIDERANDO a recomendação da Procuradoria Geral do Estado contida no Ofício n.º 01109/2025-SAJ/PPM - Procuradoria Pessoal Militar;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.004689/2025-29, resolve

PROMOVER, pela promoção especial ao posto imediato, a contar de 1.º de abril de 2023, nos termos do artigo 109, inciso XXII, alíneas *a e c*, da Constituição do Estado do Amazonas, combinado com os artigos 10 e 13, inciso IV, alínea *a*, da Lei n.º 4.044, de 09 de junho de 2014, o Subtenente PM **JAIR PAULO BARBOSA (13975)**, Matrícula n.º 149.978-5 A, ao posto de 2.º Tenente PM do Quadro de Oficiais de Administração (QOAPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218444

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o **ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, proferido nos autos do Mandado de Segurança n.º 4005841-80.2024.8.04.0000, que concedeu a segurança, para determinar a promoção do Impetrante **REINALDO CARVALHO DE SOUZA**, ao posto de 2.º Tenente BM, a contar de 21 de abril de 2023;

CONSIDERANDO a orientação contida no Ofício n.º 01331/2025-SAJ/PPM-Procuradoria Pessoal Militar;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011103.005131/2025-60, resolve

PROMOVER, por conclusão do Curso de Habilitação de Oficiais de Administração - CHOA, a contar de 21 de abril de 2023, nos termos do artigo 25, da Lei n.º 4.044, de 09 de junho de 2014, o Subtenente BM **REINALDO CARVALHO DE SOUZA (0610)**, Matrícula n.º 170.553-9 B, ao posto de 2.º Tenente BM do Quadro de Oficiais de Administração (QOABM) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

CEL QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218445

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a DECISÃO DO EXMO. DESEMBARGADOR DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, proferida nos autos do Mandado de Segurança n.º 4010692-65.2024.8.04.0000, que deferiu o pedido liminar para determinar a promoção do Impetrante **RAIMUNDO EDNILSON DE OLIVEIRA MONTEIRO**, à graduação de Subtenente PM, a contar de 25 de agosto de 2023;

CONSIDERANDO a recomendação da Procuradoria Geral do Estado contida no Ofício n.º 01164/2025-SAJ/PPM - Procuradoria Pessoal Militar;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.002258/2025-48, resolve

PROMOVER, por *Antiguidade*, a contar de 25 de agosto de 2023, pelo Quadro Especial de Acesso - QEA, nos termos do 7.º, § 3.º, inciso V, da Lei n.º 4.044, de 09 de junho de 2014, o 1.º Sargento PM **RAIMUNDO EDNILSON DE OLIVEIRA MONTEIRO (15083)**, Matrícula n.º 155.784-0 A, à graduação de Subtenente PM do Quadro de Praças (QPPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218446

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o **ACÓRDÃO DO TRIBUNAL PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, prolatado nos autos do Mandado de Segurança n.º 4012722-10.2023.8.04.0000, que concedeu a segurança, para determinar a promoção do Impetrante **JOÃO ALISON VASCONCELOS DA ROCHA**, à graduação de 2.º Sargento PM, a contar de 31 de dezembro de 2022, consoante consta no Quadro Especial de Acesso, publicado pelo Boletim Geral n.º 210/2022;

CONSIDERANDO a orientação da Procuradoria Geral do Estado contida no Ofício n.º 01227/2025-SAJ/PPM;

CONSIDERANDO que as despesas decorrentes de decisão judicial não são consideradas para o limite previsto no artigo 19, inciso II, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, na forma do § 1.º, inciso IV, do mesmo diploma legal, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.011101.013379/2023-53, resolve

PROMOVER, por *Antiguidade*, a contar de 31 de dezembro de 2022, pelo Quadro Especial de Acesso - QEA, nos termos do artigo 7.º, § 3.º, inciso III, da Lei n.º 4.044, de 09 de junho de 2014, o 3.º Sargento PM **JOÃO ALISON VASCONCELOS DA ROCHA (18140)**, Matrícula n.° 189.639-3 A, à graduação de 2.º Sargento PM do Quadro de Praças (QPPM) da Polícia Militar do Estado do Amazonas.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

GIORDANO BRUNO COSTA DA CRUZ
Procurador-Geral do Estado do Amazonas

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218447

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a Decisão do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Administração e Gestão, em exercício, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 30 de setembro de 2024, acatando a deliberação da Comissão de Regime Disciplinar, formalizada na Resolução n.º 0144/2024-CRD/SEAD, prolatada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.° 0020/2022-CRD, que recomendou a aplicação da pena de demissão à servidora **DANIELE TRINDADE BARBOSA**, em razão da falta injustificada ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, caracterizando o abandono do cargo;

CONSIDERANDO, ainda, a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, exarada no Parecer Chefia n.º 00031/2025-PPC/PGE, opinando pela demissão, por restar configurado o abandono de cargo, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.013101.000962/2023-20, resolve

DEMITIR, nos termos do artigo 156, inciso III, combinado com o artigo 161, inciso II, § 1.°, da Lei n.° 1.762, de 14 de novembro de 1986, **DANIELE TRINDADE BARBOSA**, Matrícula n.° 241.645-0A, do cargo de Técnico de Patologia Clínica do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria de Estado de Saúde.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218448

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a Decisão da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado de Educação e Desporto, em exercício, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 20 de julho de 2023, acatando a deliberação da Comissão de Regime Disciplinar do Magistério, formalizada na Resolução n.º 063/2023-CRDM/SEDUC, prolatada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 026/2023-CRDM/SEDUC, que recomendou a aplicação da pena de demissão ao servidor **FELIPE MATHEUS LIMA**, em razão da falta injustificada ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, caracterizando o abandono do cargo;

CONSIDERANDO, ainda, a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, exarada no Parecer n.º 00069/2025-PPC/PGE, opinando pela demissão, por restar configurado o abandono do cargo, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.028101.038348/2022-27, resolve

DEMITIR, nos termos do artigo 158, inciso III, combinado com o artigo 164, inciso II, § 1.º da Lei n.° 1.778, de 08 de janeiro de 1987, **FELIPE MATHEUS LIMA**, Matrícula n.º 149.556-9B, do cargo de Professor, PF40. LPL-IV, do Quadro do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218449

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a Decisão do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Administração e Gestão, à época, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 02 de setembro de 2024, acatando a deliberação da Comissão de Regime Disciplinar, formalizada na Resolução n.º 0127/2024-CRD/SEAD, prolatada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.° 0072/2021-CRD, que recomendou a aplicação da pena de demissão à servidora **LURDENICE LEAL DO NASCIMENTO**, em razão da falta injustificada ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, caracterizando o abandono do cargo;

CONSIDERANDO, ainda, a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, exarada no Parecer Chefia n.º 00029/2025-PPC/PGE, opinando pela demissão, por restar caracterizado o abandono de cargo, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.013101.000940/2023-60, resolve

DEMITIR, nos termos do artigo 156, inciso III, combinado com o artigo 161, inciso II, § 1.º, da Lei n.º 1.762, de 14 de novembro de 1986, **LURDENICE**

LEAL DO NASCIMENTO, Matrícula n.º 202.546-9A, do cargo de Técnico de Enfermagem do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria de Estado de Saúde.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218450

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a Decisão da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar, à época, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 02 de outubro de 2023, acatando a deliberação da Comissão de Regime Disciplinar do Magistério, formalizada na Resolução n.º 097/2023-CRDM/SEDUC, prolatada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 190/2022-CRDM/SEDUC, que recomendou a aplicação da pena de demissão ao servidor **RAIMUNDO NONATO CARDOZO DE SOUZA**, em razão da falta injustificada ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, caracterizando o abandono do cargo;

CONSIDERANDO, ainda, a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, exarada no Parecer n.º 00063/2025-PPC/PGE, opinando pela demissão, por restar configurado o abandono de cargo, e o que mais consta do Processo n.º 01.01.028101.034664/2023-00, resolve

DEMITIR, nos termos do artigo 158, inciso III, combinado com o artigo 164, inciso II, da Lei n.° 1.778, de 08 de janeiro de 1987, **RAIMUNDO NONATO CARDOZO DE SOUZA**, Matrícula n.º 200.044-0B, do cargo de Professor, PF40.LPL-IV, do Quadro do Magistério Público da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218451

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, XIX, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO a instrução do Processo n.º 2018.M.04324 -AMAZONPREV (01.02.013301.001145/2024-59), que atesta o cumprimento pelo interessado dos requisitos necessários à passagem do bombeiro à situação de inatividade, mediante transferência, a pedido, para a reserva remunerada, com proventos integrais, resolve

TRANSFERIR, para a reserva remunerada do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, nos termos dos artigos 88, I e 89, da Lei n.° 1.154, de 09 de dezembro de 1975, combinado com o artigo 3.° da Lei Complementar n.° 43, de 20 de maio de 2005, o **Capitão QOABM MARCELO MAURÍCIO SOARES**, Matricula n.º 142.940-0B, com direito à percepção do soldo correspondente ao posto de Capitão, no valor de R$8.558,17 (oito mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e dezessete centavos), de acordo com o artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 4.°, parágrafo único, Anexo VIII, da Lei n.º 7.014, de 19 de agosto de 2024, acrescido das seguintes parcelas: R$59,46 (cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos), referentes a 5% (cinco por cento) sobre o soldo no valor de R$701,60 (setecentos e um reais e sessenta centavos), conforme os reajustes previstos nas legislações pertinentes de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, equivalente a 1 (um) quinquênio (artigo 4.º da Lei n.º 2.531, de 16 de abril de 1999); R$8.530,70 (oito mil, quinhentos e trinta reais e setenta centavos) de Gratificação de Tropa (artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 4.°, parágrafo único, Anexo VIII, da Lei n.° 7.014, de 19 de agosto de 2024); R$4.272,22 (quatro mil, duzentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos) de Gratificação de Curso, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre a soma dos valores do soldo e Gratificação de Tropa (artigo 2.º-A , I, da Lei n.° 3.725, de 19 de março de 2012, incluído pelo artigo 1.º da Lei n.° 5.748, de 23 de dezembro de 2021), totalizando seus proventos em R$21.420,55 (vinte e um mil, quatrocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) mensais.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ARY RENATO VASCONCELOS DE SOUZA
Diretor-Presidente da Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

CEL QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218452

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o **ACÓRDÃO N.º 52/2025 - TCE**, da **SEGUNDA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, em sessão do dia 11 de fevereiro de 2025, referente à transferência para a reserva remunerada do militar **HUMBERTO DE CAMPOS DA SILVA LACERDA**, que determinou a retificação do ato de transferência, e o que mais consta do Processo n.º 2025.T.01779EXE - AMAZONPREV (01.02.013301.000476/2025-52), resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 04 de setembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, conferindo-lhe a seguinte redação:

"**TRANSFERIR**, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos do artigo 24-G, I e parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, incluído pela Lei n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, o **CAPITÃO QOAPM HUMBERTO DE CAMPOS DA SILVA LACERDA**, Matrícula n.° 142.040-2A, com direito a percepção do soldo correspondente ao posto de Capitão, no valor de R$8.177,89 (oito mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos), de acordo com o artigo 1.°, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.° da Lei n.° 5.772, de 10 de janeiro de 2022, acrescido das seguintes parcelas: R$408,89 (quatrocentos e oito reais e oitenta e nove centavos), referentes a 5% (cinco por cento), sobre o soldo no valor de R$8.177,89 (oito mil, cento e setenta e sete reais e oitenta e nove centavos), de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, equivalente a 1 (um) quinquênio (artigo 4.° da Lei n.° 2.531, de 16 de abril de 1999); R$8.151,65 (oito mil, cento e cinquenta e um reais e sessenta e cinco centavos), de Gratificação de Tropa (artigo 1.°, Anexo I, da Lei n.° 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.° da Lei n.° 5.772, de 10 de janeiro de 2022), totalizando seus proventos em R$16.738,43 (dezesseis mil, setecentos e trinta e oito reais e quarenta e três centavos) mensais."

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ARY RENATO VASCONCELOS DE SOUZA
Diretor-Presidente da Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218453

DECRETO DE 31 DE MARÇO DE 2025

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, IV, da Constituição Estadual,

CONSIDERANDO o **ACÓRDÃO N.º 30/2025 - TCE**, da **PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**, em sessão do dia 4 de fevereiro de 2025, referente à transferência para a reserva remunerada do militar **ADENIR FERNANDES DE ARAÚJO**, e o que mais consta do Processo n.º 2025.T.01612EXE-AMAZONPREV (01.01.011101.002107/2025-90), resolve

RETIFICAR, na forma abaixo, o Decreto de 12 de setembro de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado, edição da mesma data, conferindo-lhe a seguinte redação:

"**TRANSFERIR**, para a reserva remunerada da Polícia Militar do Estado do Amazonas, nos termos do artigo 24-G, I e parágrafo único, do Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, incluído pela Lei n.º 13.954, de 16 de dezembro de 2019, o **1.º TENENTE QOAPM ADENIR FERNANDES DE ARAÚJO**, Matrícula n.º 141.864-5A, com direito à percepção do soldo correspondente ao posto de 1.º Tenente, no valor de R$7.483,98 (sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos), de acordo com o artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 5.772, de 10 de janeiro de 2022, acrescido das seguintes parcelas: R$374,20 (trezentos e setenta e quatro reais e vinte centavos), referentes a 5% (cinco por cento), sobre o soldo no valor de R$7.483,98 (sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e noventa e oito centavos) de Gratificação Adicional por Tempo de Serviço, equivalente a 1 (um) quinquênio (artigo 4.° da Lei n.° 2.531, de 16 de abril de 1999); R$7.235,60 (sete mil, duzentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos) de Gratificação de Tropa (artigo 1.º, Anexo I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, alterado pelo artigo 2.º da Lei n.º 5.772, de 10 de janeiro de 2022); R$3.679,90 (três mil, seiscentos e setenta e nove reais e noventa centavos) de Gratificação de Curso, correspondentes a 25% (vinte e cinco por cento), sobre a soma dos valores do soldo e Gratificação de Tropa (artigo 2.º - A, I, da Lei n.º 3.725, de 19 de março de 2012, incluído pelo artigo 1.º da Lei n.º 5.748, de 23 de dezembro de 2021), totalizando seus proventos em R$18.773,68 (dezoito mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos) mensais."

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

FLÁVIO CORDEIRO ANTONY FILHO
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

ARY RENATO VASCONCELOS DE SOUZA
Diretor-Presidente da Fundação Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo 218454

PROCESSO N.°	:	01.01.011101.008577/2024-86
INTERESSADO	:	MUHAMA DE BARROS SULAIMAN
ASSUNTO	:	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DESPACHO

CONSIDERANDO o Requerimento Administrativo apresentado pelo Sr. **MUHAMA DE BARROS SULAIMAN**, em que requer a reintegração ao posto de Capitão do Quadro de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado, exarado no Parecer n.° 00009/2025-PPM/PGE-AM, resolvo

INDEFERIR o pedido do Requerente, tendo em vista que a Teoria do Fato Consumado foi analisada e afastada judicialmente à situação em apreço, assim como a existência de trânsito em julgado de decisão desfavorável ao Interessado, e por fim, ante a ausência de fatos novos, que acarretem a mudança de entendimento.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado do Amazonas

Protocolo 218455



Ouvidoria

É um serviço seguro e confiável, disponível para atender com responsabilidade e sigilo todo cidadão que deseja enviar sugestões de melhorias, elogios, reivindicações e denúncias sobre os serviços oferecidos pela autarquia à população.



SAC

Tem como objetivo oferecer ao consumidor/cidadão: atendimento, sanar dúvidas, oferecer informações e registrar reclamações acerca dos serviços ofertados pela **IOA.**

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO
TRABALHO QUE TRANSFORMA

segunda-feira
31
mar/2025

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.435 | Ano CXXXII
www.imprensaoficial.am.gov.br

PODER EXECUTIVO - SEÇÃO II

Secretaria de Estado da Casa Civil

RESENHA DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGENS, NOS TERMOS DO ARTIGO 4º, II, DO DECRETO Nº 40.691, DE 16 DE MAIO DE 2019, COMBINADO COM A COMPETÊNCIA DA CASA CIVIL, NOS TERMOS DO ARTIGO 16, II, "a", DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

O Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, considerou autorizados os seguintes deslocamentos de servidores públicos:

1. Nome, cargo, destino, período e objetivo: ADRIANA CRISTINA AFONSO ROCHA, Assessor Técnico - (Manaus-AM/Iranduba-AM/Manaus-AM - 22 de março de 2025) - Organização e planejamento dos eventos que terão a presença do Chefe do Poder Executivo, Excelentíssimo Senhor Governador Wilson Lima.

Referência Processo nº 01.01.011101.002768/2025-15-SIGED.

2. Nome, cargo, destino, período e objetivo: ELY FELETE BARBOSA DE SOUZA, Assessor I - (Manaus-AM/Iranduba-AM/Manaus-AM - 22 de março de 2025) - Organização e planejamento dos eventos que terão a presença do Chefe do Poder Executivo, Excelentíssimo Senhor Governador Wilson Lima.

Referência Processo nº 01.01.011101.002766/2025-26-SIGED.

3. Nome, cargo, destino, período e objetivo: RAFAELA FURTADO BRITO LIMA, Assessor I - (Manaus-AM/Iranduba-AM/Manaus-AM - 22 de março de 2025) - Organização e planejamento dos eventos que terão a presença do Chefe do Poder Executivo, Excelentíssimo Senhor Governador Wilson Lima.

Referência Processo nº 01.01.011101.002764/2025-37-SIGED.

4. Nome, cargo, destino, período e objetivo: SABRINA PESSOA LOBO, Assessor II - (Manaus-AM/Iranduba-AM/Manaus-AM - 22 de março de 2025) - Fazer cobertura para as redes sociais da entrega do Projeto Água Boa na Comunidade São Francisco em Iranduba-AM, com a Presença do Excelentíssimo Senhor Governador Wilson Lima.

Referência Processo nº 01.01.011101.002816/2025-75-SIGED.

5. Nome, cargo, destino, período e objetivo: ROSE LENE SERPA DOS SANTOS, Assessor II - (Manaus-AM/Iranduba-AM/Manaus-AM - 22 de março de 2025) - Organização e planejamento dos eventos que terão a presença do Chefe do Poder Executivo, Excelentíssimo Senhor Governador Wilson Lima.

Referência Processo nº 01.01.011101.002780/2025-20-SIGED.

6. Nome, cargo, destino, período e objetivo: ALESSANDRO VASCONCELOS BANDEIRA, Assessor I - (Manaus-AM/Iranduba-AM/Manaus-AM - 22 de março de 2025) - Fazer cobertura jornalística sobre a entrega do Projeto Água Boa na Comunidade São Francisco em Iranduba-AM, com a Presença do Excelentíssimo Senhor Governador Wilson Lima.

Referência Processo nº 01.01.011101.002800/2025-62-SIGED.

7. Nome, cargo, destino, período e objetivo: ISABELLA LIMA SIQUEIRA, Assessor I - (Manaus-AM/São Paulo-SP/Manaus-AM - 27 a 30 de março de 2025) - Tratar de assuntos de interesse do Estado.

Referência Processo nº 01.01.011101.002707/2025-58-SIGED.

O Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, autorizou os seguintes deslocamentos de servidores públicos:

8. Nome, cargo, destino, período e objetivo: MARIO ARTUR LOPES DE OLIVEIRA, Chefe de Departamento - (Manaus-AM/Fortaleza-CE/Terezina-PI/Fortaleza-CE/Manaus-AM - 01 a 03 de abril de 2025) - Deslocamento de colaboradores, fins de representar o Secretário de Estado Chefe da Casa Militar, no evento "I WORKSHOP DE INTELIGÊNCIA INSTITUCIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA", a ser realizado no dia 2 de abril do corrente ano, no auditório de CETI Dirceu Mendes Arcoverde (colégio da PMPI), em Teresina-Pi.

Referência Processo nº 01.01.011108.000316/2025-39-SIGED.

9. Nome, cargo, destino, período e objetivo: ANDRELINO DANIEL ALVES DE NAZARETH, Assessor II- (Manaus-AM/Fortaleza-CE/Terezina-PI/Fortaleza-CE/Manaus-AM - 01 a 03 de abril de 2025) - Deslocamento de colaboradores, fins de representar o Secretário de Estado Chefe da Casa Militar, no evento "I WORKSHOP DE INTELIGÊNCIA INSTITUCIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA", a ser realizado no dia 2 de abril do corrente ano, no auditório de CETI Dirceu Mendes Arcoverde (colégio da PMPI), em Teresina-Pi.

Referência Processo nº 01.01.011108.000318/2025-28-SIGED.

10. Nome, cargo, destino, período e objetivo: WISSILENE FERREIRA LIMA, Assessor II - (Manaus-AM/Tabatinga-AM/Manaus-AM - 11 a 14 de abril de 2025) - Deslocamento ao município de Tabatinga/AM, para realização de visitas técnicas de auditoria nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), referente aos projetos encaminhados ao Fundo de Promoção Social para a participação do edital de Chamamento Público nº 004/2024 e 005/2024 - FPS do setor social e primário, além de realizar visitas técnicas de monitoramento em OSCs fomentada pelo FPS.

Referência Processo nº 01.01.011101.002645/2025-84-SIGED.

11. Nome, cargo, destino, período e objetivo: ORLEYLSON DOS SANTOS LIMA, Assessor Técnico - (Manaus-AM/Tabatinga-AM/Manaus-AM - 11 a 14 de abril de 2025) - Deslocamento ao município de Tabatinga/AM, para realização de visitas técnicas de auditoria nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs), referente aos projetos encaminhados ao Fundo de Promoção Social para a participação do edital de Chamamento Público nº 004/2024 e 005/2024 - FPS do setor social e primário, além de realizar visitas técnicas de monitoramento em OSCs fomentada pelo FPS.

Referência Processo nº 01.01.011101.002644/2025-30-SIGED.

CHEFIA DA SECRETARIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO DA CASA CIVIL, em Manaus, 28 de março de 2025.

THAYLA GALATE GOMES
Secretária Executiva de Administração da Casa Civil, em exercício

Protocolo 218141

Secretaria de Estado da Casa Militar

PORTARIA Nº 016/2025 - CASA MILITAR

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais.

O **CEL PM SECRETÁRIO DE ESTADO CHEFE DA CASA MILITAR**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,

RESOLVE:

I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no **Anexo I** desta Portaria;

II - **Anexo I**: com uma movimentação no valor de **R$110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)**;

III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR, em Manaus, 31 de Março de 2025.

CEL. QOPM. FABIANO MACHADO BÓ
Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

ANEXO I

11000 CASA MILITAR

11108 CASA MILITAR

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Transporte e Segurança de Autoridades									
04.122.3229.2177	A	3	1.500.121	3390	0011	110.000,00	3390	0001	110.000,00
TOTAL (R$)						110.000,00			110.000,00

Protocolo 218107

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 001/2021 - CASA MILITAR; **OBJETO**: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato primitivo n° 001/2021 - CM, pelo período de 12 (doze) meses, bem como correção contratual de 8,94% IGPM. **Vigência a contar de 08/04/2025 à 08/04/2026**, referente à contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de locação de aeronave tipo Jato**, **bimotor**, **turbo fan**, com capacidade mínima de 08 (oito) passageiros e 02 (dois) tripulantes, com combustível, pilotos, categoria TPX, para transporte aéreo estadual, interestadual e internacional, para o continente americano, categoria TPX, destinado a atender as necessidades da Secretaria de Estado da Casa Militar; **Partes**: **SECRETARIA DE ESTADO DA CASA MILITAR** e a **EMPRESA RICO TÁXI AÉREO LTDA (04.614.277/0001-65)**; **VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 18.361.766,40 (Dezoito Milhões, Trezentos e Sessenta e Um Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais e Quarenta Centavos)**; **Valor Estimado Mensal: R$ 1.530.147,20 (Um Milhão, Quinhentos e Trinta Mil, Cento e Quarenta e Sete Reais e Vinte Centavos)**; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: 011108, Programa de Trabalho: 04.122.3229.2177.0001, Natureza de Despesa: 33.90.33-09, Fonte de Recurso: 1.500.121.0.0000.0000, tendo sido emitida a NE nº 2025NE0000085, em 31/03/2025, no valor de R$ 1.147.610,40 (Um Milhão, Cento e Quarenta e Sete Mil, Seiscentos e Dez Reais e Quarenta Centavos).

Manaus, 31 de março de 2025.

CEL. QOPM. FABIANO MACHADO BÓ
Secretário de Estado Chefe da Casa Militar

Protocolo 218130

Controladoria Geral do Estado - CGE

EXTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 005/2025-CGE. **PARTES: CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - CGE**, representada pelo Controlador-Geral do Estado, Dr. **JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO** e do outro lado a **AJL SERVIÇOS LTDA**, CNPJ: 14.743.529/0001-00, representado pelo Sr. **ANTONIO DE JESUS LOURENÇO**. **OBJETO**: Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação, com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos, ferramentas e utensílios. **VALOR TOTAL:** R$ 160.243,92 (cento e sessenta mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar de 24/03/2025. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 011109; Programa de Trabalho: 04.122.0001.2001.0001; Natureza da Despesa: 339037; Fonte de Recurso: 1704145, conforme Notas de Empenho 2025NE0000085 e 2025NE0000086, emitida em 21/03/2025. **FUNDAMENTO LEGAL:** nos termos da Lei Federal Nº 14.133/2021 e Decreto Estadual n.º 47.133/2023. **REFERÊNCIA:** Processo nº 01.01.011109.000079/2024-15-CGE. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE no Diário Oficial do Estado. **GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO**, em Manaus, 28 de março de 2025.

JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO
Controlador-Geral do Estado

Protocolo 218156

EXTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 006/2025-CGE. **PARTES: CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO - CGE**, representada pelo Controlador-Geral do Estado, Dr. **JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO** e do outro lado a **TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA**, CNPJ: 13.392.705/0001-43, representado pelo Sr. **FABIO GUERRA GARCIA**. **OBJETO**: Prestação de serviço de locação de veículo automotor para atender as necessidades da CGE. **VALOR TOTAL:** R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar de 25/03/2025. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 011109; Programa de Trabalho: 04.122.0001.2001.0001; Natureza da Despesa: 339033; Fonte de Recurso: 1704145, conforme Nota de Empenho 2025NE0000087, emitida em 21/03/2025. **FUNDAMENTO LEGAL:** nos termos do art. 78, inciso II, c/c art. art. 86, §2º da Lei Federal Nº 14.133/2021 e Decreto Estadual n.º 47.133/2023. **REFERÊNCIA:** Processo nº 01.01.011109.000074/2025-73-CGE. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE no Diário Oficial do Estado. **GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO**, em Manaus, 28 de março de 2025.

JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO
Controlador-Geral do Estado

Protocolo 218158

PORTARIA Nº 025/2025-GCG/CGE

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** o que determina o Art. 117 da lei n° 14.133/21, no que é pertinente ao acompanhamento da execução dos contratos administrativos celebrados pelo Estado do Amazonas, por intermédio da Controladoria Geral do Estado - CGE. **RESOLVE: I- DESIGNAR** os servidores relacionados na planilha abaixo, para que procedam a **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO** dos ajustes atinentes, a partir da data de assinatura do Termo de Contrato e durante toda a vigência, ou até que seja determinada sua substituição por outro servidor; **II- DETERMINAR** que os referidos servidores adotem todos os procedimentos necessários ao comando e coordenação das atividades relacionadas à fiscalização dos ajustes, observando em especial a Lei nº 14.133/21, as instruções e normatizações estabelecidas por meio de portarias, circulares, instruções normativas, ordens de serviço, resoluções que regulem ou venham a regular a matéria, inclusive. **GABINETE DO CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO**, em Manaus, 28 de março de 2025.

Gestor/fiscal	Servidor	Nº Contrato	Objeto
Gestor	Renato de Oliveira Melo - Mat. 237.271-1D	TC Nº005/2025 - AJL SERVIÇOS LTDA	Serviços de Limpeza e Conservação
Fiscal (titular)	André Marcelo Ribeiro Viga - Mat. 256.970-1C		
Fiscal (substituto)	Manoel Fernando Perez Sobral - Mat. 270.020-4C		

JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO
Controlador-Geral do Estado

Protocolo 218157

PORTARIA Nº 026/2025-GCG/CGE

O CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, e **CONSIDERANDO** o que determina o Art. 117 da lei nº 14.133/21, no que é pertinente ao acompanhamento da execução dos contratos administrativos celebrados pelo Estado do Amazonas, por intermédio da Controladoria Geral do Estado - CGE. **RESOLVE: I- DESIGNAR** os servidores relacionados na planilha abaixo, para que procedam a **FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO** dos ajustes atinentes, a partir da data de assinatura do Termo de Contrato e durante toda a vigência, ou até que seja determinada sua substituição por outro servidor; **II- DETERMINAR** que os referidos servidores adotem todos os procedimentos necessários ao comando e coordenação das atividades relacionadas à fiscalização dos ajustes, observando em especial a Lei nº 14.133/21, as instruções e normatizações estabelecidas por meio de portarias, circulares, instruções normativas, ordens de serviço, resoluções que regulem ou venham a regular a matéria, inclusive. **GABINETE DO CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO**, em Manaus, 28 de março de 2025.

Gestor/fiscal	Servidor	Nº Contrato	Objeto
Gestor	Manoel Fernando Perez Sobral - Mat. 270.020-4C	TC Nº006/2025 - TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	Serviço de Locação de Veículo.
Fiscal (titular)	Hoeber Silva e Silva - Mat. 243.814-3A		
Fiscal (substituto)	Renato de Oliveira Melo - Mat. 237.271-1D		

JEIBSON DOS SANTOS JUSTINIANO
Controlador-Geral do Estado

Protocolo 218159

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ

PORTARIA Nº 0003/2025-GSEFAZ/SEAD

ATRIBUI Gratificação de Responsabilidade a ocupante(s) de cargo(s) de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda, na forma abaixo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA E O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 29 da Lei nº 2.750, de 23 de setembro de 2002, que manteve a Gratificação de Responsabilidade criada pela Lei nº 2.343, de 19 de julho de 1995, para remunerar os ocupantes de cargos de provimento em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda-SEFAZ;

CONSIDERANDO o teor do Art. 61, Anexo Único, Parte 11, da Lei Delegada nº 123, de 31 de outubro de 2019 e suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO as Leis nº 3301, de 08 de outubro de 2008, e 5498, de 15 de junho de 2021;

CONSIDERANDO as transformações nos cargos de provimento em comissão promovidas pelo Decreto Nº 44.753, de 27 de outubro de 2021;

CONSIDERANDO a publicação da **Portaria Nº 0480/2021-GSEFAZ**;

CONSIDERANDO, por fim, a publicação do **Decreto de 11/02/2025**, D.O.E. nº 35404, Poder Executivo, Seção I, retificado pelo Decreto de 17/02/2025, cópia anexa;

RESOLVEM:

Art.1º - ATRIBUIR a Gratificação de Responsabilidade ao(s) servidor(es) abaixo relacionado(s), nomeado(s) para cargo(s) de provimento em comissão do quadro desta Secretaria de Estado da Fazenda-SEFAZ:

Nome	Cargo	Simb.	Nível	A contar de:
JAMES TONY GUIMARAES DE ARAUJO	Assessor III	AD-3	12	17/02/2025

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA E DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO, em Manaus, 06 de março de 2025.

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218145

PORTARIA Nº 0138/2025-GSEFAZ

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280, de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006, de 18 de julho de 2024.

CONSIDERANDO as solicitações das Unidades Orçamentárias detentoras de crédito;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto à fonte de recursos.

RESOLVE:

I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, das Unidades Orçamentárias indicadas no **Anexo I** desta Portaria;

II - Anexo I: com uma movimentação no valor de **R$ 1.000.000,06 (HUM MILHÃO DE REAIS E SEIS CENTAVOS)**;

III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, em Manaus, 31 de março de 2025.

ALEX DEL GIGLIO
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO I

17000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

17701 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO							
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO			
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	FONTE	ND	REG	VALOR(R$)
Administração da Unidade 10.122.0001.2001	A	3	1.500.121	3390	0001	0,03	1.500.100	3390	0001	0,03
Contratação dos Serviços Assistenciais Terceirizados 10.302.3305.2250	A	3	1.500.100	3390	0011	0,03	1.500.121	3390	0011	0,03
TOTAL (R$)						**0,06**				**0,06**

43000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

43101 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO							
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO			
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	FONTE	ND	REG	VALOR(R$)
Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais 17.122.0001.2003	A	1	1.500.100	3190	0001	500.000,00	1.501.170	3190	0001	500.000,00
TOTAL (R$)						**500.000,00**				**500.000,00**

99000 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

99999 RESERVA DE CONTINGENCIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO							
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO			
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	FONTE	ND	REG	VALOR(R$)
Reserva de Contingência 99.999.9999.2341	A	9	1.501.170	9999	0001	500.000,00	1.500.100	9999	0001	500.000,00
TOTAL (R$)						**500.000,00**				**500.000,00**
TOTAL GERAL (R$)						**1.000.000,06**				**1.000.000,06**

Protocolo 218161

Secretaria de Estado de Saúde - SES-AM

PORTARIA Nº 235/2025 - GS/SES-AM

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280, de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais. **A SECRETÁRIA DE ESTADO DE SAÚDE**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 46 da Lei nº 7.006, de 18 de julho de 2024; e, **CONSIDERANDO** a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto; **CONSIDERANDO** o processo SIGED nº 01.01.017101.011753/2025-24.

RESOLVE: I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria; **II** - Anexo I: com uma movimentação no valor de R$ 4.775.785,23 (quatro milhões, setecentos e setenta e cinco mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e três centavos); **III** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DA SAÚDE.

Manaus, 31 de março de 2025.

NAYARA DE OLIVEIRA MAKSOUD MORAES
Secretária de Estado de Saúde

ANEXO I

17000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

17701 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Administração da Unidade 10.122.0001.2001	A	3	1.500.100	3391	0001	1.962,96	3390	0001	1.962,96
Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais 10.122.0001.2003	A	1	1.500.100	3190	0001	13.058,96	3191	0001	13.058,96

17000 SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

17701 FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Cofinanciamento Estadual para a Atenção Primária em Saúde									
10.301.3305.1324	P	3	1.500.100	3341	0002	10.000,00	3341	0001	10.000,00
	P	3	1.500.100	3341	0011	39.790,32	3341	0008	39.790,32
Operacionalização da Rede de Atenção às Urgências, Emergências e Hospitais									
10.302.3305.2240	A	3	1.600.231	3390	0011	611,54	3390	0008	611,54
Assistência ao Portador de Doença Renal Crônica									
10.302.3305.2247	A	3	1.500.100	3390	0007	97.680,00	3390	0011	97.680,00
Apoio ao Fortalecimento e Estruturação dos Municípios									
10.302.3305.2474	A	3	1.500.100	3341	0004	10.000,00	3341	0001	10.000,00
	A	3	1.500.100	3341	0011	673.248,49	3341	0008	673.248,49
Operacionalização das Unidades Assistenciais Administradas por Organizações Sociais									
10.302.3305.2604	A	3	1.500.100	3350	0011	3.904.413,84	3350	0004	3.904.413,84
Transferência de Recursos Financeiros do Componente Básico da Assistência Farmacêutica aos Municípios									
10.303.3305.2088	A	3	1.500.100	3341	0011	25.019,12	3341	0008	25.019,12
TOTAL (R$)						4.775.785,23			4.775.785,23

Protocolo 218209

Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar- SEDUC

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 08/2021

DATA DA ASSINATURA: 28.03.2025. **PARTES CONTRATANTES:** O Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar e, do outro lado, a empresa **TECWAY SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. OBJETO**: Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais doze **(12)** meses, contados de **30.03.2025** até **30.03.2026**, para dar continuidade à prestação de serviços de locação de **14 (quatorze)** veículos Sedan e **07 (sete)** veículos tipo pick-up que serão utilizados no apoio logístico para atender às necessidades técnicas, administrativas e pedagógicas desta Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, conforme Memo. n°. 169/2024-NGCC, Projeto Básico e Parecer n°. 0924/2025-ASSJUR, partes integrantes do ajuste. **VALOR: R$ 1.562.400,00** (um milhão, quinhentos e sessenta e dois mil e quatrocentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: **028101**; Programa de Trabalho: **12.122.0001.2001.0001**; Natureza da Despesa: **33903308. FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº. 01.01.028101.036185/2024-00.**

ROBERT CORREA CARVALHO COSTA
Coordenador do Núcleo de Gestão de Contratos e Convênios

Protocolo 218133

ERRATA DO TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR 17/2024

Publicado no **DOE 35294**, Poder Executivo, Seção II, pág. 05, celebrado entre a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar e, do outro lado, a **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇAO DO ESTADO DO PARÁ.**

ONDE SE LÊ: DO OBJETO: (...) A contar de 09 de fevereiro de 2024 (..)
LEIA-SE: DO OBJETO: (...) a contar de 08 de abril de 2024 (...)
ONDE SE LÊ: DO PRAZO: Este Termo vigorará por doze (12) meses, com efeitos retroativos, a contar de 09.02.2024 até 09.02.2025 (...)
LEIA SE: DO PRAZO: Este Termo vigorará por doze (12) meses, com efeitos retroativos, a contar de 08.04.2024 até 08.04.2025 (...)

ROBERT CORREA CARVALHO COSTA
Coordenador do Núcleo de Gestão de Contratos e Convênios

Protocolo 218136

PORTARIA GSE Nº 235, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.015261/2025-24/SEDUC/SIGED** e do **Laudo Médico nº 297386/2025**,
RESOLVE:
I. READAPTAR temporariamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **RODNEY MARQUES**, cargo PROFESSOR PF20.ESP-III, matrícula nº 234546-3A, lotada na Escola Estadual Padre Luis Ruas/Manaus, no turno vespertino, na função de AUX. DE BIBLIOTECA, a contar de 31/01/2025 a 30/04/2025;
II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 27 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218160

PORTARIA GSE Nº 234, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.015428/2025-57/SEDUC/SIGED** e do **Laudo Médico nº 300118/2025**,
RESOLVE:
I. READAPTAR temporariamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **MARIA SUZIANY DOS SANTOS ARAUJO**, cargo PROFESSOR PF40.ESP-III, matrícula nº 222995-1A, lotada na Escola Estadual Aurea Pinheiro Braga/Manaus, nos turnos matutino e vespertino, na função de AUX. DE BIBLIOTECA, a contar de 11/03/2025 a 08/06/2025;
II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 27 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218162

PORTARIA GSE Nº 233, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.015460/2025-32/SEDUC/SIGED** e do **Laudo Médico nº 299722/2025**,
RESOLVE:
I. READAPTAR temporariamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **MARCIO ARAUJO DE SOUZA**, cargo PROFESSOR PF40.LPL-IV, matrícula nº 223081-0A, lotada na Escola Estadual de Tempo Integral Aurea Pinheiro Braga/Manaus, turno integral, na função de AUX. DE BIBLIOTECA, a contar de 06/03/2025 a 03/07/2025;
II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 27 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218166

PORTARIA GSE Nº 231, DE 27 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a necessidade de publicação de ato de admissão com efeitos retroativos ao período da prestação do serviço;
CONSIDERANDO o determinado no art. 6º, XII, da Resolução nº 02/2014- TCE/AM;
CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer nº 38/17-PPT/PGE,
RESOLVE:
CONVALIDAR, nos termos do art. 55 da Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003, o ato de admissão para fins de regularização funcional, sem ônus atual para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, do (a) servidor (a), conforme abaixo:
PROCESSO Nº 01.01.028101.001389/2025-00-SEDUC/SIGED
FRANCILENE CONCEIÇÃO DOS SANTOS FERNANDES, no cargo de PROFESSOR, município de Tefé/AM, referente aos períodos abaixo:

-matrícula nº 010.209-1A - 11/01/1999 a 31/01/1999;
-matrícula nº 010.209-1B - 03/04/2000 a 28/02/2001.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Manaus, 27 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218172

PORTARIA GSE Nº 237, DE 28 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.015260/2025-80/** SEDUC/SIGED e do Laudo Médico nº **280773/2025,**

RESOLVE:

I. READAPTAR temporariamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **RODNEY MARQUES**, cargo PROFESSOR PF20.ESP-III, matrícula nº 234546-3A, lotada na Escola Estadual Padre Luis Ruas/Manaus, no turno vespertino, na função de AUX. DE BIBLIOTECA, a contar de 30/07/2024 a 25/01/2025;

II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987**.**

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218182

PORTARIA GS Nº 276, DE 31 DE MARÇO DE 2025.

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280, de 30/12/2024 e em seus créditos adicionais.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006, de 18/07/2024.

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto;

CONSIDERANDO o teor do **MEMO Nº 040/2025-GEOR/SEDUC/SIGED,**

RESOLVE:

I - ALTERAR o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no **Anexo I** desta Portaria;

II - ANEXO I: com uma movimentação no valor de **R$6.102.230,32 (SEIS MILHÕES, CENTO E DOIS MIL, DUZENTOS E TRINTA REAIS E TRINTA E DOIS CENTAVOS)**;

III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 31 de março de 2025.

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

ANEXO I

28000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

28101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Locação de Imóveis para Unidades Administrativas									
12.122.3283.2777	A	3	1.500.121	3390	0007	80.000,00	3390	0011	80.000,00
	A	3	1.500.121	3390	0007	310,00	3390	0002	310,00
	A	3	1.500.121	3390	0007	310,00	3390	0002	310,00
Manutenção de Unidade Escolar do Ensino Fundamental									
12.361.3283.2550	A	3	1.541.246	3390	0011	679.981,12	3390	0001	679.981,12
Assistência Financeira aos Estabelecimentos de Ensino Fundamental									
12.361.3283.2597	A	3	1.500.100	3350	0006	10.240,00	3350	0009	10.240,00
Aquisição de Produtos Regionalizados para o Ensino Fundamental									
12.361.3283.2768	A	3	1.552.252	3390	0002	28,37	3390	0011	9.054,00

28000 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

28101 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
	A	3	1.552.252	3390	0008	9.025,63			
	A	3	1.552.252	3390	0010	30.073,19	3390	0011	30.073,19
	A	3	1.552.252	3390	0001	651.618,00	3390	0011	651.618,00
	A	3	1.552.252	3390	0009	17.330,00	3390	0011	53.268,33
	A	3	1.552.252	3390	0006	10.709,35			
	A	3	1.552.252	3390	0008	25.228,98			
	A	3	1.552.252	3390	0007	8.755,48	3390	0011	331.933,98
	A	3	1.552.252	3390	0008	323.178,50			
Manutenção de Unidade Escolar do Ensino Médio									
12.362.3283.2554	A	3	1.541.246	3390	0011	628.732,96	3390	0001	628.732,96
Assistência Financeira aos Estabelecimentos de Ensino Médio									
12.362.3283.2648	A	3	1.500.100	3341	0002	371.774,07	3350	0004	504.538,59
	A	3	1.500.100	3341	0003	477.511,69	3350	0010	1.000.000,00
	A	3	1.500.100	3341	0007	655.252,83			
	A	3	1.500.100	3350	0003	325.123,12	3350	0010	230.000,00
	A	3	1.500.100	3350	0002	282.389,25	3350	0004	250.000,00
	A	3	1.500.100	3350	0007	504.068,24	3350	0011	31.580,61
	A	3	1.500.100				3350	0008	140.000,00
	A	3	1.500.100				3350	0009	170.000,00
	A	3	1.500.100				3350	0006	170.000,00
	A	3	1.500.100				3350	0005	120.000,00
Aquisição de Produtos Regionalizados para o Ensino Médio									
12.362.3283.2705	A	3	1.552.252	3390	0002	115,00	3390	0011	115,00
	A	3	1.552.252	3390	0008	10.025,63	3390	0011	10.025,63
	A	3	1.552.252	3390	0001	521.293,50	3390	0011	521.293,50
	A	3	1.552.252	3390	0009	11.538,10	3390	0011	50.140,52
	A	3	1.552.252	3390	0006	7.157,90			
	A	3	1.552.252	3390	0008	31.444,52			
	A	3	1.552.252	3390	0007	5.874,30	3390	0011	223.246,94
	A	3	1.552.252	3390	0008	217.372,64			
Locação de Imóveis para o Ensino Médio									
12.362.3283.2736	A	3	1.550.227	3390	0004	20.000,00	3390	0011	20.000,00
	A	3	1.550.227	3390	0002	33.883,20	3390	0011	33.883,20
Aquisição de Produtos Regionalizados para a Educação de Jovens e Adultos									
12.366.3283.2763	A	3	1.552.252	3390	0011	130.322,25	3390	0001	130.322,25
	A	3	1.552.252	3390	0011	21.562,50	3390	0001	21.562,50
TOTAL (R$)						6.102.230,32			6.102.230,32

Protocolo 218187

PORTARIA GSE Nº 236, DE 28 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.009097/2025-16/SEDUC/SIGED** e do **Laudo Médico nº 297168/2025**,

RESOLVE:

I. READAPTAR temporariamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **ROSINETE TEIXEIRA DA ROCHA SOUZA**, cargo Professor PF40.ESP-III, matrícula nº 203916-8B, lotada no Colégio Nossa Senhora do Carmo, município de Parintins/AM, nos turnos matutino e noturno, na função de AUX. DE BIBLIOTECA, a contar de 29/01/2025 a 28/05/2025;

II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218211

PORTARIA GSE Nº 238, DE 28 DE MARÇO DE 2025

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso das atribuições legais;

CONSIDERANDO o pedido reiterado da entrega de gêneros alimentícios constante nos autos do Processo nº 01.01.028101.034452/2022-42-SEDUC/SIGED juntado ao processo nº 01.01.028101.014668/2025-34- SEDUC/SIGED;

CONSIDERANDO que nos autos do referido processo recomendou-se a adoção de providências para a apuração dos fatos;

CONSIDERANDO a necessidade de compor comissão para conduzir o processo administrativo, além de analisar os fatos e circunstâncias conhecidos, conforme determina art. 277 do Decreto nº 47.133/23 e art. 5º da Instrução Normativa CGE/AM nº 001/2022, como nos casos de rescisão unilateral em razão de interesse público;

CONSIDERANDO a necessidade de instauração de processo administrativo, com os fins de apurar a possível inexecução contratual, como determina art. 78, I, da Lei 8.666/1993;

CONSIDERANDO as sanções previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21 que trata da não execução do objeto contratado,

RESOLVE:

I. INSTAURAR procedimento administrativo para apurar a possível inexecução ao Termo de Contrato nº 039/2022, o qual versa sobre a entrega de gêneros alimentícios para atender às Escolas da Rede Pública da capital, tendo como interessada a Empresa C M FERREIRA RAMOS -EIRELI EPP, CNPJ nº 06.050.372/0001-09, e possíveis danos causados à Administração Pública, assegurando aos interessados o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV da Constituição Federal;

II. DESIGNAR os **servidores Davi da Silva Macedo**, matrícula nº 223.412-2A, Eneida Alessandra Carvalho de Albuquerque, matrícula nº 166.859-5B, e **Anabel Georgia Teixeira Muller**, matrícula nº 223.358-4A, sob a presidência do primeiro para a condução do feito;

III. INSTRUIR os servidores para, quando houver necessidade de conhecimento técnico-jurídico, encaminhar os autos ao setor correspondente para manifestação, em até 05 (cinco) dias antes da emissão do relatório final, e que se adotem todas as medidas legais necessárias para resolução do feito, observados os princípios e normas que regem o processo administrativo;

IV. DETERMINAR o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo;

V. ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218217

PORTARIA GSE Nº 239, DE 28 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a necessidade de publicação de ato de admissão com efeitos retroativos ao período da prestação do serviço;

CONSIDERANDO o determinado no art. 6º, XII, da Resolução nº 02/2014- TCE/AM;

CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer nº 38/17-PPT/PGE,

RESOLVE:

CONVALIDAR, nos termos do art. 55 da Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003, o ato de admissão para fins de regularização funcional, sem ônus atual para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, do (a) servidor (a), conforme abaixo:

PROCESSO Nº 01.01.028101.013481/2025-13-SEDUC/SIGED

ANTONIO RAIMUNDO DIAS BARBOSA, no cargo PROFESSOR, matrícula nº 144.923-0A, referente ao período de: 01/08/1993 a 31/12/1993 e de 01/03/1994 a 31/12/1994.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218220

PORTARIA GSE Nº 240, DE 28 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO a necessidade de publicação de ato de admissão com efeitos retroativos ao período da prestação do serviço;

CONSIDERANDO o determinado no art. 6º, XII, da Resolução nº 02/2014- TCE/AM;

CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer nº 38/17-PPT/PGE,

RESOLVE:

CONVALIDAR, nos termos do art. 55 da Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003, o ato de admissão para fins de regularização funcional, sem ônus atual para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, do (a) servidor (a), conforme abaixo:

PROCESSO Nº 01.01.028101.015975/2025-32-SEDUC/SIGED

SILVANIA DA SILVA REIS, PROFESSOR, matrícula nº 013074-5A, referente ao período de: 01/03/2000 a 31/08/2000.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218222

PORTARIA GSE Nº 243, DE 28 DE MARÇO DE 2025.

A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO o pedido de pagamento constante nos autos do Processo nº 01.01.028101.040983/2023-55/SEDUC/SIGED, 01.01.028101.03852/2023-23/SEDUC/SIGED e 01.01.028101.034691/2023-83/SEDUC/SIGED, juntados ao processo 01.01.028101.014603/2025-99/SEDUC/SIGED);

CONSIDERANDO que nos autos do referido processo recomendou-se a adoção de providências para a apuração dos fatos;

CONSIDERANDO a necessidade de compor comissão para conduzir o processo administrativo, além de analisar os fatos e circunstâncias conhecidos, de acordo com o que determina o artigo 158, da Lei 14.133/2021, como nos casos da realização de despesas sem prévio empenho, vedada pelo artigo 60 da Lei 4.320/1960;

CONSIDERANDO a necessidade de instauração de processo administrativo, com os fins de apurar a responsabilidade de quem supostamente tenha dado causa à prestação de serviços ou fornecimento de bens, sem a devida cobertura contratual, como determina o artigo 277 do Decreto nº 47.133/23, que converge com o teor dos art. 5º da Instrução Normativa CGE/AM nº 001/2022, que define diretrizes e instrui procedimentos para os pagamentos, no âmbito da Administração Pública;

CONSIDERANDO as sanções previstas no artigo 149, caput, e artigo 155, incisos. IV, IX e X, da Lei 14.133/21, tal como a estabelecida no artigo 6º da supracitada Instrução Normativa;

RESOLVE:

I. INSTAURAR procedimento administrativo para apurar a responsabilidade dos envolvidos em possível reconhecimento de dívida em relação aos serviços de limpeza e conservação das Escolas Estaduais da Capital do Amazonas, com exercício no período de 26/08/2023 e 30/11/2023, tendo como interessada **Empresa C. S. Construção**, **Conservação e Serviços LTDA.**, **CNPJ nº 63.675.268/0001-43**, no valor total de **R$ 9.062.566,14 (nove milhões**, **sessenta e dois mil**, **quinhentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos)**, além de possíveis danos causados à Administração

Pública, assegurando aos interessados o direito constitucional ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do art. 5º, LV da Constituição Federal;
II. DESIGNAR os **servidores Davi da Silva Macedo**, matrícula funcional 223412-2A, **Mario Douglas Teixeira Bentes**, matrícula funcional 254.111-4A e **Anabel Georgia Teixeira Muller**, matrícula funcional 223358-4A, sob a presidência do primeiro para a condução do feito;
III. INSTRUIR os servidores para, quando houver necessidade de conhecimento técnico-jurídico, encaminhar os autos ao setor correspondente para manifestação, em até 05 (cinco) dias antes da emissão do relatório final, e que se adotem todas as medidas legais necessárias para resolução do feito, observados os princípios e normas que regem o processo administrativo;
IV. DETERMINAR o prazo de 90 (noventa) dias para apresentação de relatório conclusivo;
V. ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218224

RESENHA DAS AUTORIZAÇÕES DE DESLOCAMENTOS DOS SERVIDORES, conforme teor do **MEMO Nº 048/2025-GTRANS/SEDUC/SIGED.**
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
Nome/Cargo: Marinalva Frazão Boás/Assessora. Destino/Período: Mao/Brasília/Mao/08 de abril de 2025. **Objetivo:** Participar do Seminário Nacional Pé-de-Meia, que consolida como uma estratégica essencial para o sucesso Escolar dos Estudantes do Ensino Médio. **Nome/Cargo: Alcione Lelo Reis/Professora. Destino/Período:** Mao/Palmas/Mao/ 22 a 26 de abril de 2025. **Objetivo:** Participar da Reunião com a Coordenação Nacional de Educação Fiscal, com seus representantes com objetivo de apresentar as comissões temáticas para aprovar coletivamente o Plano de Ação em parceria com o MEC. **Nome/Cargo: 1. Paulo Raphael Pereira Melanias/Professor. Nome/Cargo: 2. Tairone Silva dos Santos/ Professor. Nome/Cargo: 3. Ivony Freitas Maia/Pedagoga. Nome/Cargo: 4. Rodrigo dos Santos Vasconcelos/Assistente Técnico. Destino/ Período:** Mao/Itapiranga/São Sebastião do Uatumã/Itapiranga/ Mao/ 22 a 26 de abril de 2025. **Objetivo:** Realizar suporte técnico e orientar como usar a SALA MAKER, para Formação dos Professores. **Nome/Cargo: Dina Silva Pires Reis/Professora. Destino/Período:** Mao/Itapiranga/São Sebastião do Uatumã/Itapiranga/ Mao/22 a 26 de abril de 2025. **Objetivo:** Realizar encontro Pedagógico com os profissionais da Educação na Escola da Floresta.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, de 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218230

PORTARIA GSE Nº 241, DE 28 DE MARÇO DE 2025.
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.013181/2025-34/ SEDUC/SIGED** e do **Laudo Médico nº 297772/2025**,

RESOLVE:

I. READAPTAR definitivamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **LINDACIRA DOS SANTOS VIEIRA BARBOSA**, cargo Professor, matrícula nº 166.406-9A, lotada na Escola Estadual Pedro Teixeira, município de Tabatinga/AM, no turno vespertino, na função de AUX. DE BIBLIOTECA, a contar de 06/02/2025;
II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218233

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 20/2022.
DATA DA ASSINATURA: 31.03.2025. **PARTES CONTRATANTES:** O Estado do Amazonas, através da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar e, do outro lado, a empresa **PRODAM - PROCESSAMENTO DE DADOS AMAZONAS S.A. OBJETO:** Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais **doze (12) meses**, contados de 01.04.2025 **até 01.04.2026** para dar continuidade serviços de Solução de Sistema de Gestão Educacional que proporcione a informatização dos processos administrativos, pedagógicos, matrícula online e de gestão de pessoas da SEDUC/AM, conforme o Memo. n° 190/2024- NGCC, Projeto Básico e Parecer n° 1147/2025-ASSJUR, partes integrantes do ajuste. **FUNDAMENTO DO ATO: Processo Administrativo nº. 01.01.028101.036238/2024-92.**

ROBERT CORREA CARVALHO COSTA
Coordenador do Núcleo de Gestão de Contratos e Convênios

Protocolo 218235

PORTARIA GSE Nº 242, DE 28 DE MARÇO DE 2025.
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a necessidade de publicação de ato de admissão com efeitos retroativos ao período da prestação do serviço;
CONSIDERANDO o determinado no art. 6º, XII, da Resolução nº 02/2014- TCE/AM;
CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer nº 38/17-PPT/PGE,

RESOLVE:

CONVALIDAR, nos termos do art. 55 da Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003, o ato de admissão para fins de regularização funcional, sem ônus atual para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, do (a) servidor (a), conforme abaixo:
PROCESSO Nº 01.01.028101.001246/2025-07-SEDUC/SIGED
GEANKLA MONTEIRO DE MEDEIROS, PROFESSOR, matrícula nº 014.068-6A, município nº Tefé/AM, referente ao período de 03/05/2000 a 28/02/2001.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218236

PORTARIA GSE Nº 244, DE 28 DE MARÇO DE 2025.
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a necessidade de publicação de ato de admissão com efeitos retroativos ao período da prestação do serviço;
CONSIDERANDO o determinado no art. 6º, XII, da Resolução nº 02/2014- TCE/AM;
CONSIDERANDO a manifestação da Procuradoria Geral do Estado, por meio do Parecer nº 38/17-PPT/PGE,

RESOLVE:

CONVALIDAR, nos termos do art. 55 da Lei nº 2.794, de 06 de maio de 2003, o ato de admissão para fins de regularização funcional, sem ônus atual para a Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar, do (a) servidor (a), conforme processo abaixo:
PROCESSO Nº 01.01.028101.015006/2025-81-SEDUC/SIGED
ALDEMIR MITOSO CAMARA, cargo PROFESSOR SERVIÇOS PRESTADOS LIC. CURTA, município de Manaus/AM, referente aos períodos abaixo:
.matrícula nº 009.901-5A - 01/08/1998 a 31/08/1998;
.matrícula nº 009.901-5C - 01/10/1998 a 31/03/1999.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218238

PORTARIA GSE Nº 245, DE 31 DE MARÇO DE 2025
A SECRETÁRIA EXECUTIVA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.013983/2025-44/ SEDUC/SIGED** e do **Laudo Médico nº 298321/2025**,

RESOLVE:

I. READAPTAR temporariamente, nos termos do art. 32 e Parágrafo Único da Lei nº 1778/87, o(a) servidor(a) **CONCEIÇÃO DA SILVA**

COSTA, PROFESSOR PF20.LPL-IV, matrícula nº 224662-7B, lotada na Escola Estadual Tiradentes, no turno vespertino, na função de AUX. DE BIBLIOTECA, a contar de 13/02/2025 a 11/08/2025;
II. DETERMINAR ao Departamento de Gestão de Pessoas/Gerência de Lotação que atribua ao(à) professor(a) as atividades, conforme estabelecido no art. 4º e seus parágrafos, da Portaria nº 017, de 09 de janeiro de 1987.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 31 de março de 2025.

ROSANA APARECIDA FREIRE NUNES
Secretária Executiva de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218241

PORTARIA GS Nº 275, DE 28 DE MARÇO DE 2025.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO ser dever desta Secretaria zelar para que seus servidores apresentem conduta ilibada no exercício de suas funções, no âmbito da Administração Pública Estadual;
CONSIDERANDO a determinação contida no Processo nº 01.01.028101.04 0217/2024-71-SEDUC/SIGED,
RESOLVE:
I. CONSTITUIR Comissão Sindicante para apurar denúncias contidas no processo supracitado, de interesse da Coordenadoria Regional de Educação de São Gabriel da Cachoeira/AM:
II. DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas para, sob a presidência da primeira, comporem a referida comissão:
- **Roseane Rodrigues da Cunha**, matrícula funcional 162027-4 A/B;
- **Ionariellen Cavalcante dos Santos**, matrícula funcional 213683-0C;
- **Jésika Maria Aroucha Mendes**, matrícula funcional 231406-1B.
III. DETERMINAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório conclusivo, prorrogáveis por igual período mediante justificativa;
IV. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218246

PORTARIA GS Nº 271, DE 28 DE MARÇO DE 2025.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO a Portaria nº 1056, publicada no Diário Oficial do Estado, de 23/08/2024, que altera na forma que especifica a Portaria nº 990, publicada no Diário Oficial do Estado, de 25/08/2022;
CONSIDERANDO o atendimento à **Lei nº 14.113**, de 25/12/2020, bem como à **Lei nº 4.183**, de 26 de junho de 2015;
CONSIDERANDO o teor do **Processo Nº 01.01.028101.016244/2025-04/ SEDUC/SIGED** e o **MEMO Nº 153/2025-DEGESC/SEDUC/SIGED**,
RESOLVE:
DESIGNAR para a função de Diretor (a) Escolar da **ESCOLA ESTADUAL PADRE JOÃO BADALOTTI** (Tipo III, FGD-3), da Coordenadoria Regional de Educação no município de Barcelos/AM, o (a) servidor (a) **EMERSON RODRIGUES DA ROCHA**, PROFESSOR PF20.LPL-IV, matrícula nº 152.837-8C, a contar de 26/03/2025.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218247

PORTARIA GS Nº 270, DE 28 DE MARÇO DE 2025.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO ser dever desta Secretaria zelar para que seus servidores apresentem conduta ilibada no exercício de suas funções, no âmbito da Administração Pública Estadual;
CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.037633 /2024-92-SEDUC/SIGED,**
RESOLVE:
I. CONSTITUIR Comissão Sindicante para apurar denúncias contidas no processo supracitado, de interesse da Coordenadoria Distrital de Educação 02;
II. DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas para, sob a presidência da primeira, comporem a referida comissão:
.Roseane Rodrigues da Cunha - matrícula nº 162.027-4A/B;
.Ionariellen Cavalcante dos Santos - matrícula nº 213.683-0C;
.Jésika Maria Aroucha Mendes, matrícula nº 231.406-1B.
III. DETERMINAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório conclusivo, prorrogáveis por igual período mediante justificativa;
IV. ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218248

PORTARIA GS Nº 268, DE 28 DE MARÇO DE 2025.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, no uso de suas atribuições,
CONSIDERANDO ser dever desta Secretaria zelar para que seus servidores apresentem conduta ilibada no exercício de suas funções, no âmbito da Administração Pública Estadual;
CONSIDERANDO o teor do **Processo nº 01.01.028101.037090 -2024-03-SEDUC/SIGED,**
RESOLVE:
I. CONSTITUIR Comissão Sindicante para apurar denúncias contidas no processo supracitado, de interesse da Coordenadoria Regional de Educação de Maués/AM;
II. DESIGNAR as servidoras abaixo relacionadas para, sob a presidência da primeira, comporem a referida comissão:
.Roseane Rodrigues da Cunha - matrícula nº 162.027-4A/B;
.Ionariellen Cavalcante dos Santos - matrícula nº 213.683-0C;
.Jésika Maria Aroucha Mendes, matrícula nº 231.406-1B.
III. DETERMINAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório conclusivo, prorrogáveis por igual período mediante justificativa;
IV. ESTA PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Manaus, 28 de março de 2025.

ARLETE FERREIRA MENDONÇA
Secretária de Estado de Educação e Desporto Escolar

Protocolo 218249

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa - SEC

PORTARIA Nº 159/2025-GS/SEC
ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais. **O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024. **CONSIDERANDO** a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto, **RESOLVE**: **I** - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria; **II** - Anexo I: com uma movimentação no valor de R$2.660,00 (DOIS MIL E SEISCENTOS E SESSENTA REAIS); **III** - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025. **CIENTIFIQUE-SE**, **PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA**, em Manaus, 31 de março de 2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

ANEXO I

20000 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

20101 SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Fortalecimento do Ecossistema da Cultura e da Economia Criativa no Estado do Amazonas									
13.392.3303.2083	A	3	1.501.160	3390	0007	1.011,00	3390	0001	1.011,00
	A	3	1.501.160	3390	0007	1.649,00	3390	0001	1.649,00
TOTAL (R$)						2.660,00			2.660,00

Protocolo 218240

TERMO DE DISTRATO AO CONTRATO Nº 14/2024-SEC

Data: 25.03.2025. Partes: Estado do Amazonas/SEC e a UNIVERSIDADE PATATIVA DO ASSARÉ. CNPJ nº 05.342.580/0001-19. Objeto: O presente distrato tem por finalidade a rescisão do Contrato nº 14/2024, firmado entre as partes, que tem como objeto a execução de serviços de recrutamento e seleção de estagiários de nível médio e superior, em razão do descredenciamento da CONTRATADA no Edital de Credenciamento nº 001/2024-CSC. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: item 22.7 do Edital de Credenciamento nº 001/2024-CSC e nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021. RESCISÃO: 01/04/2025. Proc. nº 01.01.020 101.001248/2025-86-SEC.

Manaus, 28.03.2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 218242

TERMO DE CONTRATO Nº 04/2025-SEC

Data: 18.03.2025. Partes: Estado do Amazonas/SEC e A P SARUBBI. CNPJ nº 07.830.873/0001-70. Objeto: Aquisição de 30 (trinta) Fornos Micro-ondas, para atender as necessidades da Secretaria de Cultura e Economia Criativa-SEC e suas unidades, através de Ata de Registro de Preços n° 0307/2024-2, PE n° 042/24-CSC e-Compras. Valor Global: R$ 18.299,70 (dezoito mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta centavos). UO: 20101, PT: 13.391.3303.2340.0011; ND: 44905212, FT: 1.501.1600.0000.0000, NE nº 2025NE0000324, em 18.03.2025, no valor de R$ 18.299,70 (dezoito mil, duzentos e noventa e nove reais e setenta centavos). Prazo: 18/03/2025 a 18/03/2026. Proc. nº 01.01.020101.007997/2024-36-SEC.

Manaus, 24.03.2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 218243

RESULTADO FINAL DE EDITAL

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, no uso de suas atri-buições legais, torna pública a publicação do **RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2024 - FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS DE PROPONENTES NEGROS** em 26.03.2025. A íntegra do Edital e seus anexos está disponível desde a data no site https://cultura.am.gov.br/pnab-amazonas/. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**.

Manaus, 31/03/2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 218245

RESULTADO FINAL DE EDITAL

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, no uso de suas atri-buições legais, torna pública a publicação do **RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2024 - FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS DO SEGMENTO TRANS** em 28.03.2025. A íntegra do Edital e seus anexos está disponível desde a data no site https://cultura.am.gov.br/pnab-amazonas/. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**.

Manaus, 31/03/2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 218251

RESULTADO FINAL DE EDITAL

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, no uso de suas atri-buições legais, torna pública a publicação do **RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2024 - FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS DE DANÇA** em 28.03.2025. A íntegra do Edital e seus anexos está disponível desde a data no site https://cultura.am.gov.br/pnab-amazonas/. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**.

Manaus, 31/03/2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 218252

RESULTADO FINAL DE EDITAL

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, no uso de suas atri-buições legais, torna pública a publicação do **RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2024 - FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS DE LITERATURA** em 28.03.2025. A íntegra do Edital e seus anexos está disponível desde a data no site https://cultura.am.gov.br/pnab-amazonas/. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**.

Manaus, 31/03/2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 218253

RESULTADO FINAL DE EDITAL

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA**, no uso de suas atri-buições legais, torna pública a publicação do **RESULTADO FINAL DOS CLASSIFICADOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2024 - FOMENTO À EXECUÇÃO DE AÇÕES CULTURAIS DE CIRCO** em 28.03.2025. A íntegra do Edital e seus anexos está disponível desde a data no site https://cultura.am.gov.br/pnab-amazonas/. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**.

Manaus, 31/03/2025.

CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa

Protocolo 218254

Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP

PORTARIA Nº 069/2025-GS/SSP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Delegada nº. 123, de 31 de outubro de 2019, Anexo Único, parte 16;

RESOLVE:

I - DISPENSAR a servidora da função gratificada, conforme abaixo:

Ord	Servidor(a)	FG	Unidade administrativa	A contar
01	Karla Roberta Vasconcelos Costa Lima	FG-1	SSP	01/03/2025

II - DESIGNAR, em substituição, o servidor, conforme abaixo:

Ord	Servidor(a)	FG	Unidade administrativa	A contar
01	Thiago Dantas Pinto	FG-1	SSP	01/04/2025

III - Ao Departamento de Gestão de Pessoas e aos servidores para que tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes deste Ato.

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em Manaus, 25 de março de 2025.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 218128

PORTARIA Nº 051/2025-GS/SSP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

CONSIDERANDO a solicitação constante no Processo nº 01.01.022101.006051/2025-69 (SIGED);

CONSIDERANDO o despacho do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amazonas Wilson Miranda Lima no Processo n.º 01.01.022101.040489/2024-95 (SIGED), que autoriza a prorrogação até 31 de dezembro de 2025, em caráter excepcional, dos contratos temporários firmados com esta SSP, a fim de suprir as necessidades dos Institutos Integrados ao Departamento de Polícia Técnico-Científica e demais órgãos que integram a estrutura da Secretaria de Segurança.

RESOLVE:

I - DISPENSAR, a pedido, o contrato temporário de pessoal do servidor abaixo:

N.	Nome	Função	A contar de
1.	Ianke Sena de Souza	Auxiliar Administrativo Supervisor	01/03/2025

II - **REPOR**, o contrato temporário de pessoal, em substituição ao servidor mencionado acima, conforme abaixo:

N.	Nome	Função	A contar de
1.	Andrielly de Jesus da Silva Araújo	Auxiliar Administrativo Supervisor	01/03/2025

III - Ao Departamento de Gestão de Pessoas e aos servidores para que tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes deste Ato.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em Manaus, 06 de março de 2025.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 218129

PORTARIA N.º 072/2025-GS/SSP
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e
CONSIDERANDO o disposto no Art. 78, da Lei n.º 1762, de 14 de novembro de 1986, Seção VIII, da Licença Especial;
CONSIDERANDO o resultado do Processo nº 01.01.022101.006575/2025-50 (SIGED), datado de 06/03/2025;
RESOLVE:
I - **CONCEDER** à servidora **ROSARIA FATIMA PEREIRA FERNANDES**, Assistente Técnico I, do Quadro Permanente desta Secretaria, matrícula nº 008.360-7B, 03 (três) meses de licença especial, no período de **30/04/2025 à 29/07/2025**, referente ao quinquênio **12/03/2012 à 11/03/2017.**
II - Ao Departamento de Gestão de Pessoas e à servidora mencionada acima para conhecimento e adoção dos procedimentos previstos em Lei decorrentes deste Ato.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em Manaus, 26 de março de 2025.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 218132

PORTARIA N.º 071/2025-GS/SSP
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e
CONSIDERANDO o pedido de Licença para Tratamento de Interesse Particular constante no Processo n.º 01.01.022101.008733/2025-06 (SIGED), datado de 24/03/2025;
CONSIDERANDO o que constano Processo n.º 01.01.022101.008732/2025-61 (SIGED), datado de 24/03/2025;
RESOLVE:
I - **INTERROMPER** a Licença Especial, publicada em Diário Oficial do Estado, edição nº 35.393, de 27/01/2025, conforme Portaria n.º 013/2025-GS/SSP, pág. 04, Poder Executivo, Seção II, de interesse do servidor **Thiago Costa Quincó**, Assistente Operacional III, do Quadro Permanente desta Secretaria, matrícula n.º 242.565-3A, a contar do dia 01/04/2025;
II - Ao Departamento de Gestão de Pessoas e ao servidor para que tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes deste Ato.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em Manaus, 26 de março de 2025.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 218135

PORTARIA N.º 070/2025-GS/SSP
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, e
CONSIDERANDO o que consta no Processo nº **01.01.022101.008733/2025-06** (SIGED), datado de 24/03/2025, de interesse do servidor THIAGO COSTA QUINCO, Assistente Operacional III, do Quadro de Pessoal Efetivo desta Secretaria de Estado de Segurança Pública, o qual requer licença para Tratamento de Interesse Particular;
CONSIDERANDO o PARECER Nº 228/2025 - ASJUR/SSP-AM, datado de 25/03/2025, que entende ser possível a concessão da licença pleiteada, ora acolhida pelo Exmo. Sr. Secretário Executivo;
RESOLVE:
I - **CONCEDER**, de acordo com o Art. 75 da Lei n. º 1.762, de 14 de novembro de 1.986, com alterações introduzidas pela Lei n. 2.531/1.999, 03 (três) anos de Licença para Tratamento de Interesse Particular ao servidor abaixo relacionado, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo desta Secretaria de Estado de Segurança Pública:

Matrícula	Servidor	Cargo	Período
242.565-3A	THIAGO COSTA QUINCO	Assistente Operacional III	01/04/2025 à 31/03/2028

II - Ao Departamento de Gestão de Pessoas e ao servidor para que tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes deste Ato.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, em Manaus, 26 de março de 2025.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 218139

PORTARIA N° 073/2025-GS/SSP
INSTITUI COMITÊ EDITORIAL para elaboração da Revista Institucional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e na conformidade da competência lhe confere a Lei n° 4.163, de 09 de março de 2015 c/c a Lei Delegada n° 79, de 18 de maio de 2007 e a Lei Delegada n° 123, de 31 de outubro de 2019;
RESOLVE:
Art. 1º Instituir o Comitê Editorial responsável pela elaboração da Revista Institucional da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), com o objetivo de planejar, organizar, revisar e propor a diagramação do conteúdo que integrará a referida publicação.
Art. 2º O Comitê Editorial será presidido pelo Cel QOPM CÉSAR MAURÍCIO DE ABREU MELO e será composto por representantes dos seguintes setores da SSP-AM:

SETOR	REPRESENTANTE
I - Gabinete do Secretário Executivo (GSE);	CAP QOPM Patrícia Raquel Bezerra Delgado
II - Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Integrada (SEAGI);	TEN CEL QOPM Alisson Botelho
III - Secretaria Executiva Adjunta de Inteligência (SEAI);	Margareth Marinho Pereira Cavalcante
IV - Secretaria Executiva Adjunta de Operações (SEAOP);	MAJ QOPM Diego Magalhães Medeiros
V - Instituto Integrado de Ensino de Segurança Pública (IESP);	CEL QOBM Sulemar do Nascimento Barroso
VI - Núcleo de Investigação e Recuperação de Celulares (NIRC);	IPC Carolina Marini da Silva Kanitz
VII - Centro Integrado de Análise de Imagens de Segurança Pública (CIAISP);	MAJ PM Marcelo Monteiro Magalhães
VIII - Centro Integrado de Estatística de Segurança Pública (CIESP);	TC QOPM Rouget Brito de Aguiar Filho
IX - Centro Integrado de Elaboração de Políticas e Acompanhamento de Projetos de Segurança Pública (CIAESP);	Denis Caetano Gomes Cavalcante
X - Assessoria de Comunicação da SSP-AM (ASCOM).	Carla de Albuquerque Nogueira
XI - Chefia de Gabinete (CG/SSP)	CAP PM Celso Gomes Barbosa Neto

Art. 3º São atribuições do Comitê Editorial:
I - Coletar informações e conteúdos relevantes produzidos pelos diversos setores da SSP-AM, com potencial interesse público;
II - Selecionar, estruturar e revisar os materiais coletados, considerando critérios de clareza, relevância e alinhamento com os objetivos da revista;
III - Sugerir pautas e temas estratégicos que valorizem as ações da Secretaria e promovam a integração entre os órgãos do sistema de segurança pública;
IV - Organizar e consolidar as contribuições recebidas, zelando pela coerência editorial da publicação;
V - Trabalhar, em conjunto com a Assessoria de Comunicação, na identidade visual, título, seções e demais elementos gráficos da revista;
VI - Diagramar a versão final da revista, apresentando-a em formato digital ou impresso, pronta para validação pela alta gestão da SSP-AM.
Art. 4º O prazo para a conclusão dos trabalhos do Comitê será de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data de publicação desta Portaria.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Manaus, 27 de março de 2025.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 218153

PORTARIA Nº 074/2025-GS/SSP

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais e na conformidade da competência que lhe confere a Lei nº 4.163, de 09 de março de 2015 c/c a Lei Delegada nº 79, de 18 de maio de 2007, e a Lei Delegada nº 123, de 31 de outubro de 2019;
CONSIDERANDO o afastamento do servidor JOSÉ DIVANILSON CAVALCANTI JUNIOR, Secretário Executivo Adjunto de Inteligência- SEAI/SSP-AM, no período de 24 de março a 4 de julho de 2025, para participação presencial, em Brasília, no Curso Superior de Inteligência Estratégica - CSIE 2025, em nível de pós-graduação lato sensu (especialização).
RESOLVE:
I - DESIGNAR o Major QOPM FRANCISCO CAMURÇA BEZERRA NETO, Coordenador de Inteligência - SEAI, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo cargo de Secretário Executivo Adjunto de Inteligência- SEAI/SSP-AM, durante o afastamento legal do Titular.
II - Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos à data de 24 de março de 2025.
PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, Manaus, 28 de março de 2025.

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DE ALMEIDA
Secretário de Estado de Segurança Pública

Protocolo 218185

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP

RESENHA DA PORT. 038-INTERNA-GAB/SEAP

O SECRETÁRIO DA SEAP/AM, no uso de suas atribuições legais, conforme Decreto nº 40.691 de 16 de maiode 2019, autoriza a concessão de diárias e passagens aos servidores: Dillaney Silva Fabar, Wellington FrankMacena Cabral, Felipe Da Silva Abreu. **Trecho:** Manaus (AM) - Brasília (DF)-Manaus (AM). **Período:** 25/04 a 29/04/2025. **Objetivo:** Participação no 3 º Encontro de Diretores de Unidade Prisionais, na cidade de Brasília (DF) na sede SANAPPEN. **GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**.

PAULO CESAR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

Protocolo 218142

PORTARIA Nº 044/2025 - GAB/SEAP

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA,no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024.
CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,
RESOLVE:
I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria;
II - **Anexo I:** com uma movimentação no valor de **R$120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)**;
III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, em Manaus, 28 de Março de 2025.

PAULO CESAR GOMES DE OLIVEIRA JUNIOR
Secretário de Estado de Administração Penitenciária

ANEXO I

41000 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

41101 SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais									
14.122.0001.2003	A	1	1.500.100	3191	0001	120.000,00	3190	0001	120.000,00
TOTAL (R$)						120.000,00			120.000,00

Protocolo 218218

Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 002/2025-SEINFRA. Data da Assinatura: 28/03/2025. Partes: O Estado do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, e a empresa FORT FACILITIES ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA. Objeto: REFORMA E ADEQUAÇÂO DO PARQUE GRÁFICO DA IMPRENSA OFICIAL DO AMAZONAS LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM. Vigência: 210 (duzentos e dez) dias corridos. Valor: R$ 1.277.992,87 (um milhão, duzentos e setenta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos). Dotação: Unidade Orçamentária: 11206; Programa de Trabalho: 24.122.3229.1569.0011; Natureza da Despesa: 44905193; Fonte de Recurso: 2.501.2010.0000.0000; tendo sido emitida em 28/03/2025 a Nota de Empenho nº 2025NE0000411 no valor de R$ 410.033,54 (quatrocentos e dez mil, trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos). O saldo restante será empenhado oportunamente. Processo Administrativo nº 01.01.025101. 003135/2024-58-SEINFRA.

Manaus, 28 de março de 2025.

CARLOS HENRIQUE DOS REIS LIMA
Secretário de Estado de Infraestrutura

Protocolo 218231

PORTARIA/SEINFRA/GS/Nº 00243/2025

ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024.
CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,
RESOLVE:
I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria;
II - Anexo I: com uma movimentação no valor de R$441.700,50 (QUATROCENTOS E QUARENTA E UM MIL, SETECENTOS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS);
III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA, em Manaus, 31 de março de 2025.

CARLOS HENRIQUE DOS REIS LIMA
Secretário de Estado de Infraestrutura

ANEXO I

25000 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E REGIÃO METROPOLITANA DE MANAUS

25101 SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Administração da Unidade									
15.122.0001.2001	A	3	1.501.170	3350	0001	36.672,50	3390	0001	36.672,50
Implantação, Ampliação, Melhoria e Modernização de Espaços e Prédios Públicos									
15.451.3300.1276	P	4	1.501.170	4490	0011	359.889,69	4490	0001	359.889,69
Implantação, Ampliação, Melhoria e Modernização de Obras de Artes Especiais									
26.785.3300.1498	P	4	1.501.170	4490	0007	45.138,31	4490	0001	45.138,31
TOTAL (R$)						441.700,50			441.700,50

Protocolo 218146

Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania - SEJUSC

PORTARIA N.º 35/2025-GS/SEJUSC

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SEJUSC, no uso de suas atribuições legais; **RESOLVE: I - CONCEDER** férias referentes ao exercício de 2024/2025 aos servidores relacionados, de acordo com o estabelecido na Portaria nº114/2024-GS/SEJUSC, de 11.11.2024

Servidor	Matrícula	Período
Adelardo Ferreira de Souza	254.377-0B	01/04 a 30/04/2025
Alex Jose Brito Silveira	181.531-8F	01/04 a 15/04/2025
Antonio Juracy Maciel de Lima	230.028-1B	01/04 a 30/04/2025
Augusto Afonso Neto	265.704-0A	01/04 a 30/04/2025
Doralice Bitencourt dos Santos	232.685-0C	01/04 a 30/04/2025
Itaner Pinheiro Filho	224.770-0E	01/04 a 30/04/2025
Janainna Pinto Souto Maior de Albuquerque	176.779-8D	28/04 a 07/05/2025
Jeberson Menezes da Cunha	266.890-4B	01/04 a 30/04/2025
Jose Genilson de Medeiros Cursino	120.252-9B	01/04 a 30/04/2025
Josineia de Souza Alves	265.888-7A	01/04 a 30/04/2025
Lucinilda Ramos de Souza	248.409-9A	01/04 a 30/04/2025
Mara Rubia Guimaraes de Souza	202.832-8B	01/04 a 30/04/2025
Miguel Ibernom da Silva Neto	225.709-2B	01/04 a 30/04/2025
Wagner Costa de Freitas	266.976-5A	01/04 a 15/04/2025

II - **CONCEDER** férias referentes ao exercício de 2023/2024 aos servidores relacionados, de acordo com o estabelecido na Portaria nº143/2023-GS/SEJUSC, de 16.11.2023:

Servidor	Matrícula	Período
João Batista de Souza Almeida Júnior	262.184-3B	03/04 a 17/04/2025

III - **CONCEDER** férias aos servidores relacionados:

Servidor	Matrícula	Período	Dias
Carolina Monteiro Brasileiro	247.935-4B	2021/2022	31/03 a 04/04/2025
Carolina Monteiro Brasileiro	247.935-4B	2022/2023	05 a 14/04/2025
Kelly Cristine Coutinho Maia	262.102-9A	2021/2022	01 a 30/04/2025
Mary Lopes Peixoto	102.814-6B	2022/2023	07 a 16/04/2025

IV - TRANSFERIR férias, por conveniência do servidor, referentes ao exercício de 2024/2025:

Servidor	Matrícula	Mês	Dias
Doralice dos Santos Lira	266.633-2A	Abril	30
Fabiana Ferreira da Silva	265.571-3B	Abril	30
Jairo Rafael Moraes Munhoz	247.974-5F	Abril	30
Jannaina Pinto Souto Maior de Albuquerque	176.779-8D	Abril	20
Kathleen Santos da Silva Menezes	256.560-9A	Abril	30
Luandra de Matos Buzaglo	256.612-5A	Abril	30
Maria do Socorro Bernardo Pinto	228.130-9C	Abril	30
Rosangela Acordi	237.395-5A	Abril	30
Wagner Costa de Freitas	266.976-5A	Março	15

V - TRANSFERIR férias, por necessidade de serviço, referentes ao exercício de 2024/2025:

Servidor	Matrícula	Mês	Dias
Adelia Teixeira da Silva	213.141-2C	Abril	30
Adriana Maria Pena de Abreu	184.369-9F	Abril	30
Emerson Tavares Pereira	247.629-0B	Abril	30
Fabiana de Araujo Gomes Barros	231.972-1C	Abril	30

VIII - TRANSFERIR férias, por conveniência do servidor:

Servidor	Matrícula	Período	Dias
Carolina Monteiro Brasileiro	247.935-4B	2022/2023	20

JUSSARA PEDROSA CELESTINO DA COSTA
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

Protocolo 218149

Secretaria de Estado da Assistência Social - SEAS

PORTARIA Nº 149/2025 - GSEAS

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEAS, autoriza o pagamento de Passagens e Diárias a seguir: **Nome e Cargo**: Valéria Abreu dos Santos/Colaborador(a); **Destino e Período**: Manaus-AM/Brasília-DF/Manaus-AM; 14/04/2025 a 16/04/2025; **Objetivo:** Participação na Reunião Intersetorial sobre as condicionalidades do Programa Bolsa Família - PBF - Oficina de Acolhimento, Capacitação e Integração, a ser realizada em Brasília -DF nos dias 15 e 16/04/2025.

Manaus, 31 de março de 2025

KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA
Secretária de Estado da Assistência Social

Protocolo 218186

PORTARIA Nº 155/2025 - GSEAS

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEAS, autoriza o pagamento de Passagens e Diárias a seguir: **Nome e Cargo:** Luana Caroline Paulain da Costa Lascas/Assessor I; Francisca Sidivane Ribeiro Guimarães/Assessor II; Larissa Karine Gomes dos Santos/Colaborador(a); **Destino e Período**: Manaus-AM/Humaitá-AM/Manaus-AM; 21/04/2025 a 25/04/2025; **Objetivo**: Realizar visita técnica, acompanhar a execução do objeto a reunir com a equipe técnica da Associação referente ao Termo de Fomento 29/2024, firmado com a Organização da Sociedade Civil Associação Comitiva Todo Torto e Termo de Fomento 41/2024, firmado com a Organização da Sociedade Civil Obra Social Nossa Senhora da Glória-Fazenda da Esperança Doze Apóstolos no Município de Humaitá.

Manaus, 31 de março de 2025

KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA
Secretária de Estado da Assistência Social

Protocolo 218188

PORTARIA Nº 156/2025 - GSEAS

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL/SEAS, autoriza a Complementação de Diárias a seguir: **Nome e Cargo**: Maria da Conceição Pinheiro de Fonte/ Assessor II; Ana Rita Rodrigues e Silva/Colaborador(a); Elyne Antonielly Caetano Silva/Colaborador(a); Larissa Marques Costa/Assessor II; Josielle dos Santos de Azevedo/Colaborador(a); Rosa Gomes da Costa/Colaborador(a); **Destino e Período**: Eirunepé/Manaus ;15/03/2025 **Objetivo**: O Retorno da Equipe de apoio técnico do Município de Eirunepé, inicialmente previsto para retornar dia 14 de março de 2025, através do voou da casa Militar, foi adiado para o dia 15 de março, esse imprevisto ressultou na necessidade de permanência da equipe por mais um dia no local, gerando despesas adicionais não previstas, diante do exposto, solicitamos a complementação das díarias correspondentes ao dia adicional de deslocamento a fim de cobrir os custos decorrentes.

Manaus, 31 de março de 2025

KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA
Secretária de Estado da Assistência Social

Protocolo 218191

Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO EX OFFICIO AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2024

ESPÉCIE: 1º TERMO ADITIVO EX OFFICIO AO TERMO DE FOMENTO Nº 01/2024. **Processo n°**: 01.01.030701.000009/2025-01. **Data:** 28/03/2025. **Partes:** Fundo Estadual de Meio Ambiente - FEMA e a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari - AMARU. **Objeto:** O presente 1º Termo Aditivo ex Officio ao Termo de Fomento nº 01/2024, tem por objeto a prorrogação de prazo por mais 73 (setenta e três) dias, da parceria entre o FEMA e a AMARU, em razão

do atraso no repasse financeiro para o referido termo de fomento, ocorrido somente em 20 de dezembro de 2024. **Vigência:** A vigência do presente Termo Aditivo fica prorrogada por mais 73 (setenta e três) dias, a contar do dia 30 de março de 2025 à 10 de junho de 2025, com sua eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas - DOE/AM. **Ratificação:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições constantes no Termo do Fomento primitivo.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA SEMA, em Manaus, 28 de março de 2025.

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Protocolo 217960

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº 17/2024
ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Termo de Contrato nº 17/2024. **Processo n.**°: 01.01.030701.000240/2025-56. Data: 14/03/2024. **Partes:** Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e a empresa CONNECTION - Advisory, Outsorcing and Services LTDA. **Objeto:** O presente 1º Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo por mais 04 (quatro) meses da prestação de serviços de fornecimento de garrafões retornáveis de água mineral, com vistas a suprir as demandas da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, conforme quantitativos estabelecidos no Projeto Básico nº 01/2025, o qual faz parte integrante deste Contrato independentemente de transcrição. **Vigência:** O presente 1º Termo Aditivo terá sua vigência prorrogada pelo prazo de 04 (quatro) meses, a contar da data da assinatura, com eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas - DOE/AM. **Valor:** O valor global do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2024 é de R$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais). **Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária:** 030101; **Programa de Trabalho:** 18.122.0001.2001.0001; **Natureza de Despesa:** 33903007; **Fontes de Recursos:** 1.709.1400.0000.0000; **Evento:** 400091; **Modalidade:** 2 - Estimativo, referente à **Nota de Empenho Nº: 2025NE0000087**, no valor de R$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), emitida em 13/03/2025. **Ratificação:** Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições constantes no Termo de Convênio primitivo.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA SEMA, em Manaus, 31 de março de 2025.

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Secretário de Estado do Meio Ambiente

Protocolo 218239

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI

EXTRATO
ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo do Contrato nº 01/2021.
Processo: nº 01.01.016101.003834/2024-07-SIGED.
Vigência: 12 (doze) meses, a contar do dia 1º/4/2025 a 1º/4/2026.
Partes: SEDECTI e a Trivale Instituição de Pagamento Ltda.
Objeto: Prorrogação do prazo da prestação do serviço de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de documentos de legitimação-Cartão Alimentação.
Valor: O valor mensal estimado é de R$ 116.280,00 (cento e dezesseis mil, duzentos e oitenta reais) e o valor total estimado é de R$ 1.395.360,00 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta reais).
Dotação Orçamentária e Empenho: As despesas do Termo Aditivo correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária e Empenho:
Unidade Orçamentária: 16101 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência Tecnologia e Inovação; Programa de Trabalho: 04.331.0001.2004.0001 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; Fonte do Recurso: 1.501.1600.0000.0000 - Outros Recursos não Vinculados - FTI; Natureza da Despesa: 33904602 - Vale Alimentação, tendo sido emitido pela CONTRATANTE, no dia 19/3/2025, a Nota de Empenho nº 2025NE0000138, no valor de R$ 116.280,00 (cento e dezesseis mil, duzentos e oitenta reais), ficando o saldo a empenhar.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo 218121

EXTRATO
ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 03/2025.
Processo: 01.01.016101.000684/2025-60-SIGED.
Partes: SEDECTI e a Petra Engenharia e Serviços de Apoio a Gestão da Saúde.
Vigência: 6 (seis) meses a contar de 20/3/2025 a 20/9/2025.
Objeto: Prestação de serviços de asseio, limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e equipamentos para atender as necessidades da SEDECTI, em caráter emergencial.
Valor: O valor mensal é de R$ 58.586,33 (cinquenta e oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais, e trinta e três centavos), sendo o valor total de R$ 351.517,98 (trezentos e cinquenta e um mil, quinhentos e dezessete reais, e noventa e oito centavos).
Dotação Orçamentária e Empenho: As despesas com a execução do presente Termo correrão, no presente exercício, à conta da seguinte Dotação Orçamentária e Empenho:
Unidade Administrativa: 16101-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação; Programa de Trabalho: 04 .122.0001.2001.0001-Administração da Unidade; Fonte do Recurso: 1.501.1600.0000.0000-Outros Recursos não Vinculados-FTI; Natureza da Despesa: 33903702-Limpeza e Conservação, tendo sido emitida pela CONTRATANTE, em 20/3/2025 , a Nota de Empenho nº 2025NE0000140, no valor de R$ 21.481,65 (vinte e um mil, quatrocentos e oitenta e um reais, e sessenta e cinco centavos), ficando o saldo a empenhar.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo 218124

RESENHA DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM Nº 04/2025- SEDECTI.
1. Servidor/Cargo: Claudia Regina Oliveira Monteiro -Chefe de Departamento;
Destino/Período: Manaus/Goiânia/Manaus - 21 a 26/4/2025;
Objetivo: Representar o Governo do Estado do Amazonas na 1ª Reunião do Programa do Artesanato Brasileiro.
2. Servidor/Cargo: Claudia Regina Oliveira Monteiro -Chefe de Departamento; Izabel Cristina Perrone do Rosário.
Destino/Período: Manaus/São Paulo/Manaus - 19 a 26/5/2025;
Objetivo: Representar o Governo do Estado do Amazonas no 19º Salão do Artesanato de São Paulo, cujo objetivo e promover a geração de renda dos artesãos amazonense.

Manaus - AM, 27 de março de 2025**.**

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo 218123

PORTARIA Nº 036/2025 - SEDECTI
O **SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**, **CIÊNCIA**, **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Decreto n° 51.479, de 27 de março de 2025, que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEDECTI, com a finalidade de realização de inventário dos bens patrimoniais móveis e imóveis dos órgãos e entidades extintos, mobilizando parte do corpo técnico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, com carga horária estendida;
Considerando o Art.2°, parágrafo único do Decreto n° 51.479, de 27 de março de 2025, que dispõe sobre a composição do Grupo de Trabalho a ser definido em ato próprio do Titular da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, que disporá sobre sua coordenação e funcionamento, **resolve:**
I - Designar, a contar de 1° de março de 2025, os servidores abaixo relacionados, para compor o Grupo de Trabalho, conforme composição especificada:

CARGO	NOME
PRESIDENTE	ANA MARIA GOMES BESSA
MEMBRO OPERACIONAL - NÍVEL 15	ANDERSON SALES DA CUNHA
	DÉBORA MONTEIRO SANTOS
MEMBRO OPERACIONAL - NÍVEL 14	ANDREZA PACHECO BANDEIRA BRITO
	CAIO HUGO GOMES FERREIRA

MEMBRO OPERACIONAL - NÍVEL 11	BRUNA GUIMARÃES FONTÃO
	JEFFERSON MAGNO SILVA DOS SANTOS
	DJALSON BRUNO LEÃO DE OLIVEIRA
	FRANCILENE DOS SANTOS DE OLIVEIRA
	SILVIO MACIEL PEREIRA
	ALDIRA MARIA PONTES BARBOSA
	JOSÉ SANDRO DA MOTA RIBEIRO
	LÚCIA FERNANDA FOLHADELA BASTISTA
	KAMILA SARKIS DE CASTRO
MEMBRO OPERACIONAL - NÍVEL 9	DEYSEMARA FONSECA DE OLIVEIRA

II - **DETERMINAR** ao Departamento de Desenvolvimento Organizacional e Finanças e Gerência de Recursos Humanos, que procedam de forma a atender o item I, desta;
III - O período de duração do Grupo de Trabalho é de 12 (doze) meses, a contar de 1° de março de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, **CIÊNCIA**, **TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, em Manaus, 31 de março de 2025.

SERAFIM FERNANDES CORRÊA
Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

Protocolo 218154

Secretaria de Estado da Produção Rural - SEPROR

EXTRATO Nº 13/2025-DEPLAN/SEPROR
ESPÉCIE: 2° Aditivo (Prorrogação de Prazo) ao Termo de Convênio n° 26/2023 - SEPROR.
PARTES: Secretaria de Estado de Produção Rural-SEPROR e Prefeitura Municipal de Maraã.
OBJETO: Prorrogação de Prazo por 90 (noventa) dias.
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 31/01/2025 a 01/05/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 003755/2023-40 SIGED/SEPROR.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DE PRODUÇÃO RURAL, em Manaus, 31 de março de 2025.

DANIEL PINTO BORGES
Secretário de Estado de Produção Rural

Protocolo 218122

Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais - SERFI

PORTARIA Nº 013/2025 - SERFI
ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais.
A SECRETÁRIA DE ESTADO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024.
CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,
RESOLVE:
I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no **Anexo I** desta Portaria;
II - **Anexo I**: com uma movimentação no valor de **R$60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)**;
III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS DO AMAZONAS, em Brasília 31 de Março de 2025.

INÊS CAROLINA BARBOSA FERREIRA SIMONETTI CABRAL
Secretária de Estado de Relações Federativas e Internacionais

ANEXO I

40000 SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS
40101 SECRETARIA DE ESTADO DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E INTERNACIONAIS

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Remuneração de Pessoal Ativo do Estado e Encargos Sociais									
04.122.0001.2003	A	1	1.500.100	3191	0001	60.000,00	3190	0001	60.000,00
TOTAL (R$)						60.000,00			60.000,00

Protocolo 218155

Secretaria de Estado do Desporto e Lazer - SEDEL

PORTARIA Nº 73/2025 - SEDEL
ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESPORTO E LAZER, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024.
CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,
RESOLVE:
I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no **Anexo I** desta Portaria;
II - **Anexo I:** com uma movimentação no valor de **R$ 824.218,00 (OITOCENTOS E VINTE E QUATRO MIL E DUZENTOS E DEZOITO REAIS)**;
III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESPORTO E LAZER, em Manaus, 31 de Março de 2025.

JORGE ELIAS COSTA DE OLIVEIRA
Secretário de Estado do Desporto e Lazer

ANEXO I

42000 SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER
42101 SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO E LAZER

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Gestão dos Espaços Públicos Desportivos e de Lazer									
27.812.3303.2556	A	3	1.501.160	3390	0011	824.218,00	3390	0001	824.218,00
TOTAL (R$)						824.218,00			824.218,00

Protocolo 218137

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - SEDURB

PORTARIA Nº 104/2025 - GCE/UGPE
ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais. O COORDENADOR EXECUTIVO, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024. CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto, RESOLVE: I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025,

da Unidade Orçamentária indicada no Anexo I desta Portaria; II - Anexo I: com uma movimentação no valor de R$1.395.285,60 (HUM MILHÃO, TREZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E SESSENTA CENTAVOS); III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025. **CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA COORDENADORIA EXECUTIVA DA UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS**, em Manaus, 31 de Março de 2025.

MARCELLUS JOSÉ BARROSO CAMPÊLO
Coordenador Executivo da Unidade Gestora de Projetos Especiais-UGPE

ANEXO I

43000 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

43102 UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Infraestrutura Urbana, Social, Ambiental e Habitacional de Projetos Especiais									
17.512.3300.1547	P	4	1.754.275	4490	0011	922.000,00	4490	0007	922.000,00
	P	4	1.501.170	4490	0011	473.285,60	4490	0007	93.285,60
	P	4	1.501.170				4490	0004	20.000,00
	P	4	1.501.170				4490	0003	60.000,00
	P	4	1.501.170				4490	0001	300.000,00
TOTAL (R$)						1.395.285,60			1.395.285,60

Protocolo 218147

Centro de Serviços Compartilhados – CSC

PORTARIA Nº 032/2025/GP/CSC

O PRESIDENTE DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, a Lei Delegada nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão de Gratificação de Atividades Técnico Administrativa, previstas na Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;

CONSIDERANDO, a Lei Delegada nº 122, de 15 de outubro de 2019, e Lei Delegada nº 123, de 31 de outubro de 2019, que trata de nova estrutura e quadro de servidores do Centro de Serviços Compartilhados;

CONSIDERANDO, ainda, que a presente alteração não representará impacto financeiro na folha de pagamento do Órgão, tendo em vista a compensação financeira ocorrida na portaria nº 027/2025/GP/CSC.

RESOLVE ALTERAR a Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa do servidor do Poder Executivo Estadual, ocupante de cargo de provimento em comissão, conforme abaixo especificado, no valor fixado para os respectivos níveis da Tabela constante da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008.

Nome	Cargo/Símbolo	Nível		A contar de
		De	Para	
Ana Karoline dos Anjos Mota	Assessor III,AD-3	11	13	01/03/2025

O PRESIDENTE DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, em Manaus, 26 de março de 2025.

WALTER SIQUEIRA BRITO
Presidente do Centro de Serviços Compartilhados

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218119

PORTARIA Nº 023/2025/GP/CSC

O PRESIDENTE DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, a Lei Delegada nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta e dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão de Gratificação de Atividades Técnico Administrativa, previstas na Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão;

CONSIDERANDO, a Lei Delegada nº 122, de 15 de outubro de 2019, e Lei Delegada nº 123, de 31 de outubro de 2019, que trata de nova estrutura e quadro de servidores do Centro de Serviços Compartilhados;

CONSIDERANDO, ainda, que a presente atribuição não representará impacto financeiro na folha de pagamento do Órgão, tendo em vista tratar-se de nomeação e exoneração, conforme Decreto Governamental de 10 de março de 2025.

RESOLVE ATRIBUIR, Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa as servidoras do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão, conforme abaixo especificado, no valor fixado para os respectivos níveis, da Tabela constante da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008.

Nome	Cargo/símbolo	Nível	A contar de
Renata Alcantara Dias	Assessor II,AD-2	14	01/03/2025
Beatriz Campos Rodrigues	Assessor III, AD-3	12	

O PRESIDENTE DO CENTRO DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS, em Manaus, 13 de março de 2025.

WALTER SIQUEIRA BRITO
Presidente do Centro de Serviços Compartilhados

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218120

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0086/2025-4; **oriunda do PE 586/24 - CSC** (Proc. Nº 013102.008821/2024); **OBJETO**: Aquisição de Materiais Hospitalares; **PARTES**: ESTADO DO AMAZONAS e as **empresas**: F P RIBEIRO LTDA, item(ns) 7,9,11 no valor total de R$ 314.305,27; **VIGÊNCIA**: 1 (um) ano, contatos a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data de publicação no Diário Oficial e no PNCP, conforme disposto na IN 002/2023-CSC.

Manaus, 31 de março de 2025

ANDREA LASMAR DE MENDONÇA RAMOS
Vice-Presidente do Centro de Serviços Compartilhados

Protocolo 218163

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0087/2025-3; **oriunda do PE 063/25 - CSC** (Proc. Nº 013102.000189/2025); **OBJETO**: Aquisição Materiais Farmacológico; **PARTES**: ESTADO DO AMAZONAS e as **empresas**: DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, item(ns) 5 no valor total de R$ 473.979,00; **VIGÊNCIA**: 1 (um) ano, contatos a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data de publicação no Diário Oficial e no PNCP, conforme disposto na IN 002/2023-CSC.

Manaus, 31 de março de 2025.

ANDREA LASMAR DE MENDONÇA RAMOS
Vice-Presidente do Centro de Serviços Compartilhados

Protocolo 218164

Polícia Civil do Estado do Amazonas – PC

RESENHA DA PORTARIA Nº 333/2025-GDG/PC.

Proc. MEMORANDO Nº 051/2025-15º DIP/PCAM. O DELEGADO-GERAL DE POLÍCIA, no uso de suas atribuições e prerrogativas, etc. **RESOLVE: DISPENSAR** SYLVIO ROBERTO DE LIMA VASQUES, IPC, Mat. 181822-8 B e IQUES OLIVEIRA SANTOS FALCAO, IPC, Mat. 126565-2 A do recebimento da FG-3 (Chef. de Inv./15º Dip e da Subgerente de Depto.), bem como **DESIGNAR IQUES OLIVEIRA SANTOS FALCAO**, IPC, Mat. 126565-2 A, para recebimento da **FG-3 (Chefia de Investigação/15º Dip)**, a contar de **25.02.2025.**

Manaus, 28.03.2025.

BRUNO DE PAULA FRAGA
Delegado-Geral da Policia Civil do Estado do Amazonas

Protocolo 218111

Polícia Militar do Estado do Amazonas – PMAM

PORTARIA Nº. 48/2025 - DPA-PAG/PM-AM
ERRATA

Onde se lê	Leia-se
PORTARIA Nº 48/2025/DPA-PAG, DE 18MAR2025 O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e em razão das determinações judiciais, nos autos dos Processos: nº 0600343-19.2024.8.04.0001,RESOLVE:1. ATRIBUIR o Pagamento de Gratificação de Curso com Incidência de 25% (vinte e cinco por cento) a serem calculados sobre a remuneração (SOLDO e GT) em conformidade com a Lei nº 5.748 de 23 de dezembro de 2021, aos servidores: Janini Emy Sakamoto Prado, Matrícula: 268.810-7 A, com efeitos financeiros a contar do dia 14 de fevereiro de 2025.	PORTARIA Nº 48/2025/DPA-PAG, DE 18MAR2025 O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e em razão das determinações judiciais, nos autos dos Processos: nº 0600343-19.2024.8.04.0001, RESOLVE:1. ATRIBUIR o Pagamento de Gratificação de Curso com Incidência de 25% (vinte e cinco por cento) a serem calculados sobre a remuneração (SOLDO e GT) em conformidade com a Lei nº 5.748 de 23 de dezembro de 2021, aos servidores: Janaini Da Silva Pereira, Matrícula: 228.386-7 A com efeitos financeiros a contar do dia 14 de fevereiro de 2025.

* Diário do dia 18/03/2025, edição nº 35.426, caderno **PODER EXECUTIVO,** página 17

PM-AM, em Manaus, 31 DE MARçO DE 2025.

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

Protocolo 218127

PORTARIA Nº 50/2025/DPA-PAG, DE 31MAR2025
O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e em razão das determinações judiciais, nos autos dos Processos: nº 0004487-61.2025.8.04.1000, nº0659877-25.2023.8.04.0001,nº0107427-41.2024.8.04.1000,nº-0572540-61.2024.8.04.0001,nº0052059-13.2025.8.04.1000,nº0465068-98.2024.8.04.0001,nº0052446-28.2025.8.04.1000,nº0111849-59.2024.8.04.1000,nº0037536-93.2025.8.04.1000,nº0064533-16.2025.8.04.1000,nº4000359-20.2025.8.04.0000,nº0593309-90.2024.8.04.0001,nº4010938-61.2024.8.04.0000,nº 0065177-56.2025.8.04.1000,nº-0082311-33.2024.8.04.1000,nº0107902-94.2024.8.04.1000,nº-0527129-92.2024.8.04.0001,nº0088910-85.2024.8.04.1000,nº0101799-71.2024.8.04.1000 e nº 0065597-61.2025.8.04.1000. **RESOLVE: 1. ATRIBUIR** o Pagamento de Gratificação de Curso com Incidência de 25% (vinte e cinco por cento) a serem calculados sobre a remuneração (SOLDO e GT) em conformidade com a Lei nº 5.748 de 23 de dezembro de 2021, aos servidores: Mario Jorge Aguiar De Sousa, Matrícula: 138.485-6 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de fevereiro de 2025. Thiago Alves De Sousa, Matrícula: 216.312-8 A, com efeitos financeiros a contar do dia 24 de março de 2025. Shermam Tacia Da Costa Lima, Matrícula: 268.248-6 A, com feitos financeiros a contar do dia 15 de agosto de 2024. Thiago Morais Dos Anjos, Matrícula: 228.781-1 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. Evandro Da Silva Lima Neto, Matrícula: 216.459-0 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de março de 2025. Tulio Diego De Almeida Monteiro, Matrícula: 268.435-7 A, com efeitos financeiros a contar do dia 14 de janeiro de 2024. Reinaldo Amaral De Araujo, Matrícula: 161.456-8 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. Marcos Paulo Rocha Costa, Matrícula: 169.748-0 A, com efeitos financeiros a contar do dia 30 de maio de 2024. Jony De Jesus Castro Da Silva, Matrícula: 148.664-0 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de março de 2025. Heronildo Monteiro Da Silva, Matrícula: 161.445-2 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. Marco Antonio Costa Barros, Matrícula: 216.223-7 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. Paulo Alessandro Ferreira Gomes, Matrícula: 216.977-0 A, com efeitos financeiros a contar do dia 13 de março de 2025. Jesse Carvalho Pontes, Matrícula: 179.683-6 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. Paulo Marcio Banes Menezes, Matrícula: 228.665-3 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. Jose De Oliveira Lopes Junior, Matrícula: 199.656-8 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de janeiro de 2025. Joao Paulo Castro Kitsinger, Matrícula: 180.297-6 C, com efeitos financeiros a contar do dia 29 de agosto de 2023. Omar Santos De Oliveira, Matrícula: 189.476-5 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. Luana Aline Castro Marinho, Matrícula: 269.112-4 A, com efeitos financeiros a contar do dia 08 de julho de 2024. Paulo Vitor Costa Teixeira, Matrícula: 268.134-0 A, com efeitos financeiros a contar do dia 04 de junho de 2024. Jeferson Jesus De Castro, Matrícula: 228.574-6 A, com efeitos financeiros a contar do dia 01 de abril de 2025. **2. A DIRETORIA DE PESSOAL DA ATIVA** para as providências administrativas pertinentes. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. **GABINETE DO COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS**, em Manaus, 31 de março de 2025.

MARCOS KLINGER DOS SANTOS PAIVA
Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas

Protocolo 218126

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM

RESENHA DA PORTARIA Nº 146/DRH-6, DE 26 DE MARÇO DE 2025
(PUBLICADA NO BG Nº 57 DE 26/03/2025)
Em cumprimento ao acordo homologado por sentença a ação ordinária de cobrança nº 0064311-48.2025.8.04.1000, **O CMT-G do CBMAM**, no uso das atribuições estabelecidas no art. 58, § 2º, da Constituição do Estado do Amazonas de 1989, conforme o art. 8º combinado com o art. 10, inciso I, e art. 11, inciso IV, da Lei nº 4.163, de 09 de março de 2015, de acordo com as competências definidas no art. 5º, inciso I, e art. 6º, da Lei Delegada n.º 89, de 18 de maio de 2.007, e que lhe confere o art. 16, inciso I, e art. 17, inciso IV, da Lei Delegada n.º 67, de 18 de maio de 2.007, resolve:
1. ATRIBUIR O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE CURSO COM INCIDÊNCIA DE 25% (vinte e cinco por cento) a serem calculados sobre a remuneração **(SOLDO E GT)** em conformidade com a Lei nº 5.748 de 23 de dezembro de 2021 ao seguinte servidor: WALDIVINO BARBOSA DE AMORIM, 150.013-9B.

CEL QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas

Protocolo 218150

RESENHA DA PORTARIA Nº. 150/SPIP/DRH/CBMAM/2025
(PUBLICADA NO BG N. 058 DE 27.03.2025)
O **CMT-G** do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas, no uso de suas atribuições legais, resolve:
1. **AGREGAR**, a contar de 27 de março de 2025, nos termos do artigo 75, da Lei nº 1.154, de 09 de dezembro de 1975, c/c o Decreto nº 5.128, de 28 de agosto de 1980, o **ST QPBM JOSÉ CARLOS PORTO DA SILVA**, por estar aguardando transferência a pedido para a reserva remunerada.
2. **CESSAR** o pagamento das Etapas de Alimentação.

CEL QOBM ORLEILSO XIMENES MUNIZ
Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas

Protocolo 218152

Imprensa Oficial do Estado do Amazonas – IOA

PORTARIA Nº 042/2025-GDP/IOA
O DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e
CONSIDERANDO a decisão da Diretoria de Gestão-Financeira, nos autos do Processo n° **01.03.011206.001501/2024-22**,
RESOLVE:
I - APLICAR a pena disciplinar de **SUSPENSÃO** por 03 (três) dias, a contar de 12.03.2025 a 14.03.2025, a servidora **LUIZA GABRIELY REBELO SAMPAIO**, Matrícula nº 264.666-8A, cargo ASSESSOR I - AD-1, de Provimento em Comissão, com fundamento nos artigos 156, II e 159, parágrafo único, da Lei n° 1.762/1986, por descumprimento do art. 149, VII, da Lei n° 1.762/1986.
CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

JOÃO RIBEIRO GUIMARÃES JÚNIOR
Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas

Protocolo 218244

Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO Nº 041/2025.

O DETRAN/AM, fundamentado no art. 281, § único, II, da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/2022 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Autuação por infração de trânsito por meio postal ao proprietário do veículo de Placa: NAU-0G17, QZA-7H96, KRT-4J62, QZG-3H91, QZF-5G38, JWT-2269, PHT-9800, JWN-5095, QZC-8F78, PHS-8G12, OAD-4B23, TAE-9I98, QZA-9A57, QZY-0H41, QQX-8A31, PHW-6B14, QZB-5C97, OAK-6990, JXW-1527, OAI-9819, JXO-5618, NOX-1E33, PHV-0A34, TAD-6J43, TAF-1J07, OAI-6G01, QZV-4F33, QZX-6F80, PHD-0838, QZH-2E29, JXY-8086, QZH-2E94, TAD-7H29, OAL-0199, JXP-7742, JXP-1276, QZR-3C59, JXP-6808, OAD-1640, PHD-6I40, TAA-6A76, NOT-6289, QZD-4F04, PHB-3163, QZC-3C39, QZS-6E83, ATN-3559, OAL-4656, QZA-9E36, PHN-4131, NOZ-4544, QZN-0D68, OAF-2C01, OAE-4G66, JXF-8B78, TAH-5D25, PLI-9I79, QZH-8E53, JWP-4283, QZC-2G94, PHH-8061, QZT-4I29, NOS-9410, NOR-2829, PHE-7252, QZD-8A74, PHH-1001, TAB-6C07, QZS-4B50, JXU-6411, TAA-6F57, QXC-6H27, PHK-0584, OAM-1297, JXK-3216, TAC-3E22, JXG-9246, OAL-5091, QZL-4B09, QZW-0H61, OAK-3178, QZS-9D13, TAC-6J82, PHE-2E35, NOZ-4582,PHH-4C48, JWZ-2097, PHN-2643, NOV-3708, PHN-7H60, QZK-6A59, QZG-3I83, JXO-3253, TAC-0F76, PHK-6D80, PHC-5588, JXT-9647, OAC-8531,JXM-3349, QZJ-0E44, QZU-5D63, TAB-5J00, NOL-3118, QZP-6C80, QZY-8D22, NOI-5166, QZU-2C83, PHP-9058, OAN-3C05, QZL-1I97, OAA-1G41 facultando a efetivar apresentação do condutor e Defesa da Autuação no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Defesa poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios. A não apresentação do Condutor implicará ao proprietário do veículo (pessoa física - responsabilidade pela pontuação), (pessoa jurídica - previsto no art. 257, § 8º). O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais.

Manaus, 25 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218167

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE Nº 041/2025.

O DETRAN/AM, fundamentado no caput do art. 282 da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/22 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Imposição de Penalidade por infração de trânsito por meio postal; NOTIFICA que foram lavradas autuações cometidas pelos veículos de Placas e ao registro de Condutores: PHG-2B17, JXG-7095, JXV-7193, JXP-1F08, OAI-4G84, LPV-4871, QZQ-5D83, JRZ-5148, TAA-8H70, QZL-4C15, NBA-2G34, NOO-2369, TAE-2H63, TAA-6H97, QZV-7A16, TAB-1I52, QZZ-4G25, NCK-8358, TAA-6F16, OAL-1B60, PHU-9759, JXS-6743, QZI-3A22, JWZ-3782, QZL-2H93, QZU-7F07, PHG-3942, PHI-5018, QZB-4J84, OAE-6C69, PHF-5471, NOR-2A05, QZN-5A00, PHR-9H84, QZK-8A62, NOV-5730, PHH-7793, QZK-3G76, OXM-3667, QZP-8F76, OAI-5G75, QZZ-1H03, QZD-6H98, QZR-4G28, TAB-1I17, JWO-0925, NOR-8875, QZM-5J64,PHS-6D20,QZE-2C57,OAL-1A05,PHF-3093, facultando a efetivar Recurso em 1ª instância na JARI no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Recurso poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios.Da decisão da JARI caberá Recurso em 2ª instância junto ao CETRAN/AM na forma do art. 288/289 do CTB. O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais

Manaus, 25 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218169

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO Nº 042/2025.

O DETRAN/AM, fundamentado no art. 281, § único, II, da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/2022 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Autuação por infração de trânsito por meio postal ao proprietário do veículo de Placa: PHR-8J25, NOT-6289, PHW-8328, OAL-2329, PHH-1001, OAE-5421, NOY-6471, JWY-2807, PHK-7859, OAM-0E54, PHQ-6I39, PHK-8050, facultando a efetivar apresentação do condutor e Defesa da Autuação no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Defesa poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios. A não apresentação do Condutor implicará ao proprietário do veículo (pessoa física - responsabilidade pela pontuação), (pessoa jurídica - previsto no art. 257, § 8º). O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais.

Manaus, 26 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218174

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE Nº 042/2025.

O DETRAN/AM, fundamentado no caput do art. 282 da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/22 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Imposição de Penalidade por infração de trânsito por meio postal; NOTIFICA que foram lavradas autuações cometidas pelos veículos de Placas e ao registro de Condutores: NOP-6E89, TAB-1I67, QZH-3J59, JXO-0482, OAI-0A20, QZT-4G20, PHD-4624, facultando a efetivar Recurso em 1ª instância na JARI no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Recurso poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios.Da decisão da JARI caberá Recurso em 2ª instância junto ao CETRAN/AM na forma do art. 288/289 do CTB. O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais

Manaus, 26 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218181

EDITAL INFORMATIVO Nº 002/2025/DP/DETRAN/AM REFERENTE AO RESULTADO DEFINITIVO DO CURSO DE FORMAÇÃO DO CANDIDATO FRANK BRUNNER DE SOUZA MARINHO E RETIFICAÇÃO DO RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO PARA O CARGO DE EXAMINADOR DE TRÂNSITO - CNH A/D - PCD

O DIRETOR- PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS no uso de suas atribuições legais, torna público o Resultado Definitivo do Curso de Formação do candidato FRANK BRUNNER DE SOUZA MARINHO e a Retificação do EDITAL DE RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 013/2023/DP/DETRAN/AM, no que tange ao cargo de EXAMINADOR DE TRÂNSITO - CNH A/D - PCD), nos termos do EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2022- DETRAN/AM, de acordo com a determinação do contida nos autos do processo judicial nº 0708211-27.2022.8.04.0001. 1. O resultado final do curso de formação do candidato FRANK BRUNNER DE SOUZA MARINHO, bem como a lista retificada de candidatos aprovados e classificados no cargo de EXAMINADOR DE TRÂNSITO - CNH A/D - PCD está disponível nos anexos deste edital. 2. O presente edital está disponível para consulta no site oficial do Detran-AM (www.detran.am.gov.br), na aba “Concurso Público”. 3. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão, observando-se os preceitos legais aplicáveis. **GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS,** em Manaus, 27 de março de 2025.

TABELA ANEXA I - NOTA FINAL DO CURSO DE FORMAÇÃO DO CANDIDATO FRANK BRUNNER DE SOUZA MARINHO

Nº	Cargo	Candidato	Mód. I	Mód. II	Mód. III	Mód. IV	Mód. V	Mód. VI	Mód. VII	Mód. VIII	Mód. IX	Média Final	Status
01	Examinador de Trânsito - CNH Cat. A/D - PCD	FRANK BRUNNER DE SOUZA MARINHO	9,5	9,5	9	8,8	9,5	9,5	9	9	10	9,31	Aprovado

TABELA ANEXA II - RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE RESULTADO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 013/2023/DP/DETRAN/AM - LISTA DE APROVADOS E CLASSIFICADOS NO CARGO DE EXAMINADOR DE TRÂNSITO - CNH A/D - PCD

Nº	CANDIDATO	SOMAS DAS NOTAS (FASE 1 + CURSO DE FORMAÇÃO)	CLASSIFICAÇÃO
01	Alfredo Santos de Souza (Sub Judice)	77,85	1º
02	Samuel Maurício Sales	77,67	2º
03	Ricardo Gonçalves Batista	69,3	3º
04	Camylla Ariadnny Silva dos Santos	67,87	4º
05	Frank Brunner de Souza Marinho (Sub Judice)	66,81	5º

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218183

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO Nº 043/2025 - DETRAN/AM

O DETRAN/AM, fundamentado no art. 281, § único, II, da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/2022 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Autuação por infração de trânsito por meio postal ao proprietário do veículo de Placa: TAF-2B30, QZM-2B65, QZO-4J74, PHS-9168, PHX-7409, NOP-7020, OAN-4726, OXM-9436, PHI-6223, PHR-8A06, TAA-1C16, JXM-0113, JWS-5331, TAD-8J53, PHA-1002, NOY-6924, QZX-4E21, QZO-1D29, TAB-9I87, facultando a efetivar apresentação do condutor e Defesa da Autuação no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Defesa poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios. A não apresentação do Condutor implicará ao proprietário do veículo (pessoa física - responsabilidade pela pontuação), (pessoa jurídica - previsto no art. 257, § 8º). O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais.

Manaus, 27 de Março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218190

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE Nº 043/2025 - DETRAN/AM

O DETRAN/AM, fundamentado no caput do art. 282 da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/22 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Imposição de Penalidade por infração de trânsito por meio postal; NOTIFICA que foram lavradas autuações cometidas pelos veículos de Placas e ao registro de Condutores: NOY-2F22, QZK-9G12, TAG-3I27, JXS-9500, QZU-7D98, QZS-3D28, NOX-3361, JXW-3A52, RFG-8H01, QZM-6I11, JTV-1705, QZL-3J60, JWZ-5017, PHR-6A04, NOT-3012, QZD-0F64, OAB-4425, QZU-0H02, NOV-1057, JXG-4650, facultando a efetivar Recurso em 1ª instância na JARI no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Recurso poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios.Da decisão da JARI caberá Recurso em 2ª instância junto ao CETRAN/AM na forma do art. 288/289 do CTB. O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais

Manaus, 27 de Março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218193

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO Nº 044/2025 - DETRAN/AM

O DETRAN/AM, fundamentado no art. 281, § único, II, da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/2022 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Autuação por infração de trânsito por meio postal ao proprietário do veículo de Placa: QZW-6E65,JWJ-3686, JWF-0218, PHH-1A98, NOT-5720, QZI-7F50, QZQ-7I20, OAB-8659, PHJ-5051, PHV-9159, PHO-7699, OAI-7061, OAO-8562, PHX-5C34, QZA-9B54, TAG-5H28, JXW-4356, PHB-3892, OAA-7641, NOV-2936, NOV-0344, QZY-4H06, NOW-2686, TRX-2H30, QZD-0I89, OAA-5047, TAA-3J92, PHM-6F46, JXK-8863, QZD-0G88, JXF-2388, QZF-0H83, PHN-8804, PHJ-3785, OAC-1435, PHB-6371, QZW-6G14, QZL-6D96, JWR-2484, NOS-1697, TAD-8J05, PHG-3861, PHT-5D52, QZZ-0D25, JXK-5935, JXU-7353, JWH-0093, PHW-3E21, NOP-8843, QZB-4I73,TAE-0C66,NON-0105,QZF-4D98,OAF-2978, facultando a efetivar apresentação do condutor e Defesa da Autuação no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Defesa poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios. A não apresentação do Condutor implicará ao proprietário do veículo (pessoa física - responsabilidade pela pontuação), (pessoa jurídica - previsto no art. 257, § 8º). O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais.

Manaus, 31 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218200

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE Nº 044/2025 - DETRAN/AM.

O DETRAN/AM, fundamentado no caput do art. 282 da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/22 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Imposição de Penalidade por infração de trânsito por meio postal; NOTIFICA que foram lavradas autuações cometidas pelos veículos de Placas e ao registro de Condutores: QZR-7B84, NOQ-4607, PHF-4I10, NOX-7707, NOZ-0073, PHB-6285, JXH-6949, JXV-7768, PHM-2995, JWR-2848, TAC-5G47, PHE-1807, QZL-3G06, PHG-6852, QZY-9A93, QZE-9G11, QZK-8J20, PHJ-4A30, JXN-6730, QZW-8H33, JWR-6457, PHO-2843, JXO-8017, QZJ-4C81, JXA-7421, QZD-3F31, PHG-1027, JXQ-8980,QZL-9D62,OAG-8212,QZB-9C03,OAF-9837,QZM-7H52, facultando a efetivar Recurso em 1ª instância na JARI no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Recurso poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios.Da decisão da JARI caberá Recurso em 2ª instância junto ao CETRAN/AM na forma do art. 288/289 do CTB. O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais

Manaus, 31 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218205

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO Nº 045/2025 - DETRAN/AM.

O DETRAN/AM, fundamentado no art. 281, § único, II, da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/2022 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Autuação por infração de trânsito por meio postal ao proprietário do veículo de Placa: RZA-1G47, QZJ-0F25,

JXG-9635, QZH-7A05, TAE-1F40, TAB-2B70, PHD-1H57, TAF-3C70, PHP-5I72, TAH-0B59, PHT-8A13, OAF-0040, PHJ-3340, JWZ-2038, TAB-5I85, JXN-4868, QZP-1J25, PHH-6190, QZQ-9F04, NOX-5016, QZC-8A58, TAG-3B43, PHV-2B81, JWY-6366, TRZ-6G78, TAA-4A42, TAB-5G70, PHR-0C25, QZL-6E21, JXJ-2598, QZJ-6D68, TAC-6D78, TAC-5J23, KWX-3E47, QZD-5G14, JXG-7B25, QZQ-6A22, TAD-0C32, JWR-8541, NUL-4B88, PHP-4B00,NOW-9E12,QZB-5I36,PHG-8G64, QZD-0J77, QZT-0A15,TAE-9E98, TAA-3G09, QZK-6J39, JXR-1423, QZO-9J64, JXG-3312, QZM-7A32, QZU-7G51, TAF-6D86, NPA-4863, PHM-9445, TAG-2H29, NOV-7983, PHA-6971, PHI-8D38, NOX-3836, OAN-4713, JXB-1724, PHH-5B36,NOI-5245, QZS-1B59, PHA-5I11, PHO-0309, QZR-1B03, NON-0F96,JXQ-3175, JWW-1385, QZJ-2G87, PHG-0077, PHH-7849, PHK-2460,QZD-9G30,QZY-8F41, facultando a efetivar apresentação do condutor e Defesa da Autuação no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Defesa poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios. A não apresentação do Condutor implicará ao proprietário do veículo (pessoa física - responsabilidade pela pontuação), (pessoa jurídica - previsto no art. 257, § 8º). O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais.

Manaus, 31 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218213

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE Nº 045/2025 - DETRAN/AM.

O DETRAN/AM, fundamentado no caput do art. 282 da Lei nº 9.503, de 23.09.97, consubstanciado com a Resolução nº 918/22 do CONTRAN e no princípio constitucional do contraditório da CF; Considerando as reiteradas tentativas de entrega de Notificações de Imposição de Penalidade por infração de trânsito por meio postal; NOTIFICA que foram lavradas autuações cometidas pelos veículos de Placas e ao registro de Condutores: QZH-5I93, TAC-6I69, PHP-1211, OAM-4C52, QZB-2E27, JXO-5962, CRB-2262, TAH-8A80, NOM-4C14, JXV-6791, PHV-2329, PHN-8666, PHR-1C32, NOX-7135, TAF-4A83, QZN-2F04, PHW-1J94, OAC-1230, TAD-7A88, TRX-2F88, NCH-3458, PHL-0C72, NOQ-7082, QZY-0B00, PHJ-8178, PHF-9626, PHS-7J36, QZR-4A60, QZG-2I90, NOS-0052, PHY-4G20, QZR-8G66, OAH-3731, QZI-8G58, OAL-3793, TAA-1F83, PHN-5095, JWU-6473, OAF-4178, NOT-3500, PHL-0205, QZB-6E37, QZY-3I30, OAH-7653, QZO-8D40, QOQ-8I93, PHR-2E65, NDA-3G89, NYG-8103, JXJ-7221, QZU-2I25, QZH-9E72, PHN-8I92, JXG-4650, NOX-4450, OAH-9645, OAA-3890, QZV-4D75, QZY-5B55, TAA-9G27, OAE-2716, QZZ-9E76, PHY-4208, OAG-8260, TAE-6E54, NOS-3951, PHQ-5060, PHE-8398, PHT-8A13, PHQ-0970, QZD-6B88, facultando a efetivar Recurso em 1ª instância na JARI no prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do presente edital. O formulário para Recurso poderá ser adquirido no site: www.detran.am.gov.br/formularios.Da decisão da JARI caberá Recurso em 2ª instância junto ao CETRAN/AM na forma do art. 288/289 do CTB. O Edital na íntegra está disponível no site: www.detran.am.gov.br/editais

Manaus, 31 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218215

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 020/2025 - DETRAN/AM

DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2025. PARTES: DETRAN/AM, representado pelo Diretor-Presidente, Sr. David Fernandes dos Santos, e a empresa DOK SERVIÇOS DE PAGAMENTOS LTDA. OBJETO: O presente Termo tem por objeto permitir a instalação de um canal de comunicação informático (webservice) entre os sistemas da COOPERANTE, SEFAZ/AM e da COOPERADA, em caráter precário e gratuito, através do qual a COOPERADA coletará em tempo real os valores devidos pelos veículos de propriedade dos interessados em quitar tais débitos de forma à vista ou parcelada, mediante uso de cartão de crédito e débito, pessoal ou empresarial, com o uso de senha pessoal. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Termo será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos, diante o interesse público e respeitado o prazo final de vigência do credenciamento da empresa junto à SENATRAN.VALOR: O presente Termo não envolve a transferência de recursos financeiros entre os PARTÍCIPES. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei n.º 14.133/21 e RESOLUÇÃO Nº 918/2022/CONTRAN. PROCESSO SIGED: 01.03.011210.019776/2024-53 - DETRAN/AM. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE. GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DO DETRAN/AM, em Manaus, 25 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218171

RESENHA DA PORTARIA Nº 439.2025 de 25/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de compor a Operação Impacto nos municípios de CAREIRO DA VARZEA E AUTAZES - AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) PAULO RICARDO CASTRO DA SILVA, 2) SANCLÉ DO CARMO ABREU e 3) ROGÉRIO MARIANO DA SILVA para se deslocar aos aludidos municípios, no período de 17/04/2025 a 20/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218173

RESENHA DA PORTARIA Nº 438.2025 de 25/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de compor a Operação Impacto no município de CAREIRO CASTANHO - AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) PAULO RICARDO CASTRO DA SILVA E 2) SANCLÉ DO CARMO ABREU para se deslocar ao aludido município, no período de 10/04/2025 a 12/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218175

RESENHA DA PORTARIA Nº 477.2025 de 27/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de realizar apoio técnico administrativo, auxiliando unidades locais na organização de processos e procedimentos internos no Município de RIO PRETO DA EVA- AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) JANDER FERNANDES MENDES 2) ADEMIR ROCHA RODRIGUES 3) SAMUEL FARIA FERREIRA 4) ANGELICA LOPES DA CRUZ 5) ANNE KAROLINE AZEVEDO DA SILVA 6) ALEXANDRA SANTOS MOREIRA 7) MARGARETH DE SOUSA CONZEDEY se deslocarem ao aludido município, no período de 11/04/2025 a 15/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218178

RESENHA DA PORTARIA Nº 433.2025 DE 25.03.2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de participar da 120° Reunião do fórum de Nacional Secretarias, Secretários e Dirigentes de Mobilidade Urbana, no estado de CURITIBA-PR RESOLVE: DESIGNAR o servidor 1) WENDELL WAUGHAN MONTEIRO para se deslocar ao aludido município, nos dias de 25/03/2025 a 27/03/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218180

RESENHA DA PORTARIA Nº 437.2025 DE 25.03.2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Exame Teórico-Técnico de Legislação de Trânsito e Teste Prático de Direção Veicular, nos municípios de ITACOATIARIA-AM e URUCURITUBA-AM

RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) ELVIS DO AMARAL NUNES e 2) FABIO LIMA FERREIRA para se deslocarem ao aludido municípios, no período de 28/04/2025 a 01/05/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor Presidente, em exercício do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas

Protocolo 218189

RESENHA DA PORTARIA Nº 476.2025 DE 26/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar e empregar a educação para trânsito nos Municípios de MANAQUIRI-AM E CAREIRO-AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) JOSE CARLOS DA SILVA FERREIRA e 2) PRISCILLA DE PAULA MARINHO PORTELA para se deslocarem aos aludidos municípios, no período de 21/04/2025 a 26/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218192

RESENHA DA PORTARIA Nº 432.2025 DE 25/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Exame prático de Direção Veicular nos Municípios de NOVA OLINDA DO NORTE-AM e AUTAZES-AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) ALTAIR DEIVID GADELHA DA SILVA 2) ANA CECILIA DE SOUZA GAZEL e 3) ANDRESSA VASCONCELOS LIRA para se deslocarem ao aludido município, no período de 30/04/2025 a 02/05/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218194

RESENHA DA PORTARIA Nº 424.2025 DE 19/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Exame prático de Direção Veicular no Município de PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) MIQUEIAS FERNANDES DOS SANTOS 2) VILSON EVANGELISTA DE ARAUJO e 3) ANDRESSA VASCONCELOS LIRA para se deslocarem ao aludido município, no período de 18/04/2025 a 20/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218195

RESENHA DA PORTARIA Nº 426.2025 DE 19/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Exame prático de Direção Veicular nos Municípios de NOVO AIRÃO-AM e MANACAPURU-AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) MARCIO AMERICO FIGUEIREDO DA SILVA e 2) FABIO PEREIRA DA SILVA para se deslocarem ao aludido município, no período de 25/04/2025 a 27/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218196

RESENHA DA PORTARIA Nº 429.2025 DE 21/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Exame prático de Direção Veicular no Município de RIO PRETO DA EVA-AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) MARCOS ROGÉRIO FERREIRA MORENO e 2) ADEMIR ROCHA RODRIGUES para se deslocarem ao aludido município, no período de 25/04/2025 a 27/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218198

RESENHA DA PORTARIA Nº 435.2025 DE 25/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar e empregar a educação para transito nos Municípios de RIO PRETO DA EVA-AM, PRESIDENTE FIGUEIREDO-AM E IRANDUBA-AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) PAULO DAVID TRIBUZZI DE OLIVEIRA 2) SANJAY DE ABREU e 3) RODRIGO SALOMÃO LEITÃO DE SOUZA para se deslocarem ao aludido municípios, no período de 17/04/2025 a 19/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218199

RESENHA DA PORTARIA Nº 425.2024 DE 19/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Exame Teórico-Técnico de Legislação de Transito e Exame prático de Direção Veicular no Município de IRANDUBA-AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) ALTAIR DEIVID GADELHA DA SILVA, 2) HELAINE CRISTINA LABORDA DE CASTRO e 3) ANA CECILIA DE SOUZA GAZEL para se deslocarem ao aludido município, no período de 25/04/2025 a 27/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218201

RESENHA DA PORTARIA Nº 436.2025 de 25/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Teste prático de Direção Veicular nos municípios de CAREIRO CASTANHO, CAREIRO DA VARZEA E MANAQUIRI- AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) ALTAIR DEIVID GADELHA DA SILVA, 2) ANA CECÍLIA DE SOUZA GAZEL E 3) FABIO LIMA FERREIRA para se deslocar aos aludidos municípios, no período de 21/04/2025 a 23/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218203

RESENHA DA PORTARIA Nº 428.2025 de 21/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de realizar vistoria técnica para fins de renovação da clínica Presidente Figueiredo no município de PRESIDENTE FIGUEIREDO- AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) GLEYSE COSTA LIMA, 2) MÁRIO JORGE CAVALCANTE E 3) DÉBORA NADINE DOS SANTOS VITORINO para se deslocar ao aludido município, no dia 15/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218207

RESENHA DA PORTARIA Nº 431.2025 de 24/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de compor a equipe de Fiscalização de Trânsito nos municípios de ITACOATIARA, SILVES E ITAPIRANGA - AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) IGOR LOPES

KNIPHOFF E 2) FRANCISCO AURES DE ANDRADE NETO para se deslocar aos aludidos municípios, no período de 21/04/2025 a 27/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218210

RESENHA DA PORTARIA Nº 430.2025 de 24/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de aplicar o Exame Teórico-Técnico de Legislação de Trânsito e Teste prático de Direção Veicular nos municípios de ANAMÃ, ANORI, CAAPIRANGA E BERURI- AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) JACSON LIMA VERAS E 2) CAMYLLA ARIADNNY SILVA DOS SANTOS para se deslocar aos aludidos municípios, no período de 24/04/2025 a 29/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218212

RESENHA DA PORTARIA Nº 427.2025 de 20/03/2025.

O DIRETOR-PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN-AM, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei, CONSIDERANDO a necessidade de realizar vistoria técnica para fins de renovação da clínica LEAL no município de MANACAPURU- AM. RESOLVE: DESIGNAR os servidores 1) GLEYSE COSTA LIMA, 2) MÁRIO JORGE CAVALCANTE E 3) DÉBORA NADINE DOS SANTOS VITORINO para se deslocar ao aludido município, no dia 01/04/2025, para o desempenho da atividade.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218214

PORTARIA Nº518/2025-DETRAN/AM/DP

O DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas: RESOLVE: I - DESIGNAR, para comporem a Junta Médica Especial, conforme mencionado no texto legal, os profissionais da área; Dr. Edmundo Neri Filho, CRM 1230, Médico Especialista de Tráfego; Dr. Sol Gomes Madrigal, CRM 6823, Médico Especialista de Tráfego; Dr. André Luiz Domingues, CRM 6236, Médico Especialista de Tráfego. Os médicos irão reunir-se no dia 28 de Março de 2025, para realizar exames de Aptidão Física e Mental, das 13h às 17h, dos seguintes candidatos: Adevan Goncalves Rodrigues, Marco Antonio Favoretti, Elisa Cinque da Silva, Marco Aurelio Serenini de Oliveira, Valdevan Santana de Assunção, Anne Karenina Araujo Freitas Costa, Raimundo Nonato de Sousa Reis, Leandro Alcantara dos Santos, João Miguel Filho, Najla Salim, Uzerlandio Passos de Carvalho, Maria Auxiliadora Ledo Lima, Doralice de Fatima Dias Lisboa, Bruna Marques Feitosa, Vinicius da Costa Dantas , Soraia Lourenço de Souza, Erlan Gomes Ramos, Anderson Rodrigues Tavares, Ana Maria Duarte Pessoa, Maria do Socorro Jeane da Silva, Ivomara de Lima Vieira, Adriana Alves da Cruz Rabelo, Edmilson Fonseca Torres, Silvio do Nascimento Araujo, Juvenal Galucio Soares, Francisco Bezerra Ferreira, Michele Coutinho Nogueira, Francimar de Andrade Medeiros, Aline Oliveira do Nascimento, Alex Jose Bezerra, Eila Bentes de Vasconcelos, Jose Wagner da Silva Nascimento Filho, Daniel Lira Peres, Daniela Pereira Carneiro, Adalcicleia Ribeiro Feitosa, Janaina Kelle Monteiro, Americo Macedo Coutinho.. II - Os exames acima mencionados serão efetivados sem ônus para este órgão; III - A presente portaria entrará em vigor a partir desta data. **CERTIFIQUE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**. Em 28 de Março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218228

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 012/2022 - DETRAN/AM

DATA DA ASSINATURA: 24 de fevereiro de 2025. PARTES: DETRAN/AM, representado por seu Diretor-Presidente Sr. David Fernandes dos Santos, e a empresa AK ATIVIDADES MÉDICAS LTDA, nome fantasia, NOSSA CLÍNICA DE TRÂNSITO. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 24/02/2025 até 24/02/2026, para atender as necessidades do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas. VALOR: O valor global estimado do contrato será de R$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais), perfazendo o valor mensal estimado de R$ 15.333,00 (quinze mil e trezentos e trinta e três reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 06.122.3264.2791.0001, Fonte de Recurso: 1501.201, Natureza Despesa: 33903953, Unidade Orçamentária: 0011210. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital nº 005/2021/DP/DETRAN/AM, Lei nº 8.666/93 com suas alterações; Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 2007, Leis Estaduais nº 5.688 e 5.689, ambas de 12 de novembro de 2021, e Portaria Normativa nº 0008/2021-DETRAN/DP/AM, 0009/2021-DETRAN/DP/AM E 0005/2023-DETRAN/DP/AM. PROCESSO ADMINISTRATIVO SIGED: 01.03.011210.029616/2024-12- DETRAN/AM. CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DO DETRAN/AM, em Manaus, 25 de março de 2025.

DAVID FERNANDES DOS SANTOS
Diretor-Presidente do Departamento Estadual de Trânsito
do Amazonas - DETRAN/AM

Protocolo 218170

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM

PORTARIA/IPAAM/P/Nº 047/2025

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS - IPAAM, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Delegada nº 102, de 18 de maio de 2007;

RESOLVE: I - **DESIGNAR** o servidor **SÉRGIO PERES DE OLIVEIRA**, matrícula nº 174.077-6B, para responder pela Gerência de Almoxarifado e Compras - GEAC do IPAAM, **como Gerente Substituto**, nas **ausências Oficiais**, **permitidas por lei (férias**, **licenças e afastamentos)** da Gerente Titular Katy Anny Bemarroch da Silva, matrícula nº 163.867-0B;

II - **REVOGAR** a PORTARIA/IPAAM/P/Nº 031/2024.

Gabinete da Presidência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Manaus, 27 de março de 2025.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 218109

DECISÃO/IPAAM/P Nº 464/2025

PROCESSO Nº: 01.01.030201.024436/2024-27- IPAAM

ASSUNTO: 1371 - LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA - LAU

INTERESSADO (A): AGGREKO ENERGIA LOCACÃO DE GERADORES LTDA

1. ADOTO os termos e fundamentos jurídicos do PARECER/IPAAM/DJ/PMA Nº 459/2025, lavra da Assessora Jurídica Karoline Duarte Clementino OAB/AM 18.079, e da Procuradora de Meio Ambiente Emanuelle de Souza e Silva, OAB/AM 11.165, tendo sido devidamente aprovado pelo Diretor Jurídico, Walter Cohen Ferreira Junior, OAB/AM nº 5.139, o qual faz parte integrante desta decisão independente de transcrição.

2. DEFIRO o prosseguimento do Licenciamento Ambiental, ante os argumentos jurídicos apresentados, bem como, em conformidade com PARECER CHEFIA Nº 0024/2023-PMA/PGE (anexo), que opina pela possibilidade de prosseguir com o processo de licenciamento ambiental, não havendo necessidade de aguardar manifestação da FUNAI ultrapassados 30 (trinta) dias após encaminhamento de ofício ao órgão federal.

3. ENCAMINHEM-SE os autos à Diretoria Técnica - DT, com vistas à Gerência Competente, para adoção das providências que se fizerem necessárias quanto ao prosseguimento do licenciamento ambiental.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Manaus/AM, 28 de março de 2025.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 218110

DECISÃO/IPAAM/P Nº 459/2025

PROCESSO Nº: 01.01.030201.024435/2024-82 - IPAAM

ASSUNTO: LICENÇA AMBIENTAL ÚNICA - LAU

INTERESSADO (A): AGGREKO ENERGIA LOCACÃO DE GERADORES LTDA

1. ADOTO os termos e fundamentos jurídicos do PARECER/IPAAM/DJ/PMA Nº 454/2025, lavra da Assessora Jurídica Karoline Duarte Clementino OAB/AM 18.079, e da Procuradora de Meio Ambiente Emanuelle de Souza e Silva, OAB/AM 11.165, tendo sido devidamente aprovado pelo Diretor Jurídico, Walter Cohen Ferreira Junior, OAB/AM nº 5.139, o qual faz parte integrante desta decisão independente de transcrição.

2. DEFIRO o prosseguimento do Licenciamento Ambiental, ante os argumentos jurídicos apresentados, bem como, em conformidade com PARECER CHEFIA Nº 0024/2023-PMA/PGE (anexo), que opina pela possibilidade de prosseguir com o processo de licenciamento ambiental, não havendo necessidade de aguardar manifestação da FUNAI ultrapassados 30 (trinta) dias após encaminhamento de ofício ao órgão federal.

3. ENCAMINHEM-SE os autos à Diretoria Técnica - DT, com vistas à Gerência Competente, para adoção das providências que se fizerem necessárias quanto ao prosseguimento do licenciamento ambiental.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM em Manaus/AM, Manaus, 28 de março de 2025.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 218112

DECISÃO/IPAAM/P/Nº 256/2025

PROCESSO Nº: 01.01.030201.007515/2022-01 - GEFA

ASSUNTOS: TERMO DE EMBARGO/INTERDIÇÃO N° 592/2021-GEFA

AUTUADO (A): ANTONIO JOSE DA SILVA

1. ADOTO a conclusão contida no PARECER/IPAAM/DJ/PMA Nº 249/2025, lavra do Assessor Jurídico Rodrigo Braga Jimenez OAB/AM 12.397 e da Procuradora de Meio Ambiente Emanuelle de Souza e Silva, OAB/AM 11.165, devidamente aprovada pelo Diretor Jurídico Walter Cohen Ferreira Junior OAB/AM nº 5.139, o qual faz parte integrante desta decisão independente de transcrição.

2. MANTENHO o **TERMO DE EMBARGO/INTERDIÇÃO Nº 592/2021-GEFA**, na sua integralidade, face a AUSÊNCIA DE RECURSO ADMINISTRATIVO, tendo em vista os argumentos jurídicos apresentados no presente no parecer.

3. ENCAMINHO os autos à Diretoria Técnica - DT, com vistas a Gerência competente, para que esta insira as coordenadas na base de dados, restando assim os autos sobrestados.

4. ENVIO a cópia do presente processo à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - PRODEMAPH, para as providências cabíveis.

PUBLIQUE-SE. NOTIFIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas -IPAAM, em Manaus/AM, 14 de março de 2025.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 218113

DECISÃO/IPAAM/P Nº 669/2025

PROCESSO Nº: 01.01.030201.008345/2024-44 - IPAAM

ASSUNTO: AUTO DE INFRAÇÃO AIN-24.03.27-125103P-IPAAM

AUTUADO (A): MARIA EUNICIA SERPA LIRA

1. ADOTO as conclusões contidas no PARECER/IPAAM/DJ/PMA N° 637/2025, lavra da Assessora Jurídica Victória Glória Viana e da Procuradora de Meio Ambiente, Emanuelle de Souza e Silva, OAB/AM 11.165, devidamente aprovado pelo Diretor Jurídico, Walter Cohen Ferreira Junior, OAB/AM 5.139, o qual faz parte integrante desta decisão independente de transcrição.

2. MANTENHO o **AUTO DE INFRAÇÃO AIN-24.03.27-125103P-IPAAM**, na sua integralidade, face a AUSÊNCIA DE DEFESA ADMINISTRATIVA por parte da Autuada em contraditar o Auto de Infração, ora imposto pelo IPAAM.

3. ENCAMINHO os autos à Diretoria Técnica - DT, com vistas a Gerência competente, para NOTIFICAR a parte autuada, para que tome ciência acerca do inteiro teor desta Decisão, alertando sobre o prazo de 20 (vinte) dias para recorrer da Decisão ou 05 (cinco) dias para o recolhimento do valor da multa junto ao FEMA, Banco Bradesco, Ag. 3739-7, C/C 62.352-0, sob pena de, em não apresentando recurso ou não recolhendo o valor da multa, ser encaminhado o processo à Procuradoria Geral do Estado - PGE, para devida inscrição na dívida ativa do Estado.

4. ENVIO cópia do presente processo à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Histórico - PRODEMAPH, para as providências cabíveis.

PUBLIQUE-SE. NOTIFIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Gabinete do Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM, em Manaus, 15 de março de 2025.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 218114

PORTARIA/IPAAM/P/N° 045/2025

O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela da Lei Delegada N° 102, de 18 de maio de 2007;

CONSIDERANDO a Lei Nº 8.868 de 8 de maio de 2024, na forma do Art. 23, o qual criou as Funções Gratificadas - FG do IPAAM.

I-**RESOLVE**:

DISPENSAR, os servidores para exercer a função gratificada, conforme anexo abaixo:

ORD	Servidor(a)	FG	Unidade Administrativa	A Contar
1	Maria Luziene da Silva Alves	FG-1	Ger. de Controle Agropecuário	01/04/2025
2	Adiene Mendes da Silva	FG-2	Assessoria	01/04/2025
3	Aline dos Santos Britto	FG-2	Ger. de Controle Florestal	01/04/2025
4	Daniel Borges Nava	FG-2	Ger, Recursos Hidricos	01/04/2025
5	Francisca Rosivana Campos Pereira	FG-2	Diretoria Técnica	01/04/2025
6	Jussara Pereira Dirane Araújo	FG-2	Ger. Documentos e Protocolo	01/04/2025
7	Alexandra de Souza Santiago	FG-3	Assessoria	01/04/2025
8	Liliane Martins Minhos	FG-3	Assessoria	01/04/2025
9	Luiz Henrique da Silva Santana	FG-3	Sindicância	01/04/2025
10	Marcelo Fabrízio Barroncas Ferreira	FG-3	Assessoria	01/04/2025
11	Maria do Carmo Neves dos Santos	FG-3	Assessoria	01/04/2025
12	Rui Moura Bananeira	FG-3	Ouvidoria	01/04/2025
13	Sandra Costa Amorim	FG-3	Assessoria	01/04/2025

II- DESIGNAR, os servidores para exercer a função gratificada, conforme anexo abaixo:

ORD	Servidor(a)	FG	Unidade Administrativa	A Contar
1	Rosa Mariette Oliveira Geissler	FG-1	Ger. de Recursos Minerais	01/04/2025
2	André Lima Gandra	FG-2	Ger. de Licenciamento Industrial	01/04/2025
3	Crystianne Bentes Barbosa Ferreira	FG-2	Ger. de Controle Florestal	01/04/2025
4	Liliane Martins Minhos	FG-2	Diretoria Técnica	01/04/2025
5	Marcelo Fabrizio Barroncas Ferreira	FG-2	Ger. de Fiscalização Ambiental	01/04/2025
6	Silvana Pimentel de Oliveira	FG-2	Ger. de Controle Agropecuário	01/04/2025
7	Adiene Mendes da Silva	FG-3	Diretoria Técnica	01/04/2025
8	Alexandre Souza e Silva	FG-3	Gabinete	01/04/2025

9	Jussara Pereira Dirane Araújo	FG-3	Ger. De Controle de Pesca	01/04/2025
10	Kikue Muroya	FG-3	Ger. De Controle Agropecuário	01/04/2025
11	Newton Silvio Benjamin Pardo	FG-3	Ger. De Controle Florestal	01/04/2025
12	Regiane Costa dos Santos	FG-3	Ger. De Licenciamento Industrial	01/04/2025
13	Rosângela Aguiar Costa	FG-3	Ger. De Licenciamento Industrial	01/04/2025

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Manaus, 27 de março de 2025.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 218103

PORTARIA/IPAAM/P/N° 046/2025
O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela da Lei Delegada N° 102, de 18 de maio de 2007;
CONSIDERANDO a Lei Nº 8.868 de 8 de maio de 2024, na forma do Art. 23, o qual criou as Funções Gratificadas - FG do IPAAM;
I-**RESOLVE**:
REVOGAR, Portaria /IPAAM/P/Nº 013/2023, publicada no DOE 34.912, Pag. 8, de 24 de janeiro de 2023.
II- DESIGNAR, a **contar de 1º de abril de 2025**, competência aos servidores listados abaixo, para responderem pelas respectivas Unidades Administrativas do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas -IPAAM, na atribuição das funções de Gerência, conforme anexo abaixo:

ORD	Servidor(a)	Unidade Administrativa
1	André Lima Gandra	Gerência de Licenciamento Industrial-GELI
2	Anderson Sampaio Progênio	Gerência de Protocolo-GEPR
3	Carlos André Silva Lima	Gerência de Controle de Pesca-GECP
4	Carlos Frederico Santos Belota	Gerência de Análise de Informática-GEAI
5	Crystianne Bentes Barbosa Ferreira	Gerência de Controle Florestal-GECF
6	Débora Joselice Gomes Paiva	Gerência de Orçamento e Finanças-GEOF
7	Fabiola Arruda Moreira	Gerência Contratos e Convênios-GECC
8	Hildegard Gonçalves Costa	Gerência de Pessoal e Cadastro-GEPC
9	José Raimundo Rabelo Filho	Gerência de Recursos Hídricos-GERH
10	Katy Anny Benarroch da Silva	Gerência de Almoxarifado e Compras-GEAC
11	Lais Garcia Mineiro	Gerência de Geoprocessamento-GGEO
12	Marcelo Fabrizio Barroncas Ferreira	Gerência de Fiscalização Ambiental-GEFA
13	Marcelo Garcia	Gerência de Fauna-GFAU
14	Rosa Mariette Oliveira Geissler	Gerência de Recursos Minerais-GERM
15	Sérgio Edgar Vieira da Rocha	Gerência de Apoio Administrativo-GEAA
16	Silvana Pimentel de Oliveira	Gerência de Controle Agropecuário-GCAP
17	Tânia Maria Queiroz Teles	Gerência de Patrimônio-GEPA

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Gabinete do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Manaus, 27 de março de 2025.

GUSTAVO PICANÇO FEITOZA
Diretor - Presidente

Protocolo 218104

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM

PORTARIA Nº 073/2025-GDP/IDAM
O DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO AMAZONAS - IDAM, no uso de suas atribuições legais e, **CONSIDERANDO** a edição da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008, que dispõe sobre o vencimento e disciplina a concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativas-GATA dos servidores do Poder Executivo Estadual ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão; **CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº 28.020 de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre os procedimentos e critérios para concessão de Gratificação de Atividade Técnico-Administrativa, aos Servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de Cargos de Provimento Efetivo e em Comissão; **CONSIDERANDO** a Lei nº 5.498, de 15 de junho de 2021, que regulamenta e o que dispõe sobre os procedimentos e critérios da concessão da Gratificação de Atividades Técnico-Administrativos, previstas na Lei nº 3.301 de 08 de outubro de 2008, dos servidores do Poder Executivo Estadual, ocupantes de cargos de provimento em comissão. **CONSIDERANDO**, ainda que a presente atribuição não representará impacto financeiro na folha de pagamento do Órgão, tendo em vista tratar-se de nomeação em substituição, conforme ao Decreto de: 24/02/2025. **RESOLVE: I - ATRIBUIR** a Gratificação de Atividades Técnico-Administrativa - GATA ao servidor deste Instituto, ocupante de cargos em provimento de comissão, conforme abaixo especificado, no valor fixado para o respectivo nível da Tabela constante da Lei nº 3.301, de 08 de outubro de 2008.

Nome	Cargo	Simb.	Nível	A contar
JEFFERON PIRES DE ARAUJO	Gerente	AD-2	14	20/022025
JANDECI ANDRADE AGUIAR	Gerente	AD-2	14	24/02/2025
LUIZ CARLOS AUGUSTO BENTES DINELLI	Assessor II	AD-2	14	

ELIANE FERREIRA DA SILVA
Diretora Presidente do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

ANDREZA HELENA DA SILVA
Secretária de Estado de Administração e Gestão, em exercício

Protocolo 218116

Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e Contratados do Estado do Amazonas – ARSEPAM

PORTARIA Nº 059/2025 - GDP-ARSEPAM
ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais. **O DIRETOR-PRESIDENTE**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024. **CONSIDERANDO** a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto, **RESOLVE: I** - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no **Anexo I** desta Portaria;
II - Anexo I: com uma movimentação no valor de **R$346.400,00 (TREZENTOS E QUARENTA E SEIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)**;
III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.
CIENTIFIQUE-SE, **PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS E CONTRATADOS DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 31 de março de 2025.

RICARDO MENDES LASMAR
Diretor-Presidente da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados e Contratados - ARSEPAM

Protocolo 218108

Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF

EXTRATO Nº 015/2025-GDP/ADAF

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2025 - ADAF; **ASSINATURA:** 28/03/2025; **PARTES:** Estado do Amazonas, por intermédio da **AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **PRIVADO ENGENHARIA LTDA**; **OBJETO:** Prorrogação do prazo de execução contratual, **PRAZO:** 03 (três) meses; **VIGÊNCIA:** 02/04/2025 a 02/07/2025; **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo Administrativo 018202.001447/2025-04.
GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO AMAZONAS, em Manaus, 31 de Março de 2025.

JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal

Protocolo 218115

RESENHA DE LIBERAÇÃO DE ADIANTAMENTO
PORTARIA Nº 169/2025 - ADAF

I - **AUTORIZAR**, a liberação de adiantamento a servidora - MARIA IVANE BRITO DE SOUZA - Matrícula G220424 na rubrica 33903089 Material de consumo no valor de R$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)
Prazo de Aplicação: 90 (noventa) dias.
Prestação de Contas: 30 (trinta) dias.
GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO AMAZONAS, em Manaus, 31 de Março de 2025.

JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal

Protocolo 218134

RESENHA DE LIBERAÇÃO DE ADIANTAMENTO
PORTARIA Nº 170/2025 - ADAF

I - **AUTORIZAR**, a liberação de adiantamento ao servidor - WILLIAM DIAS FEITOSA - Matrícula G220557 na rubrica 33903089 Material de consumo no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais)
Prazo de Aplicação: 90 (noventa) dias.
Prestação de Contas: 30 (trinta) dias.
GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO AMAZONAS, em Manaus, 31 de Março de 2025.

JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal

Protocolo 218140

RESENHA DE LIBERAÇÃO DE ADIANTAMENTO
PORTARIA Nº 171/2025 - ADAF

I - **AUTORIZAR**, a liberação de adiantamento a servidora - MARIZA GOMES DA SILVA - Matrícula 257.968-5 B na rubrica 33903089 Material de consumo no valor de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais)
Prazo de Aplicação: 90 (noventa) dias.
Prestação de Contas: 30 (trinta) dias.
GABINETE DO DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO ESTADO AMAZONAS, em Manaus, 31 de Março de 2025.

JOSÉ AUGUSTO CORRÊA LIMA OMENA
Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária e Florestal

Protocolo 218144

Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas – FCECON

EXTRATO.5ºTERMO ADITIVO DO CONTRATO N°04/2023.

Partes contratantes: FCECON e SIMONETO MULTI SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, REFORMA E EDIFICAÇÃO LTDA. Objeto: prorrogar a vigência do contrato por 181 (cento e oitenta e um), contados a partir vigência contratual de 28/02/2025 até 27/08/2025, e execução do serviço de 28/02/2025 a 29/05/2025, reajustar o contrato n° 04/2023 com base na variação do índice INCC do no período de 2022-2023 8,038% e 2023-2024 11.66%, valor R$ 82.255,90 (oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos) e previsão contratual disposta na clausula Decima Oitava do contrato original. Valor Global R$ 841.602,49. (Oitocentos e quarenta e um mil, seiscentos e dois reais e quarenta e nove centavos.PT: 10.122.0001.2001.0001; ND: 33903955; Processo Adm.: 01.02.017301.000 637/2025-69-FCECON. **GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE.**

Manaus. 28 de março de 2025

GERSON ANTONIO DOS SANTOS MOURÃO
Diretor-Presidente da Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado do Amazonas - FCECON

Protocolo 217959

Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas – FHEMOAM

EXTRATO Nº 020/2025 - HEMOAM

ESPÉCIE: Termo de Cessão nº 1/2025 - HEMOAM; **ASSINAT.:** 26/3/2025. **PARTES: HEMOAM** e **GRUPO DE APOIO AOS PACIENTES PORTADORES DE DOENÇAS ONCO-HEMATOLÓGICAS - RAIO DE SOL**; **OBJETO:** Cessão de Uso do Bem Imóvel o Térreo do Prédio Anexo ao Almoxarifado da Fundação HEMOAM, conforme a Planta Baixa (anexo). VIGÊNCIA: 60 meses de 26/3/2025 a 25/3/2030. **PROC. ADM.:** 477/2025-48 - SIGED.

Manaus, 28/3/2025.

MARCO AURÉLIO DE CARVALHO MARTINS
Assessor Jurídico

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SAMPAIO CARVALHO
Presidente da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas

Protocolo 218225

PORTARIA Nº 001/2025-GABINETE

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOAM, no uso de suas atribuições legais, e; **CONSIDERANDO** a necessidade de Aquisição de Controle Referencial para Microhematócrito (ID-114743) destinados a suprir a demanda da Fundação Hospitalar HEMOAM, conforme **fls. 114 a 131**; **CONSIDERANDO** que o objeto é Aquisição Direta, **via Inexigibilidade nº 001/2025-HEMOAM**, com fulcro no **art. 74**, **I**, **da Lei nº 14.133/2021**, preceitua ser inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição por fornecedor exclusivo; **CONSIDERANDO** que a empresa **CEI COMERCIO EXPORTACAO E IMP DE MAT MEDICOS LTDA (CNPJ nº 40.175.705/0001-64)** é distribuidora exclusiva do produto. **CONSIDERANDO** a documentação comprobatória da exclusividade da empresa às **fls. 138 a 144**; **CONSIDERANDO** que o preço constante da proposta apresentada pela empresa às **fls. 85-90** encontra-se compatível com os preços praticados no mercado; **CONSIDERANDO**, finalmente o que consta do **Processo nº 01.02.017302.00424/2025-27 - SIGED**. **RESOLVE: I - DECLARAR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com base no **art. 74**, **I**, **da Lei nº 14.133/2021**, Aquisição de Controle Referencial para Microhematócrito (ID-114743) em favor da empresa **CEI COMERCIO EXPORTACAO E IMP DE MAT MEDICOS LTDA (CNPJ nº 40.175.705/0001-64)**; **II-ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o objeto da inexigibilidade em favor da empresa relacionada pelo valor de **R$ 15.680,00** (quinze mil seiscentos e oitenta reais). Manaus 31/03/2025. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**.

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SAMPAIO CARVALHO
Presidente da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas

Protocolo 218219

PORTARIA Nº 062/2025-GABINETE

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HEMOAM, no uso de suas atribuições legais, e; **CONSIDERANDO** a necessidade de Aquisição de Controle Referencial para Microhematócrito (ID-114743) destinados a suprir a demanda da Fundação Hospitalar HEMOAM, conforme **fls. 114 a 131**; **CONSIDERANDO** que o objeto é Aquisição Direta, via **Inexigibilidade nº 001/2025-HEMOAM**, com fulcro no **art. 74**, **I**, **da Lei nº 14.133/2021**, preceitua ser inexigível a licitação quando houver inviabilidade de

competição por fornecedor exclusivo; **CONSIDERANDO** que a empresa **CEI COMERCIO EXPORTACAO E IMP DE MAT MEDICOS LTDA (CNPJ nº 40.175.705/0001-64)** é distribuidora exclusiva do produto. **CONSIDERANDO** a documentação comprobatória da exclusividade da empresa às **fls. 138 a 144**; **CONSIDERANDO** que o preço constante da proposta apresentada pela empresa às **fls. 85-90** encontra-se compatível com os preços praticados no mercado; **CONSIDERANDO**, finalmente o que consta do **Processo nº 01.02.017302.00424/2025-27 - SIGED**. **RESOLVE: I - DECLARAR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com base no **art. 74**, **I**, **da Lei nº 14.133/2021**, Aquisição de Controle Referencial para Microhematócrito (ID-114743) em favor da empresa **CEI COMERCIO EXPORTACAO E IMP DE MAT MEDICOS LTDA (CNPJ nº 40.175.705/0001-64)**; **II-ADJUDICAR E HOMOLOGAR** o objeto da inexigibilidade em favor da empresa relacionada pelo valor de **R$ 15.680,00** (quinze mil seiscentos e oitenta reais). Manaus 31/03/2025. **CIENTIFIQUE-SE**, **CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**.

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SAMPAIO CARVALHO
Presidente da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas

Protocolo 218223

REVOGAÇÃO DO PE Nº 1290/2021-CSC

REVOGAR o **PE nº 1290/2021-CSC**, PA nº 2290/2021-55, publicado no **DOE Nº 34.709 de 24/03/2022**, **Poder Executivo - Seção II**, **pág. 32**, para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de agente de portaria/porteiro diurno e noturno - área hospitalar, em atendimento as necessidades da Fundação HEMOAM, em favor da empresa **F.BARROS DO NORTE LTDA** para os itens contemplados na Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico nº 1290/2021-CSC.

Manaus, 31/3/2025.

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO SAMPAIO CARVALHO
Presidente da Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas

Protocolo 218216

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM

EXTRATO

ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Termo de Contrato n.º 005/2022. Processo n.º 01.02.016301.000030/2025-16-FAPEAM. Data da assinatura: 31/03/2025. Partes: FAPEAM (Contratante), de CNPJ: 05.666.943/0001-71 e Imprensa Oficial do Estado do Amazonas (Contratada), de CNPJ: 04.164.794/0001-80. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.° 005/2022, por mais 12 (doze) meses. Vigência: 05/04/2025 a 04/04/2026. Valor: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Dotação Orçamentária: UO: 16301. Programa de Trabalho: 19.573.3306.2695.0011. Natureza da Despesa: 33913929. Fonte: 1.500.1000.0000.0000. Nota de Empenho n.º 2025NE0000472, emitida em 19/03/2025, no valor de R$ 43.333,16 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e dezesseis centavos).

Manaus, 31 de março de 2025.

MARCIA PERALES MENDES SILVA
Diretora-Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

Protocolo 218226

Universidade do Estado do Amazonas - UEA

RESENHA DO BOLETIM INTERNO - 06/2025

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONSIDERANDO** a Portaria nº 787/2016 - GR/UEA; **RESOLVE: DAR PUBLICIDADE** a divulgação do Boletim Interno nº 06/2025 da Universidade do Estado do Amazonas.
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 218202

(*) PORTARIA Nº 143/2025 - GR/UEA

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONSIDERANDO** o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia e o que consta no Processo nº 01.02.011304.003391/2025-70; **CONSIDERANDO** o Artigo 21, inciso XIX, da lei 3656/11, o qual dispõe que as funções abaixo discriminadas são atribuições correlatas à função de docência; **RESOLVE: DESIGNAR** os membros abaixo relacionados para comporem a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, a contar de 01/03/2025 a 01/03/2027.

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Prof. Dr. José Vicente de Souza Aguiar	Coordenador
02	Profª. Drª. Lucinete Gadelha da Costa	Vice-coordenadora
03	Prof. Dr. Mauro Gomes da Costa	Membro Docente
04	Profª. Drª. Rita de Cassia Fraga Machado	Membro Docente
05	Camila Filgueira Crisóstomo	Apoio Técnico
06	Mônica Silva Aikawa	Representante Discente

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.
(*) Republicado devido à correção no corpo do texto da portaria de coordenação, publicada no D.O.E. em 14/02/2025.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 218204

(*) PORTARIA Nº 073/2024 - GR/UEA

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONSIDERANDO** o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Geografia e o que consta no Processo nº 01.02.011304.009536/2025-47; **CONSIDERANDO** o Artigo 21, inciso XIX, da lei 3656/11, o qual dispõe que as funções abaixo discriminadas são atribuições correlatas à função de docência; **RESOLVE: DESIGNAR** os membros abaixo relacionados para comporem a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia:

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Julien Marius Reis Thevenin	Coordenador
02	Francisco Davy Braz Rabelo	Vice coordenador
03	Danielle Mariam Araújo Dos Santos	Docente permanente
04	Isaque dos Santos Sousa	Docente permanente
05	Carlossandro Carvalho de Albuquerque	Docente permanente
06	Alrianne Silva de Sena	Representante Administrativo
07	Kelvyn Silva Nascimento	Representante Discente

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.
(*)Republicado devido à alteração de componentes na Portaria da Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, originalmente publicada no D.O.E. em 11/10/2024.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 218206

(*) PORTARIA Nº 737/2023-GR/UEA

O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONSIDERANDO** o que consta no Regimento Interno do Programa de Pós-graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos e no processo nº 01.02.011304.023791/2023-30. **RESOLVE: DESIGNAR** os membros abaixo relacionados para compor a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos, a partir de 31 de julho de 2023 até 31 de julho de 2025.

Nº	NOME	FUNÇÃO
01	Profa. Dra. Iêda Hortêncio Batista	Coordenadora
02	Prof. Dr. Flávio Wachholz	Vice Coordenador
03	Prof. Dr. Rafael Jovito Souza	Sub Coordenador Interior (Parintins)
04	Profa. Dra. Maria da Glória Gonçalves de Melo	Membro Titular
05	Profa. Dra. Cláudia Cândida Silva	Membro Titular
06	Profa. Dra. Maria Astrid Rocha Liberato	Membro Suplente
07	Prof. João D'anuzio Menezes de Azevedo Filho	Membro Suplente

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.
(*) Republicado para correção no corpo do texto da portaria publicada no D.O.E. em 16/08/2023.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 218208

PORTARIA N° 265/2025 - GR/UEA
O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e, **CONSIDERANDO** a conclusão do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de professor, conforme Edital N° 024/2025, de 29 de janeiro de 2025. **RESOLVE: HOMOLOGAR** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado para contratação de professor temporário para o curso de Música da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas.
Cargo: Professor 20 horas. Curso: Música. Vaga: 01.

Classificação	Nome do Candidato	Pontuação	Status
1º	Luís Carlos Rodrigues Costa	17,0	Aprovado

REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de março de 2025.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

Protocolo 218232

PORTARIA Nº 264/2025 - GR/UEA
ALTERA o Detalhamento da Despesa para o exercício de 2025, aprovado na Lei Orçamentária nº 7.280 de 30 de dezembro de 2024 e em seus créditos adicionais.
O REITOR DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 46 da Lei nº 7.006 de 18 de julho de 2024.
CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto aos subtítulos e/ou as modalidades do gasto,
RESOLVE:
I - Alterar o Detalhamento da Despesa para o exercício 2025, da Unidade Orçamentária indicada no **Anexo I** desta Portaria;
II - Anexo I: com uma movimentação no valor de **R$75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)**;
III - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do lançamento no mês de março de 2025.
REITORIA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 31 de Março de 2025.

ANDRÉ LUIZ NUNES ZOGAHIB
Reitor da Universidade do Estado do Amazonas

ANEXO I

11000 CASA CIVIL

11304 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	TIPO AÇÃO	GRP. DSP.	DETALHAMENTO						
			SUPLEMENTAÇÃO				ANULAÇÃO		
			FONTE	ND	REG	VALOR(R$)	ND	REG	VALOR(R$)
Interiorização do Ensino Superior									
12.364.3306.2698	A	3	1.599.116	3390	0010	10.000,00	3390	0001	30.000,00
	A	3	1.599.116	3390	0003	5.000,00			
	A	3	1.599.116	3390	0008	5.000,00			
	A	3	1.599.116	3390	0004	10.000,00			
	A	3	1.599.116	3390	0005	5.000,00	3390	0001	45.000,00
	A	3	1.599.116	3390	0009	5.000,00			
	A	3	1.599.116	3390	0007	10.000,00			
	A	3	1.599.116	3390	0011	10.000,00			
	A	3	1.599.116	3390	0003	10.000,00			
	A	3	1.599.116	3390	0002	5.000,00			
TOTAL (R$)						75.000,00			75.000,00

Protocolo 218234

Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade - FUNATI

ATA
ATA DA REUNIÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO ENVIO DE PROPOSTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA GESTÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA VIVER ATIVO E SAUDÁVEL: CONSTRUINDO VENCEDORES, PARA SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA AMAZONPREV, NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.
Ao trigésimo primeiro dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco, reuniu-se a Comissão de Controle Interno da FUNATI devidamente constituída pela PORTARIA n.º 10, de 31 de agosto de 2021, após transcurso do prazo estabelecido para o envio das propostas via e-mail as demais instituições de apoio do Estado do Amazonas para contratação de entidade sem fins lucrativos para prestação de serviços na gestão e execução do Projeto de Atendimento aos Programas Bem Viver e Idade Ativa da Fundação AMAZONPREV para servidores ativos, aposentados e pensionistas da AMAZONPREV, a ser executado no período de 12 (doze) meses para a promoção do bem-estar físico, mental e social, bem como para a melhor integração, motivação e a produtividade no ambiente de trabalho e social. Ressaltamos, que a Fundação de Apoio Institucional MURAKI, foi a única instituição a formalizar interesse na execução do projeto com o envio da Proposta de Preço Administrativa e Financeira. Portanto, esta comissão devidamente instituída para essa demanda de acompanhamento dos trâmites inerentes ao pleito, HOMOLOGA o final do prazo legal de envio das propostas. **CIENTIFIQUE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE**, em Manaus, 31 de março de 2025.

EULER ESTEVES RIBEIRO
Reitor da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade

Protocolo 218138

Processamento de Dados do Amazonas – PRODAM

AVISO AOS ACIONISTAS
O DIRETOR-PRESIDENTE DA PRODAM S. A., no uso de suas atribuições e em cumprimento à Lei 6.404, Art. 133, vem dar publicidade aos documentos do Balanço, referente ao Exercício de 2024 da Empresa.

Manaus, 27 de março de 2025.

LINCOLN NUNES DA SILVA
Diretor-Presidente da PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S/A

Protocolo 218100

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 017/2024
Fundamento: Dispensa de Licitação N.º 09/2024.
Objeto: a) Prorrogar o prazo de vigência.
Contratante: PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S.A.
Contratada: MD SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.
Valor global do serviço: R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
Vigência: 14/03/2025 a 12/06/2025.
Dotação orçamentária: recursos próprios da PRODAM S.A.

Manaus, 31 de março de 2025

LINCOLN NUNES DA SILVA
Diretor-Presidente da PRODAM - Processamento de Dados Amazonas S/A

Protocolo 218125

Agência de Desenvolvimento e Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES

MARCOS VINICIUS CARDOSO DE CASTRO
Presidente do Comitê de Administração do FMPES

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS
FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS – FMPES
CNPJ: 34.102.647/0001-46 - Lei n.º 2.826 de 29/09/03 e Decreto n.º 23.994 de 29/12/03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
(Valores expressos em Real R$)

Cumprindo disposições legais e regulamentares, apresentamos o Relatório da Administração do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas - FMPES, relativo ao exercício de 2024.

I - O FMPES

O FMPES foi criado pelo art. 151, § 2º da Constituição Estadual e regulamentado pela Lei Estadual nº 1.939, de 1989, a qual foi revogada pela Lei nº 2.826, de 2003, e suas alterações posteriores, que institui a nova Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, que foi regulamentada pelo Decreto nº 23.994, de 2003, que foi revogado parcialmente a partir de 05/07/2023 pelo Decreto nº 47.727, de 2023.

Tem como objetivo precípuo contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Amazonas, mediante à viabilização de programas de financiamento aos setores produtivos e à disponibilidade de recursos para a aplicação em investimentos estatais nos setores de infraestrutura social, visando atender às necessidades e demandas da população de baixa renda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento.

Os recursos do FMPES destinam-se ao financiamento das micro e pequenas empresas dos setores industrial, comercial e de serviços, aos trabalhadores autônomos e profissionais liberais, às cooperativas e associações agrícolas de produção e comercialização e aos produtores rurais, na proporção de 60% para aplicação no interior do Estado e 40% para aplicação na Capital.

A AFEAM, na condição de Gestora e em plena sintonia com os propósitos do Fundo, conta com a parceria de agentes técnicos conveniados (vide item Parceria - III – 1.2) para desenvolver ações de cunho técnico, administrativo, normativo e operacional.

II - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Dentre as ações realizadas no ano de 2024, destacamos:

1. Desempenho Estratégico

1.1 Gestão de Produtos e Serviços

A AFEAM financiou, por meio do Plano +Crédito Amazonas, os projetos de pequenos portes das atividades produtivas dos setores primário, secundário e terciário, utilizando os recursos do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES.

No ano de 2024, no âmbito da administração do crédito, a AFEAM promoveu ação de cobrança na capital, e em alguns municípios do interior visando à recuperação de créditos inadimplidos.

1.2 Parcerias

A AFEAM contou com diversos parceiros técnicos na operacionalização dos programas de crédito, com as seguintes atividades/ responsabilidades:

a) ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas) - atua na orientação aos clientes no seguimento de feiras na formalização das propostas de financiamento dos setores secundários e terciários;

b) AMAZONASTUR (Empresa Estadual de Turismo do Amazonas) - atua na orientação aos clientes do seguimento de turismo na formalização das propostas de financiamento dos setores secundários e terciários na Plataforma de crédito;

c) CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas) – atua na divulgação e orientação dos seus alunos finalistas, na formalização de propostas de financiamentos dos setores primários, secundários e terciários;

d) CIAMA (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) – atua na orientação e formalização de propostas de financiamentos dos setores secundário e terciário;

e) FEPIAM (Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas) - atua na orientação e formalização de propostas de crédito para os Povos Originários;

f) FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) – atua na disponibilização de recursos financeiros para financiar empreendimentos no desenvolvimento e novos produtos, processos e serviços, ou no aprimoramento dos já existentes, visando ampliar a competitividade das empresas no âmbito regional ou nacional;

g) FREMPEEI (ALEAM/SEBRAE) – Frente Parlamentar Estadual de Apoio as Micro e Pequenas Empresas e aos Empreendedores Individuais do Amazonas – atua, em conjunto com o SEBRAE, na viabilização de acesso a financiamento de Microcrédito e Crédito Varejo para o público atendido pela FREMPEEI;

h) FPS (Fundo de Apoio de Promoção Social e Erradicação da Pobreza) – atua na formalização de proposta de crédito solidário, beneficiando as pessoas com risco social, por meio de financiamento de pequenas atividades produtivas;

i) IDAM (Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas) - atua na formalização de projetos do setor primário;

j) JUCEA (Junta Comercial do Estado do Amazonas) – atua em dois acordos:

1. fornecendo, via consulta ao seu banco de dados, informações e documentos das empresas proponentes de financiamentos; e

2. realizando a divulgação, a orientação e a formalização de propostas de financiamentos dos setores secundário e terciário.

k) SEAS (Secretaria de Estado de Assistência Social) - atua na formalização de propostas do Crédito Rosa, beneficiando mulheres Empreendedoras (autônomas e microempreendedoras individuais - MEI);

l) SEBRAE – atua na orientação aos clientes para formalização das propostas de financiamento dos setores secundários e terciários na Plataforma de crédito**;**

m) SEDECTI (Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação) – atua em dois acordos:

1. realizando a na orientação e formalização de propostas para artesão, desempregados, autônomo e microempreendedor individual – MEI, por meio da SETEMP- Secretaria Executiva do trabalho e Empreendedorismo; e

2. realizando a verificação, análise e validação de negócios inovadores quanto ao conteúdo das propostas apresentadas pelos pretendentes ao acesso às linhas de crédito disponibilizadas pela AFEAM.

n) SEJUSC (Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania) - atua na orientação e formalização de propostas de financiamento para idosos por meio do programa Idoso Empreendedor e pessoas com Deficiência por meio do Programa Mais Crédito Inclusão, que desenvolvem atividades produtivas no setor secundário e terciário;

o) SEMIG (Secretária de Estado de Energia, Mineração e Gás) – atua na viabilização do acesso ao financiamento de Microcrédito e crédito de Varejo, aos clientes do seguimento de energia sustentável;

p) SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) - atua na divulgação do Programa de Microcrédito da AFEAM, além do direcionamento dos egressos de seus respectivos cursos de capacitação às atividades empreendedoras; e

q) SEPROR (Secretaria de Estado da Produção Rural) – atua no desenvolvimento de política do setor primário para os programas Procálcario, Promecanização e Mais Manejo Florestal que são elaborados pelo IDAM.

1.3 Feira de Negócios

A AFEAM realizou a I Feira de Negócios e Inovação AFEAM 2024, nos dias 03 e 04 de setembro de 2024, no Centro de Convenções do Amazonas Vasco Vasques, como objetivo fomentar negócios e fortalecer a importância da Agência como agente transformador da vida da população amazonense por meio de seus créditos, com resultados/ impactos positivos para a economia do Estado de aproximadamente R$10,9 milhões pelos negócios potenciais e efetivos gerados no evento, conforme dados abaixo:

a) houve a liberação de R$ 6,7 milhões em crédito para os participantes da feira e demais clientes, cujo efeito multiplicador gerou um impacto econômico estimado em R$ 29,8 milhões;

b) o evento reuniu 76 empresas, sendo 50 de diversos portes e segmentos e 26 microempresas indicadas pelos parceiros da AFEAM, com cerca de 348 empregos diretos gerados apenas nos expositores;

c) foram fechados 3.150 negócios, movimentando R$ 348,9 mil, que, considerando o efeito multiplicador, geraram um impacto econômico estimado em R$ 1,51 milhões; e

d) foram identificados 5.547 negócios potenciais, com valor estimado de 2,1 milhões que, com o efeito multiplicador, podem gerar um impacto econômico adicional de R$ 9,4 milhões.

Estavam presentes no evento diversas secretarias e fundações parceira do governo (AFEAM), o que foi fundamental para oferecer um atendimento completo e personalizado aos participantes da feira: FPS – Fundo de Promoção Social e Erradicação da Pobreza (120 atendimentos), DETRAN/AM – Departamento de Trânsito (140), CETAM - Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (320), SEMIG – Secretaria de Energia, Mineração e Gás do Amazonas (100), FVS – Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (410), CIAMA – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (110), FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (180), FEPIAM - Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas (210), SEAS – Secretaria de Assistência Social (420), SEDECTI -

Secretaria de Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação (200), SEJUSC – Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (100), SEAD – Secretaria de Administração e Gestão (100), SePcD – Secretaria Executiva da Pessoa com Deficiência (116), UGPE – Unidade Gestora de Projetos Especiais (150), COSAMA – Companhia de Saneamento do Amazonas (água filtrada gelada com 5.375 copos recicláveis de papel onde foram utilizados 3.340, SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural / IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estrado do Amazonas (250), AMAZONASTUR – Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (150) e SEC – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas (100) e ADS – Agência de Desenvolvimento Sustentável – 7 expositores locais (feirantes).

2. Desempenho Operacional: Comparativo Exercício 2023 e 2024

2.1 Financiamentos concedidos

Aplicação Espacial do Recurso

Quadro 1

Área Espacial	Nº Operações		Valor (R$)		(Rec. Aplicado) %		Nº Ocupações Geradas/ Mantidas	
	2023	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**
Capital	2.966	3.658	83.484.935	119.742.566	32,44	39,32	8.898	10.974
Interior	13.004	12.336	173.905.341	184.782.536	67,56	60,68	39.012	37.008
TOTAL	**15.970**	**15.994**	**257.390.276**	**304.525.102**	**100,00**	**100,00**	**47.910**	**47.982**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

No Quadro 1, verifica-se que, no exercício de 2024, a AFEAM aplicou 60,68% dos recursos no interior do Estado, cumprindo, dessa forma, o que determina a Lei Estadual nº 2.826, de 2003, quanto ao percentual que deve ser aplicado no interior do Estado (60% dos recursos destinados).

A AFEAM realizou 15.994 financiamentos com recursos do Fundo, no valor total de R$ 304.525.102, com estimativa de 47.982 ocupações econômicas geradas/mantidas. Desse total, 3.658 operações de crédito foram realizadas na capital, no montante de R$ 119.742.566 (39,32%), com estimativa de 10.974 ocupações econômicas geradas/mantidas, e 12.336 no interior do Estado, no montante de R$ 184.782.536 (60,68%), com estimativa de 37.008 ocupações econômicas geradas/mantidas. Esses financiamentos foram direcionados aos pequenos produtores rurais, cooperativas, associações, profissionais autônomos, profissionais liberais e aos micros e pequenos empresários. Comparativamente ao ano de 2023, houve aumento na ordem de 18,31% (R$ 47.134.826), que se justifica, principalmente, pelos estímulos realizados por meio das mídias sociais, imagem positiva da Afeam junto à sociedade amazonense pós feira de negócio, além da melhoria no processo de concessão de crédito e a ampliação de parceria técnica.

Aplicação por Setor Econômico

Quadro 2

Setor Econômico	Nº Operações		Valor (R$)		(Rec. Aplicado) %	
	2023	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**
Primário	1.967	2.593	40.026.858	49.709.516	15,55	16,32
Secundário	276	425	5.142.989	7.506.125	2,00	2,47
Terciário	13.727	12.976	212.220.429	247.309.461	82,45	81,21
TOTAL	**15.970**	**15.994**	**257.390.276**	**304.525.102**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

No quadro 2, verifica-se que, no exercício de 2024, a AFEAM aplicou R$ 304.525.102, por meio de 15.994 operações de créditos. Desse total, o Setor Terciário (Comércio/Serviço) lidera o ranking com 81,21%, representado por R$ 247.309.461 aplicados por meio de 12.976 operações de crédito realizadas. Em seguida aparece o Primário (Rural) com 16,32%, que representa investimento de R$ 49.709.516, por meio de 2.593 operações de crédito. Por derradeiro, vem o Setor Secundário (Indústria), com 2,47%, representado por R$ 7.506.125, por meio de 425 operações de crédito. Esses financiamentos foram direcionados aos pequenos produtores rurais, cooperativas, associações, profissionais autônomos, profissionais liberais e aos micros e pequenos empresários.

Aplicação Espacial – Microcrédito

Quadro 3

Área Espacial	Nº Operações		Valor (R$)		(Rec. Aplicado) %		Nº Ocupações Geradas/ Mantidas	
	2023	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**
Capital	2.204	2.302	19.016.456	17.654.215	19,18	20,36	6.612	6.906
Interior	10.036	8.512	80.117.709	69.061.844	80,82	79,64	30.108	25.536
TOTAL	**12.240**	**10.814**	**99.134.165**	**86.716.059**	**100,00**	**100,00**	**36.720**	**32.442**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

No quadro 3, verifica-se que, no exercício de 2024, a AFEAM realizou por meio do Programa do Microcrédito 10.814 operações de crédito, no montante de R$ 86.716.059. Desse total, 2.302 operações de crédito foram realizadas na capital, no montante de R$ 17.654.215 (20,36%), e 8.512 no interior do Estado, no montante de R$ 69.061.844 (79,64%). Esses financiamentos foram direcionados aos trabalhadores autônomos, empreendedor individual, profissional liberal, micro e pequenas empresas dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços. Comparativamente ao ano de 2023, houve redução de 12,53% (R$ 12.418.106), que se justifica, principalmente, pelas mudanças na Política de concessão de crédito, que estimulou as operações de varejo na capital.

Aplicação por Setor Econômico – Microcrédito

Quadro 4

Setor Econômico	Nº Operações		Valor (R$)		(Rec. Aplicado) %	
	2023	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**
Secundário	239	362	1.910.387	2.970.036	1,93	3,43
Terciário	12.001	10.452	97.223.778	83.746.023	98,07	96,57
TOTAL	**12.240**	**10.814**	**99.134.165**	**86.716.059**	**100,00**	**100,00**

Fonte: GETEC/Planejamento/SCE

No quadro 4, verifica-se que, no exercício de 2024, a AFEAM realizou por meio do Programa do Microcrédito 10.814 operações de créditos, no montante de R$ 86.716.059. Desse total, o Setor Terciário (Comércio/Serviço) lidera o ranking com 96,57%, representado por R$ 83.746.023 investidos por meio de 10.452 operações de crédito. Em seguida, aparece o Secundário (Indústria) com 3,43%, que representa investimento de R$ 2.970.036, por meio de 362 operações de crédito. Esses financiamentos foram direcionados aos trabalhadores autônomos, empreendedor individual, profissional liberal, micro e pequenas empresas dos segmentos industrial, comercial e de prestação de serviços.

2.2 Administração de Crédito: A AFEAM faz o acompanhamento dos projetos financiados e adota a prática de cobrança preventiva, administrativa e judicial. Também promove ações de recuperação de crédito e campanhas de regularização para trazer o cliente à adimplência. No decorrer do exercício de 2024, como resultado de todos os esforços empreendidos para retorno dos recursos aplicados, temos:

a)Renegociações: foram renegociadas 3.594 operações, no valor total de R$ 38.497.631, representando aumento de 26,39% em relação ao exercício de 2023 (R$ 30.458.718).

b) Remissões: em função da lei nº 6.519, de 17 de outubro de 2023, e da lei nº 7.133 de 23 de outubro de 2024, que dispõem sobre a concessão de remissão e renegociação de dívidas de operações de crédito realizadas pela AFEAM, no âmbito do FMPES, em decorrência dos efeitos provocados pela excepcional estiagem de 2023 e 2024, foram remidas 393 operações no valor de R$5.027.462 envolvendo produtores rurais, micro e pequenos empresários e profissionais autônomos de baixa renda.

c) Retorno de Financiamento: do valor inicialmente orçado no Planejamento Estratégico -R1 (R$ 153.570.055), foi recebido R$ 126.838.560, correspondendo a 82,59% do total previsto. Comparativamente ao ano de 2023 (R$ 116.483.197) representa um aumento de 8,89% (R$ 10.355.363);

d) Arrecadação: Do valor inicialmente previsto no Planejamento Estratégico – R1 (R$ 176.909.955) foi recebido R$ 191.475.618, correspondendo 108,23% do total previsto. Comparativamente ao exercício de 2023 (R$ 167.979.163), representa um aumento de 13,99% (R$ 23.496.455).

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1 Resultado: Ao término do exercício de 2024, o FMPES apresentou resultado negativo de R$ 121.101.858, com aumento de 15,25% em relação ao ano de 2023 (R$ 105.076.195), justificado, principalmente pelo aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosa: R$ 109.639.217 (2024) e R$ 93.975.914 (2023), e Taxa de Administração: R$ 70.390.569 (2024) e R$ 60.971.698 (2023).

3.2 Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2024, o PL do FMPES corresponde a R$ 563.157.859, com redução de 5,85% em relação a 2023 (R$ 598.138.592).

III - AGRADECIMENTOS

Expressamos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do Amazonas pelo apoio no sentido de qualificar a Instituição como um instrumento a serviço do desenvolvimento do Estado, sendo o agente indutor do fomento por meio de financiamento às atividades produtivas utilizando o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES, além de outras fontes de recursos.

De igual modo, expressamos os nossos agradecimentos aos acionistas da AFEAM, às autoridades constituídas do Estado, aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, e

aos parceiros ADS, AMAZONASTUR, CETAM, CIAMA, FEPIAM, FINEP, FREMPEEI, FPS, IDAM, JUCEA, SEAS, SEBRAE, SEDECTI, SEJUSC, SEMIG, SENAC, e SEPROR pelo harmônico trabalho, assim como aos colaboradores da Instituição pela dedicação e comprometimento com a Agência, e sobretudo à população amazonense – razão maior da existência da AFEAM.

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Presidente do Comitê de Administração do FMPES

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Real (R$)

	nota	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
ATIVO CIRCULANTE		**271.194.186**	**285.648.486**
Disponibilidades	3.c; 4	**64.421.187**	**113.149.391**
Aplicações Financeiras	3.c; 4	**1.342.567**	**1.476.823**
FMPES Especial		1.342.567	1.476.823
Operações de Crédito	3.e; 6	**204.730.601**	**170.353.893**
Aplicação na Capital		82.422.638	56.672.664
Aplicação no Interior		137.413.270	136.318.816
(Prov. Créd. Liquidação Duvidosa)		(15.105.307)	(22.637.587)
Outros Créditos	3.f; 6	**434.332**	**402.880**
Diversos		434.332	402.880
Outros Valores e Bens	3.g; 7	**265.499**	**265.499**
Ativo Não Financeiro Mantido para Venda		41.579.260	41.579.260
(Prov. Para Desvalorização)		(41.313.761)	(41.313.761)
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**292.007.962**	**207.454.211**
Aplicações Financeiras	3.c	**7.518.374**	**9.129.454**
FMPES Especial		7.518.374	9.129.454
Operações de Crédito	3.e; 6	**284.381.538**	**197.750.341**
Aplicação na Capital		106.771.822	65.445.076
Aplicação no Interior		184.200.090	135.975.685
(Prov. Para Desvalorização)		(6.590.374)	(3.670.420)
Outros Créditos	3.f; 6	**108.050**	**574.416**
Diversos		108.050	574.416
TOTAL ATIVO		**563.202.148**	**493.102.697**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL
Em Real (R$)

	nota	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
PASSIVO CIRCULANTE		**44.289**	**40.300**
Outras Obrigações	3.i; 8	**44.289**	**40.300**
Obrigações a Pagar		44.289	40.300
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**563.157.859**	**493.062.397**
Capital Social	9.a	1.660.320.748	1.469.123.428
Prejuízos Acumulados	9.b	(1.097.162.889)	(976.061.031)
TOTAL PASSIVO		**563.202.148**	**493.102.697**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
Em Real (R$)

		2º semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
RECEITAS	**nota**	**40.496.829**	**69.297.358**	**53.745.164**
Receitas Operacionais		**40.452.522**	**69.193.375**	**53.556.072**
Receitas de Financiamentos	11.a	25.257.966	41.603.748	31.126.823
Receitas Financeiras	11.b	2.325.403	6.441.089	3.439.931
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo		2.006.584	3.840.923	3.089.302
Reversão de Provisões Operacionais	6.e	10.848.969	17.294.015	15.871.739
Outras Receitas Operacionais	11.e	13.600	13.600	28.277
Outras Receitas		**44.307**	**103.983**	**189.092**
Outras	11.g	44.307	103.983	189.092
DESPESAS		**(95.693.367)**	**(190.399.215)**	**(158.821.359)**
Despesas Operacionais		**(95.693.367)**	**(190.399.215)**	**(158.821.359)**
Taxa de Administração AFEAM	3.j e 11.c	(38.817.517)	(70.390.569)	(60.971.698)
Provisão e Ajustes Patrimoniais	11.d	(52.506.847)	(109.639.217)	(93.975.914)
Outras	11.f	(4.369.003)	(10.369.429)	(3.873.747)
Lucro Líquido (Prejuízo)		**(55.196.538)**	**(121.101.857)**	**(105.076.195)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em Real (R$)

EVENTOS	nota	CAPITAL	LUCRO OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 01 DE JULHO DE 2024		**1.558.811.737**	**(1.041.966.350)**	**516.845.387**
1 – Arrecadação	3.k;10	101.509.011	-	**101.509.011**
2 – Repasses	3.k;10	-	-	**-**
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	9.b	-	(55.196.538)	**(55.196.538)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**1.660.320.748**	**(1.097.162.888)**	**563.157.860**
Mutações do Período		**101.509.011**	**(55.196.538)**	**46.312.473**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2023		**1.315.064.415**	**(870.984.836)**	**444.079.579**
1 – Arrecadação	3.k e 10	292.030.641	-	**292.030.641**
2 – Repasses	3.k e 10	(137.971.628)	-	**(137.971.628)**
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	9.b	-	(105.076.195)	**(105.076.195)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**1.469.123.428**	**(976.061.031)**	**493.062.397**
Mutações do Período		**154.059.013**	**(105.076.195)**	**48.982.818**
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		**1.469.123.428**	**(976.061.031)**	**493.062.397**
1 – Arrecadação	3.k e 10	191.475.947	-	**191.475.947**
2 – Repasses	3.k e 10	(278.627)	-	**(278.627)**
3 – Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	9.b	-	(121.101.857)	**(121.101.857)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		**1.660.320.748**	**(1.097.162.888)**	**563.157.860**
Mutações do Período		**191.197.320**	**(121.101.857)**	**70.095.463**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
MÉTODO INDIRETO
Em Real (R$)

	2º semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido (Prejuízo)	**(55.196.538)**	**(121.101.857)**	**(105.076.195)**
Ajustes ao Lucro Líquido (Prejuízos)			
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	52.506.847	109.639.217	93.975.914
(Reversão) de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa	(10.828.244)	(17.272.787)	(15.871.739)
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	**(13.517.935)**	**(28.735.427)**	**(26.972.020)**
(Aumento) Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(144.403.294)	(213.374.336)	(172.040.780)
(Aumento) Redução em Devedores por Compra de Valores e Bens	215.730	434.915	430.354
(Aumento) Redução em Outros Créditos	-	-	59.468
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	1.689	3.989	11.300
(Aumento) Redução em Recursos das Empresas Incentivadas	101.509.011	191.197.319	154.059.013
Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades Operacionais	**(42.676.864)**	**(21.738.113)**	**(17.480.645)**

Aquisição de ANFMV	-	-	(58.000)
Aplicações Financeiras em FMPES Especial	671.283	1.611.080	1.476.824
Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Investimentos	**671.283**	**1.611.080**	**1.418.824**
Aumento (Redução) em Obrigações Empréstimos e repasses	-	-	-
Caixa Líquido Proveniente / Utilizado das Atividades de Financiamento	**-**	**-**	**-**
AUMENTO / REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(55.523.516)**	**(48.862.460)**	**(43.033.841)**
Início do Período	121.287.270	114.626.214	157.660.055
Fim do Período	65.763.754	65.763.754	114.626.214
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	**(55.523.516)**	**(48.862.460)**	**(43.033.841)**

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em Real (R$)

NOTA 1. ADMINISTRAÇÃO E ORIGEM DOS RECURSOS

A Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A. – AFEAM, de acordo com a Lei Estadual n.º 2.505, de 1998 é Gestora do Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES desde 02/09/1999.

A Lei Estadual nº 2.826, de 2003, e suas alterações posteriores, que regulamenta a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, estabelece as seguintes diretrizes:

a. O Art. 34-A, § 1º, inciso I a VIII, estabelece que os recursos do FMPES são provenientes de: I - participação das empresas incentivadas, devendo ser repassado ao Fundo 6%, calculados sobre o valor do crédito estímulo; II - recursos do orçamento do Estado, previstos anualmente na LDO; III - transferências da União e dos Municípios; IV - empréstimos ou doações; V - convênios ou contratos firmados entre o Estado e outros entes da Federação; VI - retornos e resultados de suas aplicações; VII - resultado da remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, calculado com base em indexador oficial, a partir do trigésimo dia do seu ingresso na Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM; VIII - outras fontes internas e externas.
b. O Art. 34-A, § 2º, incisos I a II, estabelece as seguintes formas de aplicação dos recursos discriminados no § 1º, incisos I a V, VII e VIII do mesmo artigo: I- 50% em financiamento de atividades econômicas, dos quais 60% (sessenta por cento) no interior do Estado; e II- 50% destinados à saúde, administração e infraestrutura básica, econômica e social;
c. O Art. 34-A, § 3°, estabelece que os recursos citados nos incisos VI e VII, § 1º, do mesmo artigo (Retorno e resultado de aplicações), serão destinados exclusivamente execução de programas de financiamento aos setores produtivos, especialmente aqueles destinados a estimular o empreendedorismo e a inovação;
d. O Art. 34-A, § 5º, estabelece que a contribuição das empresas incentivadas, prevista no inciso I do caput do mesmo artigo (I - execução de programas de financiamento aos setores produtivos, especialmente aqueles destinados a estimular o empreendedorismo, a inovação), será recolhida pelas empresas na conta única do Tesouro Estadual;
e. O Art. 35, incisos I a VIII, estabelece às seguintes diretrizes para a formulação dos programas de financiamento: I - tratamento preferencial às iniciativas que pretendam estimular o empreendedorismo e a inovação e às atividades produtivas de pequenos produtores rurais, autônomos, empreendedores individuais, profissionais liberais, microempresas, empresas de pequeno porte, que façam uso intensivo de matérias primas e mão de obra locais e às que produzam alimentos básicos para consumo da população; II - distribuição de crédito para as sub-regiões indicadas no art. 26, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, de acordo com a necessidade de cada uma dessas sub-regiões e, ainda, em consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento; III - adoção de prazos e carência, limites de financiamentos, juros e outros encargos diferenciados, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos; IV - conjugação de crédito com assistência e capacitação técnica; V - orçamento anual das aplicações dos recursos; VI - adequada política de garantias, preferencialmente fidejussórias, e uso dos recursos de forma a atender a um universo maior de beneficiários e assegurar racionalidade, eficiência e retorno às aplicações; VII - apoio à criação de novos centros, atividades e polos dinâmicos, especialmente em áreas do interior do Estado, que propiciem a redução das disparidades de renda entre as sub-regiões a que se refere o inciso II; VIII - proibição de aplicação de recursos a fundo perdido.
f. O art. 35, § 1º, estabelece que as operações de crédito do FMPES classificadas como microcrédito, terão tratamento preferencial, o qual não implica dispensa do cumprimento das formalidades necessárias para concessão de crédito.
g. O Art. 36 estabelece que são beneficiários dos programas de financiamentos com recursos do FMPES os pequenos produtores rurais, os autônomos, os empreendedores individuais, os profissionais liberais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, bem como as cooperativas de produção e associações de produtores legalmente constituídos.
h. O Art. 37 estabelece que os financiamentos estão sujeitos a encargos financeiros e benefícios de adimplência que serão estabelecidos pelo Comitê de Administração do Fundo, graduados de acordo com o porte do beneficiário.
i. O Art. 38 estabelece que o Comitê de Administração do FMPES é responsável pela administração do Fundo, sendo composto por 14 (quatorze) membros: I - 07 (sete) representantes do setor público, designados pelo Governador do Estado, assim formados: Agência de Fomento do Estado do Amazonas – AFEAM, Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI, Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário Sustentável e Florestal do Estado do Amazonas - IDAM e Agência de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas – ADS; II - 07 (sete) representantes da iniciativa privada: Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE; Associação Comercial do Amazonas – ACA; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE; Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus.
j. O Art. 39, incisos I a VII, estabelece que o Comitê de Administração tem como competência: I - Definir normas, procedimentos, encargos financeiros, benefícios de adimplência e demais condições operacionais e de renegociação de financiamentos; II - Aprovar os programas de financiamentos; III - Indicar providências para compatibilização das aplicações com as ações da Agência de Fomento do Estado do Amazonas; IV - Avaliar os resultados obtidos; V - aprovar as normas e procedimentos de gestão de bens não de uso próprios - BNDU, bem como de despesas em geral que ocorrem às expensas do Fundo; VI - aprovar planos especiais de recuperação de créditos com seus critérios e condições operacionais de liquidação e de renegociação; VII - aprovar o indexador oficial de remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, proposto pelo agente financeiro, nunca inferior a 70% (setenta por cento) da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e Lei nº 6.404, de 1976, e alterações, considerados como extensivos a este Fundo Estadual de Desenvolvimento.

Na data de 25/03/2025 foi autorizada a emissão dessas demonstrações contábeis.

NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. **Moeda Funcional**
   As demonstrações contábeis foram elaboradas em Real (R$), desconsiderando as frações de centavos
b. **Reconhecimento do Resultado**
   O resultado é apurado pelo regime contábil de competência.
c. **Disponibilidades**
   O disponível é apresentado pelo montante dos depósitos existentes junto à AFEAM. A Lei Estadual nº 5.750, de 2021, alterou a Lei nº 2.826, de 2003, estabeleceu nova metodologia para remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados em financiamentos do FMPES, que nunca será inferior a 70% da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, conforme artigo 39, VII, com vigência a partir de 06/10/2023.
d. **Aplicação Financeira FMPES Especial:**
   Tem retorno assegurado de 100% nos vencimentos normais das operações contratadas. Os rendimentos são fixados em 15% da taxa cobrada aos financiamentos do setor primário e 35% às operações dos setores secundário e terciário. A apropriação mensal obedece ao regime de competência.

e. **Operações de Crédito**
São demonstradas pelo valor principal da operação, diminuído das rendas a apropriar (pré-fixadas) e acrescido dos encargos contratados (pré e pós-fixados) estabelecidos em cada programa de crédito, calculados "*pro-rata*" dia e apropriados ao resultado pelo regime de competência.
Para o provisionamento dos Créditos de Liquidação Duvidosa, as operações de crédito são classificadas em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:
- Nível A - de 0 a 180 dias de atraso: sem provisionamento;
- Nível B - de 181 a 270 dias de atraso: 33% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
- Nível C - de 271 a 360 dias de atraso: 66% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso);
- Nível D - a partir de 361 dias de atraso: 100% de provisão sobre o saldo devedor (exclusive as rendas a apropriar de atraso). Após 30 dias no nível D, a operação é transferida para crédito compensado (prejuízo).

f. **Outros Créditos**
Devedores por Compra de Valores e Bens: bens vendidos financiados em leilão público, aplicam-se os mesmos preceitos das Operações de Crédito.
Devedores Diversos: São demonstrados pelos valores de realização.

g. **Outros Valores e Bens**
Composto por Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (ANFMV), bens móveis e imóveis, registrados pelo valor de avaliação, e não se sujeitam a depreciação ou reavaliação.

h. **Obrigações por Empréstimos e Repasses**
São obrigações de repasses a outros Fundos oriundos de venda ANFMV diversas fontes de recursos.

i. **Outras Obrigações Diversas**
São demonstradas pelos valores conhecidos e mensuráveis.

j. **Taxa de Administração**
A taxa de administração devida à AFEAM, como Gestora do Fundo, é apropriada mensalmente, calculada sobre o saldo de todas as contas do Fundo relativo a disponibilidades, adicionado a operações de crédito ativas e saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação. A Lei Estadual nº 4.953, de 2019, alterou o percentual aplicado para remuneração da taxa de administração, passando de 4% para 10% ao ano, em 2019; 9% ao ano em 2020; 8% ao ano em 2021 e 6% a partir de 2022. O decreto nº 47.727, de 2023, regulamenta no Art. 33, § 2º, que para efeito de cálculo da taxa, o Patrimônio Líquido do Fundo abrange o saldo de todas as operações de crédito ativas, as suas disponibilidades e o saldo das operações de crédito registradas na conta de compensação.

k. **Arrecadação e Repasse**
Os recursos arrecadados mensalmente são contabilizados a crédito da conta Participação de Empresas Incentivadas, enquanto os recursos repassados para Investimento Social, via SEFAZ, são contabilizados a débito dessa mesma conta. A partir de 06/10/2023, os recursos arrecadados são recolhidos a Conta Única do Tesouro Estadual, sendo repassados à AFEAM somente a parte dos recursos destinados a Financiamentos dos setores produtivos, correspondente a 50% do total arrecadado, não transitando mais pela contabilidade do Fundo os recursos destinados a Investimento Social

l. **Eventos Subsequentes**
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações e a data de sua autorização.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Foi considerado como "Caixa e Equivalentes Caixa" apenas as contas de disponibilidade e aplicações financeiras (curto prazo), conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03-Definições.

	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Disponibilidades	64.421.187	113.149.391
Aplicações Financeiras	1.342.567	1.476.823
Total	**65.763.754**	**114.626.214**

NOTA 5. DISPONIBILIDADES

Conforme Nota 3.c, representa o montante dos depósitos existentes junto à AFEAM.

	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Em Trânsito – Arrecadação do ICMS	15.920.762	13.803.850
Em Trânsito – Retorno	11.743.355	8.973.461
Investimento Social	-	278.107
Aplicação na Capital	36.757.070	90.093.973
FMPES Especial	8.860.941	10.606.277
Total	**73.282.128**	**123.755.668**

NOTA 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a. Composição por Tipo de Operação

Operações de Crédito	DEZEMBRO 2024		DEZEMBRO 2023	
	Saldo	%	Saldo	%
Financiamento	408.057.684	80	313.767.298	80
Rural	102.750.136	20	80.644.943	20
Subtotal	**510.807.820**	**100**	**394.412.241**	**100**
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	(21.695.681)		(26.308.007)	
Total Operações de Crédito	**489.112.139**		**368.104.234**	
Outros Créditos	**Saldo**	**%**	**Saldo**	**%**
Outros Créditos	542.382	100	977.296	100
Subtotal	**542.382**	**100**	**977.296**	**100**
Prov para Crédito Liquidação Duvidosa	-		-	
Total Outros Créditos	**542.382**		**977.296**	

b. Composição por Atividade Econômica

Atividade	DEZEMBRO 2024		DEZEMBRO 2023	
	Saldo R$	Provisão R$	Saldo R$	Provisão R$
Indústria	19.985.407	(476.871)	16.688.620	(541.581)
Comércio	275.037.917	(12.495.696)	215.477.327	(15.626.651)
Serviço	113.034.360	(5.938.117)	81.601.351	(6.078.701)
Rural	102.750.136	(2.784.997)	80.644.943	(4.061.074)
Outros Créditos	542.382	-	977.296	-
Total	**511.350.202**	**(21.695.681)**	**395.389.537**	**(26.308.007)**

c. Composição por Vencimento

Atividade	DEZEMBRO 2024				DEZEMBRO 2023
	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	
Indústria	2.029.150	5.207.891	12.748.366	19.985.407	16.688.620
Comércio	32.700.042	96.082.333	146.255.542	275.037.917	215.477.327
Serviço	13.272.568	37.107.719	62.654.073	113.034.360	81.601.351
Rural	4.978.516	28.457.689	69.313.931	102.750.136	80.644.943
Outros Créditos	110.182	324.150	108.050	542.382	977.296
Total	**53.090.458**	**167.179.782**	**291.079.962**	**511.350.202**	**395.389.537**

d. Composição por Nível de Risco

Nível de Risco		DEZEMBRO 2024				DEZEMBRO 2023	
	%	Normal	Vencidas	Total	Provisão	Saldo	Provisão
Nível A	0	475.207.980	-	475.207.980	-	348.409.991	-
Nível B	33	485.002	13.774.787	14.259.789	(4.705.731)	21.942.587	(7.241.053)
Nível C	66	81.050	14.308.607	14.389.657	(9.497.173)	17.558.839	(11.588.834)
Nível D	100	188.028	7.304.748	7.492.776	(7.492.777)	7.478.120	(7.478.120)
Total		**475.962.060**	**35.388.142**	**511.350.202**	**(21.695.681)**	**395.389.537**	**(26.308.007)**

e. Operações Registradas como Prejuízo, Constituição e Reversão de Provisões

	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Transferência para prejuízos	96.978.756	81.952.114
Constituição de Provisões	109.639.217	93.975.914
Reversão de Provisões	17.272.787	15.871.739

NOTA 7. OUTROS VALORES E BENS

Os Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos (ANFMV) têm a finalidade de amortização e/ou liquidação de operações de crédito, para posterior venda obedecendo à legislação pertinente. Atendendo a normas específicas, a constituição de provisão desses bens é baseada em laudos de avaliação, que indique os critérios de avaliação e os elementos de comparação adotados e instruídos com documentos relativos ao bem. Nesse exercício de 2024, não houve a constituição de provisão para desvalorização desses Bens.

ANFMV	DEZEMBRO 2023	2024		DEZEMBRO 2024
		Constituição	Baixa	
Imóveis	41.378.470	-	-	41.378.470
Máquinas e Equipamentos	93.878	-	-	93.878
Outros	106.912	-	-	106.912
Total	**41.579.260**	**-**	**-**	**41.579.260**

Provisão Para Redução Valor Recuperável de Ativo				
Provisão para Desvalorização	(41.313.761)	-	-	(41.313.761)
Total	**(41.313.761)**	**-**	**-**	**(41.313.761)**

NOTA 8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Composição	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Publicação	41.989	38.000
Auditoria Externa	2.300	2.300
Total	**44.289**	**40.300**

NOTA 9. PATRIMONIO LÍQUIDO

a. Capital

O capital do FMPES é representado pelos recursos históricos do Fundo e pelos valores arrecadados oriundos da Participação de Empresas Incentivadas, diminuído dos valores destinados para Investimento Social (retroalimentação/Investimento Social Líquido). No exercício de 2024, o crescimento do Capital do Fundo foi de 13,01%, se comparado ao mesmo período de 2023.

Conforme mencionado na nota 3.k, os recursos arrecadados mensalmente são contabilizados a crédito da conta Participação de Empresas Incentivadas, enquanto os recursos repassados para Investimento Social, via SEFAZ, são contabilizados a débito dessa mesma conta. A partir de 06/10/023, os recursos arrecadados são recolhidos a Conta Única do Tesouro Estadual, sendo repassados à AFEAM somente a parte dos recursos destinados a Financiamentos dos setores produtivos, correspondente a 50% do total arrecadado, não transitando mais pela contabilidade do Fundo os recursos destinados a Investimento Social.

Capital	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Participação de Empresas Incentivadas	1.633.175.455	1.441.978.135
Recursos de Orçamento do Estado	553.900	553.900
Correção Monetária	26.591.393	26.591.393
Total	**1.660.320.748**	**1.469.123.428**

b. Prejuízos Acumulados

Prejuízos Acumulados	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Saldo Prejuízo Acumulados de Exercícios Encerrados	(976.061.032)	(870.984.837)
Prejuízo Acumulado do Período	(121.101.857)	(105.076.195)
Total	**(1.097.162.889)**	**(976.061.032)**

Em parte, esses prejuízos acumulados são explicados pela função social do Fundo aliada à missão da Agência de *"Promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, por meio de financiamento às atividades produtivas, proporcionando a geração de ocupação e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida do povo amazonense."*. Ressalta-se os seguintes dados no exercício 2024: aumento de 24,11% no valor do Investimento Líquido (nota 10); aumento de 33.66% das receitas de financiamentos (nota 11.a); aumento de 87, 24% nas receitas de aplicações financeiras (nota 11.b); aumento de 15,45% da taxa de administração (nota 11.c), aumento de 16,67% nas provisões financiamentos (nota 11.d).

c. Ajuste de Períodos Anteriores

Não houve registro de Ajuste de Períodos Anteriores nesse exercício.

NOTA 10. ARRECADAÇÃO E REPASSE

	2024			2023		
	Arrecadação	Repasse	Investimento Líquido	Arrecadação	Repasse	Investimento Líquido
	(a)	(b)	(a) - (b)	(a)	(b)	(a) - (b)
Janeiro	11.277.339	278.627	10.998.712	22.686.399	13.839.866	8.846.533
Fevereiro	15.695.546	-	15.695.546	27.489.566	11.343.199	16.146.367
Março	14.697.935	-	14.697.935	27.087.659	13.744.784	13.342.875
Abril	14.549.464	-	14.549.464	32.594.817	13.543.829	19.050.988
Maio	17.047.124	-	17.047.124	26.531.185	16.297.418	10.233.767
Junho	16.699.528	-	16.699.528	28.481.944	13.267.848	15.214.096
Julho	16.113.871	-	16.113.871	25.678.648	14.244.627	11.434.021
Agosto	17.193.076	-	17.193.076	23.711.087	12.842.244	10.868.843
Setembro	19.083.257	-	19.083.257	33.931.063	11.857.937	22.073.126
Outubro	15.291.168	-	15.291.168	14.292.389	-	14.292.389
Novembro	17.906.877	-	17.906.877	15.742.034	16.989.876	(1.247.842)
Dezembro	15.920.762	-	15.920.762	13.803.850	-	13.803.850
Total	**191.475.947**	**278.627**	**191.197.320**	**292.030.641**	**137.971.628**	**154.059.013**

NOTA 11. DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO

a. Receitas de Financiamento

	2º Semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Indústria	664.784	1.201.854	970.775
Comércio	10.285.498	17.567.608	11.955.454
Serviço	4.344.124	7.236.008	4.575.004
Rural	2.771.042	4.096.762	2.336.236
Crédito Compensado	7.192.518	11.501.516	11.289.354
Total	**25.257.966**	**41.603.748**	**31.126.823**

b. Receitas Financeiras

	2º Semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Investimento Social	-	519	58.629
Aplicação na Capital	2.325.403	6.440.570	3.381.302
Total	**2.325.403**	**6.441.089**	**3.439.931**

c.Taxa de Administração AFEAM

	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Janeiro	5.104.538	4.512.062
Fevereiro	5.158.677	4.603.491
Março	5.205.146	4.672.285
Abril	5.270.443	4.784.491
Maio	5.373.974	4.821.452
Junho	5.460.273	4.928.430
Julho	5.582.971	4.984.629
Agosto	5.766.748	5.068.409
Setembro	6.063.362	5.356.648
Outubro	6.444.403	5.559.330
Novembro	7.012.946	5.531.501
Dezembro	7.947.088	6.148.970
Total	**70.390.569**	**60.971.698**

d. Provisão e Ajustes Patrimoniais

	2º Semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Financiamentos (Crédito Compensado)	52.506.847	109.639.217	93.975.914
Total	**52.506.847**	**109.639.217**	**93.975.914**

e. Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Outras Rendas Operacionais / Outras	13.600	13.600	28.277
Total	**13.600**	**13.600**	**28.277**

f. Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Auditoria	2.390	4.690	4.600
Despesas Judiciais	128.221	256.054	270.369
Publicação	44.472	86.964	71.186
Gastos Imóveis (gastos manutenção ANFMV)	269.079	702.564	657.390
Outras	94.939	145.805	154.695
Descontos/Abatimentos Concedidos	1.648.144	2.832.397	1.679.128
Anistia	2.181.757	6.340.955	1.036.379
Total	**4.369.003**	**10.369.429**	**3.873.747**

g. Outras Receitas e Outras Despesas

Outras Receitas	2º Semestre 2024	DEZEMBRO 2024	DEZEMBRO 2023
Outras rendas	44.307	103.983	189.092
Total	**44.307**	**103.983**	**189.092**

Marcos Vinícius Cardoso de Castro
Diretor-Presidente da AFEAM e Presidente do Comitê de Administração do FMPES

João Batista Silva Tavares
Diretor de Crédito

Cristina Coelho da Silva
Diretora de Administração

Luana Coimbra da Rocha
Contadora CRC/AM 10.314/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Administradores do
FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES
Manaus/AM

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva
Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS – FMPES** ("Fundo") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - FMPES** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Base para Opinião sem Ressalva
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Fundo**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3) Principais Assuntos de Auditoria
Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA's) são aqueles que, reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.
Para cada assunto abaixo, há descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar dos assuntos abaixo, fornecem a base para a nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Agência.

3.1) Provisão para perdas sobre as operações de crédito
Para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Fundo classifica suas operações de crédito em 4 níveis de risco, de "A" a "D" em ordem alfabética crescente de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico-financeira e grau de endividamento. Aludido julgamento é significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo, entre outros, informações prospectivas e critérios para determinação de aumento ou redução significativa no risco de crédito. Conforme divulgado nas notas explicativas n° 6, em 31 de dezembro de 2024, o saldo bruto da carteira expandida sujeita ao risco de crédito é de R$ 511.350.202, para o qual foi constituída provisão para perdas de créditos esperadas de R$ 21.695.681. Consideramos esse assunto/procedimento como significativa em função: (i) da relevância do saldo de crédito de clientes e recebíveis, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela Administração em relação à atribuição do nível de provisão por operação; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros.
✓ **Como nossos auditores abordaram esse assunto?**
Efetuamos uma releitura dos controles internos implementados a fim de atualizarmo-nos em relação ao desenho, funcionamento e níveis de *compliance* aportados aos processos mais relevantes relacionados: (i) ao processo de aprovação, registro e liberação das operações sujeitas ao risco de crédito; (ii) análise das políticas, procedimentos e manuais internos desenvolvidos para fins da documentação das metodologias estabelecidas; (iii) a avaliação, com o apoio de especialistas, acerca da aplicação das metodologias tanto quantitativa quanto qualitativamente, além da avaliação das premissas e demais informações determinadas pela administração para fins de estimativa dos valores de perdas esperadas em operações sujeitas ao risco de crédito; (iv) a verificação da base documental adotada pela administração para o processo de determinação da provisão para perda esperada; (v) bem como os requerimentos de divulgação relacionados; entre outros. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas de créditos esperadas, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como a respectiva divulgação nas notas explicativas n° 3.e e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

4) Outros Assuntos
4.1) Relatório da Administração
A administração da Agência é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante.
Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4.2) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior
As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram objeto de exame de auditoria por nossos auditores, cujo relatório foi emitido em 25 de março de 2024, com opinião não modificada.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Agência são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- ✓ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- ✓ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do **FMPES**.
- ✓ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ✓ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao **FMPES** a não mais se manter em continuidade operacional.
- ✓ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança do **FMPES** a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Manaus/AM, 25 de março de 2025.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O “AM”

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “AM”
CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “AM”
CNAI 4747

Jairo Aires de Sant´Ana
Contador - 015226/O-7 “AM”
CNAI 4187

Protocolo 218237

Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

PREGÃO ELETRÔNICO N° 005/2025 - COL/AADESAM

Nº Processo: 2024006735. Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação - TIC, especializada na prestação dos serviços continuados de fornecimento de infraestrutura de telecomunicações em data center seguro, link de dados, distribuição de sinal, rede privada 4G, gerenciamento de infraestrutura de telecomunicações, incluindo fornecimento de equipamentos, licenças de software, roteadores, serviços de hospedagem, armazenamento, processamento, gerenciamento de backup de dados em data center seguro, com monitoramento dos links de comunicação e gerenciamento integrado de segurança (UTM), contemplando instalação, configuração, manutenção, para atender as necessidades da AADESAM e seus projetos, localizados na capital e nos demais municípios do interior do estado do Amazonas.

Total de Itens Licitados: 09. Edital: 31/03/2025 das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 16h00. Entrega das Propostas: até 10/04/2025 às 10h00 (Horário de Brasília) no site https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp; Abertura das Propostas: 10/04/2025 às 10h00 (Horário de Brasília) no site https://www.licitacoes-e.com.br/aop/index.jsp

Manaus-AM, 31 de março de 2025

BRENO PENHA SOUZA SERRA
Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

Protocolo 218177

DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O PRESIDENTE DA AGÊNCIA AMAZONENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL - AADESAM, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o teor do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025/AADESAM. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECER MATERIAL DE EXPEDIENTE E LIMPEZA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AADESAM E SEUS PROJETOS, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL.

RESOLVE:

ADJUDICAR e HOMOLOGAR, os Lotes I, II, III e V atinente ao objeto do certame supramencionado, a empresa: A.I.G. COMERCIAL LTDA - EPP - CNPJ: 02.532.283/0001-48 no valor de R$ 2.576.000,00; e o Lote IV atinente ao objeto do certame supramencionado, a empresa: D L M E CIA LTDA- CNPJ: 48.655.205/0001-31 no valor de R$ 940.000,00.

Manaus, 31 de março de 2025.

BRENO PENHA SOUZA SERRA
Presidente da Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental - AADESAM

Protocolo 218229

Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural – AADC

ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO AADC N.º65/2025

No dia 14/03/2025, pág. 39 do Diário Oficial do Estado do Amazonas, PODER EXECUTIVO-SEÇÃO II, Edição Nº 35.424, na publicação inscrita sob o Protocolo Nº 215947, promove a retificação do Extrato, conforme abaixo:

Onde se lê:
“Data da Assinatura: 07/02/2025”
Leia-se:
“Data da Assinatura: 07/03/2025”

EDVAL MACHADO JÚNIOR
Presidente

Protocolo 218131

EXTRATO - 2.º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO AADC Nº 067-1/2023

ESPÉCIE: Segundo Termo de Aditamento ao Contrato AADC Nº 067-1/2023. Processo nº. 54/2023. Partes: Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural - AADC (CNPJ: 13.659.617/0001-65) e Angelus Locações Ltda (CNPJ: 08.945.140/0001-44); Objeto: Prorrogação da vigência do contrato, por 12 (doze) meses, com aporte; Fundamento: Art. 57, I da Lei nº 8.666/1993; Valor: R$ 159.026,00 (Cento e cinquenta e nove mil e vinte e seis reais); Dotação Orçamentária: CG 06/2023; Vigência: 12 (Doze) meses; Data da Assinatura: 28/02/2025.

EDVAL MACHADO JÚNIOR
Presidente

Protocolo 218148







Acesse nossos sites:

www.imprensaoficial.am.gov.br

2101-7500 / 7508

Rua Doutor Machado, 86 - Centro

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

segunda-feira
31
mar/2025

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.435 | Ano CXXXII
www.imprensaoficial.am.gov.br

MUNICIPALIDADES

PREFEITURAS

Apuí

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC
DESPACHO DECISÓRIO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2025 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2025

O PREFEITO DE APUÍ, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO, que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;
CONSIDERANDO, todos os documentos que constam acostados aos autos, os quais demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei Federal nº. 14.133/21;
CONSIDERANDO, por fim, o que consta no processo licitatório em referência e a manifestação da Assessoria Jurídica e Controle Interno deste órgão, opinando pela possibilidade legal da conclusão do procedimento licitatório;
R E S O L V E:
I - ADJUDICAR em favor da empresa **EDTHEC MANUTENÇÃO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 45.236.610/0001-27, estabelecida na Av. Calama, nº 6748, Sala 03, bairro Igarapé - CEP: 76.824-272, Porto Velho/RO, cujo objeto é a "**Contratação de Empresa Especializada para serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva com Reposição de Peças para Usina de Oxigênio instalada no Município de Apuí/AM**," perfazendo o Valor Total de R$ 18.981,00 (dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais);
II - HOMOLOGAR a deliberação final de Dispensa de Licitação nº 005/2025, Processo Licitatório nº 010/2025 referenciado, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica supracitada em favor da empresa adjudicada, perfazendo o Valor Total de R$ 18.981,00 (dezoito mil, novecentos e oitenta e um reais), tendo em vista que o serviço é imediato;
III - DETERMINAR a adoção das medidas cabíveis para a futura contratação;
IV - PUBLICAR o presente Despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia.

Apuí, AM, 28 de março de 2025**.**

ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito de Apuí

Protocolo 217847

COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO - CMC
DESPACHO DECISÓRIO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025- PROCESSO LICITATÓRIO Nº011/2025

O PREFEITO DE APUÍ, no uso de suas atribuições legais.
CONSIDERANDO, que o referido procedimento licitatório transcorreu de forma regular, em obediência à legislação vigente, não sendo verificado nenhum vício que pudesse macular a regularidade do certame, tendo sido cumpridos todos os prazos regulamentares estabelecidos no referido processo;
CONSIDERANDO, todos os documentos que constam acostados aos autos, os quais demonstram que foram respeitados todos os ritos legais exigidos pela Lei Federal nº. 14.133/21;
CONSIDERANDO, por fim, o que consta no processo licitatório em referência e a manifestação da Assessoria Jurídica e Controle Interno deste órgão, opinando pela possibilidade legal da conclusão do procedimento licitatório;
R E S O L V E :
I - ADJUDICAR em favor da(s) empresa(s) **EDTHEC MANUTENÇÃO LTDA**, pessoa jurídica, inscrita regularmente no CNPJ sob o nº 45.236.610/0001-27, estabelecida na Av. Calama, nº 6748, Sala 03, bairro Igarapé - CEP: 76.824-272, Porto Velho/RO, cujo objeto é a "**Aquisição de 01 Nobreak para ser utilizado no Equipamento de Mamografia do Hospital no Município de Apuí/AM**," perfazendo o valor total de R$ 13.758,00 (treze mil, setecentos e cinquenta e oito reais);
II - HOMOLOGAR a deliberação final do de Dispensa de Licitação nº 006/2025, Processo Licitatório nº 011/2025 referenciado, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica supracitada em favor da empresa adjudicada, perfazendo o valor total de R$ 13.758,00 (treze mil, setecentos e cinquenta e oito reais), em decorrência da aquisixção de imediato;
III - DETERMINAR a adoção das medidas cabíveis para a futura contratação;
IV - PUBLICAR o presente Despacho, na forma da Lei, para fins de eficácia.

Apuí, AM, 28 de março de 2025.

ANTÔNIO MARCOS MACIEL FERNANDES
Prefeito Municipal de Apuí

Protocolo 217852



MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Dar publicidade aos atos oficiais dos entes públicos e privados por meio do Diário Oficial Eletrônico do Amazonas (DOE), além de oferecer serviços gráficos e editoriais para instituições do Governo do Estado.





VISÃO

Consolidar-se como referência na esfera pública no segmento de serviços gráficos e editoriais, buscando a evolução e a ampliação do processo de modernização dos negócios e dos serviços ofertados.

VALORES

Foco no cliente, eficácia, desenvolvimento de pessoas, comprometimento, ambiente participativo, inovação, tecnologia, ética, transparência, confidencialidade, responsabilidade social e gestão moderna.



João Ribeiro Guimarães Júnior
Diretor-Presidente

imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

segunda-feira
31
mar/2025

DIÁRIO OFICIAL
ESTADO DO AMAZONAS

Número 35.435 | Ano CXXXII
www.imprensaoficial.am.gov.br

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

Condomínios

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL VILLA SANTORINI, torna público que recebeu do IPAAM, **a Outorga de Uso de Recurso Hídrico n.° 045/2025**, que autoriza a Captação de água subterânea por poço tubular, localizada na Rua Londres, n° 310, **PT-01**, Bairro Planalto, nas coordenadas geográficas: 03°04'03,506''S e 60°03'01,721''W, Manaus-AM, **com validade de 05 anos.**

Protocolo 217143

Empresas Privadas

CENTRO DE ENSINO ALPHA DELTA

Alunos Concluintes do Ensino Médio/2024: Ana Beatriz Guimarães Bié de Araújo; Ana Beatriz Silva de Oliveira; Ana Julia Oliveira; André Sevalho Nascimento; Anna Clara Silva de Menezes; Antônio Carlos Lacerda de Oliveira; Antônio José Batista Salazar; Caio da Silva Martins; Carlos Henrique Santa Firmino; Carlos Matheus da Silva Lacerda; César Augusto de Souza Viana; Enzo Ferreira da Ponte; Fernanda Folhadela Batista; Gabriela de Ipanema Arbona Oliver ; Isabelly Camurça Lima de Carvalho; Isadora Oliveira Guedes; João Gabriel de Paula Ferreira; José Isaac Gama Levy; Letícia França Tavares; Lucas Correia Conceição; Luis Augusto Serejo Lima da Silva; Luna Lima Leite; Manuela Cavalcante de Farias; Marcelo Octávio Costa Dutra; Maria Clara Tavares Saunier; Maria Luisa Albuquerque de Barros Henrique; Miguel Moreira Fuzatto; Nina Pinheiro Vieira; Raica de Hollanda Moura; Rodrigo Phellype Trindade de Araujo; Thales Henrique Cabral Mutz; Vinivcius Lopes de Lucena Bittencourt

Manaus, 17 de março de 2025.

MARIA NELCÍRIA CHAVES HENRIQUES
Diretora Pedagógica

Protocolo 217266

MELO DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA., torna público que recebeu do IPAAM, **a Licença de Operação nº 006/08**-12, que autoriza o armazenamento de peças e baterias automotivas, localizada na Rua Tefé, nº 487 Praça 14 de Janeiro, no município de Manaus -AM, **com validade de 02 anos.**

Protocolo 217819

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA
AVISO DE CANCELAMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº 001/2025- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2025 - INPREVI

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE IRANDUBA, designado através do Decreto nº 080/2021, comunica aos interessados o **CANCELAMENTO** da Dispensa de Licitação nº 001/2025 referente à contratação de empresa especializada para assessoria e consultoria contábil para o INPREVI- Instituto de Previdência de Iranduba, conforme edital e seus anexos, em atenção ao Parecer Jurídico nº 024/2025 -ASSEJUR/INPREVI, que identificou irregularidades no edital, respeitando-se assim os princípios da legalidade e da boa-fé administrativa.*Esta matéria deveria circular na edição do dia 25 de março de 2025*, Iranduba, 24 de março de 2025.

ANDERSON CORDEIRO MOTA
Presidente do INPREVI
Decreto nº 080/2021 - INPREVI

Protocolo 218151



Hospitais

Hospital Delphina Rinaldi Aziz

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH
HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ (CNPJ 23.453.830/0022-02)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equiv. de caixa	4	57.732.540	30.800.566
Contas a receber	5	70.478.554	79.132.758
Estoques	6	17.736.714	16.068.015
Outros créditos		216.424	404.811
Despesas antecipadas		23.358	13.901
Depósitos judiciais	13	26.267	-
Contratos de gestão	3m	71.329.449	213.988.347
Total do Ativo Circulante		**217.543.306**	**340.408.398**
Não Circulante			
Contas a receber	5	1.815.174	1.815.174
Partes relacionadas	12	3.688.670	3.356.151
Outros créditos		724.626	724.626
Imobilizado – Próprio	7a	33.010	43.277
Intangível – Próprio	7b	-	443
Total do Ativo não Circ.		**6.261.480**	**5.939.671**
Total do Ativo		**223.804.786**	**346.348.069**
PASSIVO E PATR. SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	8	42.546.856	38.507.270
Obrigações trabalhistas	9	26.777.485	18.788.579
Obrigaçõessociais	10	3.253.604	3.338.655
Obrigações fiscais		891.471	1.059.863
Outras contas a pagar	11	8.544.969	7.171.305
Partes relacionadas	12	1.430.967	973.742
Contratos de gestão	3m	71.329.449	213.988.347
Total do Passivo Circul.		**154.774.801**	**283.827.761**
Não Circulante			
Provisão p/ contingências	13	422.279	1.016.547
Total do Passivo não Circ.		**422.279**	**1.016.547**
Patrimônio Social			
Patrimônio social		61.503.761	41.128.184
Superávit (déficit) acumulado		7.103.945	20.375.577
Total do Patrimônio Social		**68.607.706**	**61.503.761**
Total do Passivo e Patrimônio Social		**223.804.786**	**346.348.069**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Notas	2024	2023
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		286.585.498	285.317.796
Serviços prestados convênios e particulares		-	-
(-) Glosas		-	(8.233.240)
Receita Líquida		**286.585.498**	**277.084.556**
Custos			
Serviços de terceiros		(136.729.274)	(114.925.535)
Pessoal e encargos		(75.968.545)	(73.868.189)
Materiais e medicamentos		(46.886.730)	(44.978.492)
Superávit / (Déficit)Líquido		**27.000.949**	**43.312.340**
Despesas			
Pessoal e encargos		(18.992.136)	(18.467.047)
Serviços de terceiros		-	-
Impostos, taxas e contribuições		(55.591)	(69.654)
Depreciação/amortização		(10.710)	(11.722)
Despesas gerais e administrativas	14	(6.852.289)	(8.494.719)
Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro		**1.090.223**	**16.269.198**
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(315.314)	(324.062)
Receitas financeiras		4.294.632	3.449.907
Superávit / (Déficit)Antes de Outras Despesas e Receitas		**5.069.541**	**19.395.043**
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		2.034.404	980.534
Outras receitas e despesas		**-**	**-**
Superávit / (Déficit) do Exercício		**7.103.945**	**20.375.577**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimônio Superávit/ (Déficit) Social	Acumulado	Total
Saldos 31/12/2022	**4.848.943**	**37.628.474**	**42.477.417**
Incorpor. ao Patrim. Social	37.628.474	(37.628.474)	-
Transferências	(1.349.233)	-	(1.349.233)
Superávit / (Déficit) do Exer.	-	20.375.577	20.375.577
Saldos 31/12/2023	**41.128.184**	**20.375.577**	**61.503.761**
Incorporação ao Patrimônio Social	20.375.577	(20.375.577)	-
Superávit / (Déficit) do Exer.	-	7.103.945	7.103.945
Saldos 31/12/2024	**61.503.761**	**7.103.945**	**68.607.706**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	**7.103.945**	**20.375.577**
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	10.710	11.722
Provisão (Reversão) para Contingências	(594.268)	1.016.547
Transferências	-	(1.349.233)
Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado	**6.520.387**	**20.054.613**
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	8.654.204	(21.465.695)
Estoques	(1.668.699)	(3.153.339)
Outros Créditos	188.387	39.923
Despesas Antecipadas	(9.457)	(3.492)
Depósitos judiciais	(26.267)	-
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	4.039.586	9.150.031
Obrigações Trabalhistas	7.988.906	7.781.570
Obrigações Sociais	(85.051)	1.223.180
Obrigações Fiscais	(168.392)	594.857
Outras Contas a Pagar	1.373.664	1.792.965
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	**26.807.268**	**16.014.613**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	**-**	**-**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	124.706	(545.154)
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	**124.706**	**(545.154)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**26.931.974**	**15.469.459**
No início do exercício	30.800.566	15.331.107
No fim do exercício	57.732.540	30.800.566
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	**26.931.974**	**15.469.459**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais O Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz é uma unidade clínica e de referência cirúrgica da rede estadual de saúde, realizando serviços de média e alta complexidade, com suporte diagnóstico e terapêutico, a partir do fluxo organizado de referência e contra-referência abrangendo desde a atenção básica, todo atendimento voltado ao SUS. Em outubro de 2022 o hospital passou a implantar os serviços de transplantes renal, com atenção a demandas de intercorrências pré-transplante e pós-transplante, outra referência também foi o implante coclear. Em 2023 contémum total de 365 leitos, sendo 100 de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Localizado na Avenida Torquato Tapajós, 9250, Colônia Terra Nova, 69.093-415, Manaus – AM. **b. Contrato de Gestão** O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, celebrando o 13º Termo Aditivo com validade até 30/03/2025. Em 2022, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço desde a atenção básica, serviço especializado e unidades de urgência e emergência no Estado do Amazonas, havendo complemento do atual contrato de gestão, onde foi acrescido ao valor do repasse mensal, recursos para suprir custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. Em fevereiro de 2024 iniciou novas intensificações de cirurgias que englobam as especialidades de oftalmologia, proctologia, ginecologia e mastologia. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026.O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b. Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 26 de março de 2025. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma. **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:** A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.

Taxa Anual de Amortização - %	
Software	20%

e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa**: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo

Continua...

Continuação...

do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.
l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração doHospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa em espécie	1.173	995
Banco conta movimento	11	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	57.731.356	30.799.571
Total	**57.732.540**	**30.800.566**

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

5. CONTAS A RECEBER: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/03/2025 conforme 13º Termo Aditivo.

	2024	2023
Circulante		
Contrato de gestão001/2019	70.478.554	79.132.758
Total	**70.478.554**	**79.132.758**
Não Circulante		
Contrato de gestão001/2019 (i)	1.815.174	1.815.174
Total	**1.815.174**	**1.815.174**

(i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de períodos anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

AgingList	2024	2023
De 06 a 15 dias	-	23.776.483
De 16 a 30 dias	22.277.400	-
De 31 a 60 dias	22.277.400	21.127.517
De 61 a 90 dias	22.277.400	17.114.369
De 91 a 180 dias	3.646.334	17.114.369
De 181 a 360 dias	-	20
+ de 360 dias	1.815.194	1.815.174
Total	**72.293.728**	**80.947.932**

6. ESTOQUES

	2024	2023
Drogas e medicamentos	4.477.154	2.830.850
Materiais de uso do paciente	1.434.509	2.360.421
Fios cirúrgicos	196.730	314.380
Materiais de expediente e impressos	479.156	463.230
Dietas enterais e parenterais	163.905	411.357
Equipamento de proteção individual	42.641	218.127
Materiais de laboratório	1.535.235	1.856.895
Demais materiais	6.423.382	4.870.916
	14.752.712	**13.326.176**
Estoques cedidos pela SES/AM (i)	2.984.002	2.741.839
Total	**17.736.714**	**16.068.015**

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
a. Imobilizado – Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Informática	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	1.707	33.004	19.136	53.847
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(235)	(8.027)	(2.308)	(10.570)
Saldo contábil líquido	**1.472**	**24.977**	**16.828**	**43.277**
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	1.472	24.977	16.828	43.277
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(235)	(7.724)	(2.308)	(10.267)
Saldo contábil líquido	**1.237**	**17.253**	**14.520**	**33.010**

b. Intangível – Próprio

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	1.595	1.595
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(1.152)	(1.152)
Saldo contábil líquido	**443**	**443**
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	443	443
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(443)	(443)
Saldo contábil líquido	**-**	**-**

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e medicamentos	6.816.850	4.032.211
Serviços	2.529.689	1.701.396
Serviços médicos	30.380.593	31.057.755
Diversos	2.819.724	1.715.908
Total	**42.546.856**	**38.507.270**

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Ordenados e salários a pagar	6.125.501	3.071.318
Provisão férias	7.639.847	6.904.850
Provisões FGTS s/férias	610.588	552.033
Outras provisões	12.401.549	8.260.378
Total	**26.777.485**	**18.788.579**

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
INSS a recolher	804.399	889.012
FGTS a recolher	939.868	961.856
IRRF s/ folha a recolher	1.282.350	1.207.960
Contr. sindical	8.073	9.045
Outros a pagar	218.914	270.782
Total	**3.253.604**	**3.338.655**

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Empréstimo consignado à funcionários	321.213	277.179
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	1.188.682	439.065
Verba piso salarial da enfermagem (i)	7.018.311	6.455.061
Seguros a pagar	16.763	-
Total	**8.544.969**	**7.171.305**

(i) No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.
(ii) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pelo Hospital. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2025.

12. PARTES RELACIONADAS:

	2024	2023
Ativo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	3.688.670	3.356.151
Total Não Circulante	**3.688.670**	**3.356.151**
Passivo		
UPA 24H -CAMPOS SALES	1.050.967	593.742
SEDE ADMINISTRATIVA	380.000	380.000
Total Circulante	**1.430.967**	**973.742**

O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R$ 380.000 (R$ 380.000em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13. PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL: a. Processos comprognóstico de perda provável: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.

Provável	2024	2023
Cível	13.889	13.889
Trabalhista	408.390	1.002.658
Total	**422.279**	**1.016.547**

b.Processos com prognóstico de perda possível: Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

Possível	2024	2023
Trabalhista	8.945.383	3.460.764
Cível	952.608	460.000
Total	**9.897.991**	**3.920.764**

14.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de gestão	**(4.560.000)**	**(4.560.000)**
Aluguel de máquinas	(1.398.212)	(1.855.262)
Telefone	(113.481)	(91.695)
Manutenção e conservação	(12.364)	(17.351)
Viagens e hospedagem	(513.716)	(487.286)
(Provisão) Reversão p/ contingências	222.535	(1.016.547)
Outros	(477.051)	(466.578)
Total	**(6.852.289)**	**(8.494.719)**

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2024	2023
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	21.406.292	17.802.945
INSS	21.406.292	17.802.945
COFINS	8.559.534	8.559.534
COFINS	8.559.534	8.559.534
Total	**29.965.826**	**26.362.479**

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2024	2023
Aplic. finan. de liquidez imediata	57.731.356	30.799.571
Contas a receber	72.293.728	80.947.932
Total ativos financeiros	**130.025.084**	**111.747.503**
Fornecedores	42.546.856	38.507.270
Total passivos financeiros	**42.546.856**	**38.507.270**

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros
i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **iii. Riscos Operacional:** A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2024, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 001/SESAM/2019 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 30 de março de 2025. Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.

Manaus - AM, 26 de março de 2025. Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF: 595.078.610-68 // Ana Julia Azevedo Macahuachi - Contadora - CRC – AM 017456/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH.** Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, Manaus - AM. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas

Continua...

Continuação... contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Saldos de Estoques - Durante o exercício de 2024, a Administração do Hospital concluiu a migração sistêmica de controle de estoques, considerando a integração de saldos iniciais e movimentação de compras e consumo entre o período de agosto a dezembro de 2024. Em revisão aos saldos de estoque apresentados nestas demonstrações financeiras pelo montante de R$ 17.736.714 e confronto com os saldos de estoque apresentados nos controles internos e estoques do Hospital, foi apurada diferença a maior nos saldos contábeis na ordem de R$ 1.012.956, a qual não foi conciliada até a emissão de nosso relatório. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre a adequada apresentação dos estoques do Hospital em 31 de dezembro de 2024. Contas a receber parcelado junto a SES/AM Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão do Hospital no montante de R$ 66.832.199, vencidos e relativo ao período de outubro a dezembro/2024. Conforme descrito nota explicativa 19, o Ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025. Até a emissão deste relatório, o Instituto não havia recebido as parcelas do acordo previstas para Fevereiro e Março/2025. Considerando as negociações avançadas para renovação do contrato de gestão, a Administração do Hospital concluiu por não ser necessária a provisão para perdas com direitos a receber, uma vez que busca constantemente a negociação do recebimento do montante em aberto e possui expectativa da manutenção de seu contrato. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que este o montante mencionado anteriormente, possuía liquidez e fluxo de pagamentos de curto prazo para fazer frente aos recursos esperados pelo Hospital para gestão de suas operações. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa -** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SES/AM como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **• Provisões para riscos e passivos contingentes -** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases**: Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: Imobilizado de gestão Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. Transações com partes relacionadas A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2024, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis -** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2025.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 // **Heitor Piovam -** Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 218101

UPA 24hs - Campos Sales

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24H – CAMPOS SALES (CNPJ 23.453.830/0021-13)

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	Notas	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equiv. de caixa	4	393.848	1.386.874
Contas a receber	5	8.364.430	7.915.917
Estoques	6	2.196.010	1.649.568
Outros créditos		26.967	51.911
Partes relacionadas	12	1.050.967	593.742
Contratos de gestão	3m	7.915.917	23.747.751
Total do Ativo Circulante		**19.948.139**	**35.345.763**
Não Circulante			
Outros créditos		4.432	4.432
Imobilizado – Próprio	7	1.070.862	1.200.281
Total do Ativo não Circulante		**1.075.294**	**1.204.713**
Total do Ativo		**21.023.433**	**36.550.476**
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			
Circulante			
Fornecedores	8	4.193.927	3.816.963
Obrigações trabalhistas	9	3.286.777	2.171.653
Obrigaçõessociais	10	360.020	348.354
Obrigações fiscais		111.963	164.137
Outras contas a pagar	11	3.187.404	2.915.951
Partes relacionadas	12	70.000	70.000
Contratos de gestão	3m	7.915.917	23.747.751
Total do Passivo Circulante		**19.126.008**	**33.234.809**
Não Circulante			
Partes relacionadas	12	3.688.670	3.356.151
Total do Passivo não Circulante		**3.688.670**	**3.356.151**
Patrimônio Social			
Patrimônio social		(40.484)	(188.839)
Superávit (déficit) acumulado		(1.750.761)	148.355
Total do Patrimônio Social		**(1.791.245)**	**(40.484)**
Total do Passivo e Patr. Social		**21.023.433**	**36.550.476**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Notas	2024	2023
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		31.663.668	31.663.668
Serviços prestados convênios e particulares		-	-
(-) Glosas		-	-
Receita Líquida		**31.663.668**	**31.663.668**
Custos			
Serviços de terceiros		(14.217.940)	(12.632.546)
Pessoal e encargos		(10.590.898)	(9.924.333)
Materiais e medicamentos		(3.470.893)	(4.391.413)
Superávit / (Déficit)Líquido		**3.383.937**	**4.715.376**
Despesas			
Pessoal e encargos		(2.647.724)	(2.481.083)
Serviços de terceiros		-	-
Impostos, taxas e contribuições		(2.062)	(15.713)
Depreciação/amortização		(129.418)	(52.794)
Despesas gerais e administrativas	14	(2.483.476)	(2.095.611)
Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro		**(1.878.743)**	**70.175**
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(52.088)	(42.074)
Receitas financeiras		172.803	112.780
Superávit / (Déficit)Antes de Outras Despesas e Receitas		**(1.758.028)**	**140.881**
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções		7.267	7.450
Outras receitas e despesas		-	24
Superávit / (Déficit) do Exercício		**(1.750.761)**	**148.355**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 31/12/2022	**644.732**	**(2.182.804)**	**(1.538.072)**
Incorporação ao Patrimônio Social	(2.182.804)	2.182.804	-
Transferências	1.349.233	-	1.349.233
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	148.355	148.355
Saldos em 31/12/2023	**(188.839)**	**148.355**	**(40.484)**
Incorp. ao Patrim. Social	148.355	(148.355)	-
Superávit / (Déficit) do Exercício	-	(1.750.761)	(1.750.761)
Saldos em 31/12/2024	**(40.484)**	**(1.750.761)**	**(1.791.245)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

	2024	2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit /(Déficit) do Exercício	**(1.750.761)**	**148.355**
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	129.419	52.794
Transferências	-	1.349.233
Superávit /(Déficit) do Exercício Ajustado	**(1.621.342)**	**1.550.382**
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	(448.513)	-
Estoques	(546.442)	(436)
Outros Créditos	24.944	25.757
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	376.964	(1.072.342)
Obrigações Trabalhistas	1.115.124	904.587
Obrigações Sociais	11.666	143.766
Obrigações Fiscais	(52.174)	97.276
Outras Contas a Pagar	271.453	358.326
Ajustes Patrimoniais	-	-
FLUXO DE CAIXA GERADO/ (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE OPERACIONAL	**(868.320)**	**2.007.316**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-	(1.159.091)
Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-
FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO	**-**	**(1.159.091)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes Relacionadas	(124.706)	526.810
FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO) PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO	**(124.706)**	**526.810**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(993.026)**	**1.375.035**
No início do exercício	1.386.874	11.839
Nofim do exercício	393.848	1.386.874
Caixa e Equival. de Caixa no Fim do Período	**(993.026)**	**1.375.035**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais A Unidade Pronto Atendimento 24 Horas Campos Sales faz parte da rede pública do Estado do Amazonas. A unidade oferece assistência de urgência e emergência nas especialidades de cirurgia geral e clínica médica adulto/pediatria, ambulatório de especialidades, odontologia, e apoio diagnostico e terapêutico. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. A UPA está situada à Avenida Dona Otília, Tarumã, 69.021-005, Manaus - AM, **b. Contrato de Gestão:** Unidade de Pronto Atendimento 24 horas é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de abril de 2019, por meio de contrato de gestão nº 001/2019/SES-AM, vigente até 30/03/2025 conforme 13º Termo Aditivo. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual n° 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG). Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026.O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021. **c. Déficit do Exercício de 2024**: Em 2024 a UPA arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R$1.750.761no exercício.

2.APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: **a. Declaração de Conformidade:** Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. **b.Aprovação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em26 de Março de 2025. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d.Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3.RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques:** São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i.Reconhecimento e Mensuração** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Benfeitorias	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e.Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii.Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i.Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j.Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.**k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **m. Contratos de Gestão:** Em 2023, a Administração da UPA concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer

Continua...

Continuação...

o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa em espécie	35	1.862
Banco conta movimento	-	-
Aplicações finan. de liquidez imediata	393.813	1.385.012
Total	**393.848**	**1.386.874**

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. Os recursos obtidos para gestão da UPA são administrados pela mesma gestão do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, por força do mesmo contrato de gestão, portanto são transacionados entre ambas, de acordo com o fluxo financeiro estipulado para a manutenção das atividades. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

5. CONTAS A RECEBER: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/03/2025 conforme 13º Termo Aditivo.

	2024	2023
Contrato de gestão001/2019	8.364.430	7.915.917
Total Circulante	**8.364.430**	**7.915.917**

AgingList	2024	2023
De 06 a 15 dias	-	2.638.639
De 16 a 30 dias	2.313.639	-
De 31 a 60 dias	2.313.639	2.638.639
De 61 a 90 dias	2.313.639	-
De 91 a 180 dias	1.423.513	2.638.639
De 181 a 360 dias	-	-
+ de 360 dias	-	-
Total	**8.364.430**	**7.915.917**

6. ESTOQUES

	2024	2023
Drogas e medicamentos	586.127	321.457
Materiais de uso do paciente	256.082	189.286
Fios cirúrgicos	13.568	10.265
Limpeza e higienização	98.496	53.425
Materiais de laboratório	166.469	129.324
Demais materiais	186.732	181.392
	1.307.474	**885.149**
Estoques cedidos pela SES/AM (i)	888.536	764.419
Total	**2.196.010**	**1.649.568**

(i)Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO

	Aparelhos Med. e Cir.	Benfeitorias Eq.	Informática	Máquina e Equip.	Móveis e Utensílios	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2023							
Saldo inicial	4.160	-	5.079	68.798	15.947	-	93.984
Aquisições	-	-	-	22.542	44.284	1.092.265	1.159.091
Transferências	-	1.092.265	-	-	-	(1.092.265)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(569)	(36.057)	(1.173)	(10.697)	(4.298)	-	(52.794)
Saldo contábil líquido	**3.591**	**1.056.208**	**3.906**	**80.643**	**55.933**	**-**	**1.200.281**
Em 31 de dezembro de 2024							
Saldo inicial	3.591	1.056.208	3.906	80.643	55.933	-	1.200.281
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(569)	(109.227)	(1.172)	(11.838)	(6.613)	-	(129.419)
Saldo contábil líquido	**3.022**	**946.981**	**2.734**	**68.805**	**49.320**	**-**	**1.070.862**

8. FORNECEDORES

	2024	2023
Materiais e medicamentos	343.449	280.049
Serviços	735.832	584.251
Serviços médicos	2.906.484	2.857.593
Diversos	208.162	95.070
Total	**4.193.927**	**3.816.963**

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Ordenados e salários a pagar	768.302	379.710
Provisão férias	974.293	776.322
Provisões FGTS s/férias	77.720	61.910
Outras provisões	1.466.462	953.711
Total	**3.286.777**	**2.171.653**

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
INSS a recolher	98.339	110.283
FGTS a recolher	114.778	109.555
IRRF s/ folha a recolher	125.376	109.209
Contr. sindical	979	48
Outros a pagar	20.548	19.259
Total	**360.020**	**348.354**

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Empréstimo consignado à funcionários	35.510	28.535
Verba piso salarial da enfermagem (i)	94.468	84.175
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	3.057.426	2.803.241
Total	**3.187.404**	**2.915.951**

(i)No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.(ii)Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, sendo classificados em passivo circulante, em virtude da expectativa da Administração de que seja realizado durante o exercício de 2025.

12. PARTES RELACIONADAS

	2024	2023
Ativo		
HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ	1.050.967	593.742
Total Circulante	**1.050.967**	**593.742**
Passivo		
SEDE ADMINISTRATIVA	70.000	70.000
Total Circulante	**70.000**	**70.000**
HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ	3.688.6703.356.151	
Total Não Circulante	**3.688.6703.356.151**	

O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R$ 70.000 (R$ 70.000 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

13.PROVISÃO PARA CONTIGÊNCIAS E DEPÓSITO JUDICIAL: A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração julga não ser necessário a provisão para demandas judiciais. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2024	2023
Trabalhista	134.963	134.963
Total	**134.963**	**134.963**

14.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de gestão	(840.000)	(839.723)
Energia elétrica	(348.434)	(346.463)
Aluguel de máquinas	(1.077.641)	(780.814)
Manutenção e conservação	(147.578)	(29.813)
Água e esgoto	(3.435)	(3.381)
Outros	(66.388)	(95.417)
Total	**(2.483.476)**	**(2.095.611)**

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2024	2023
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	2.536.054	2.009.839
INSS	2.536.054	2.009.839
COFINS	949.910	949.910
COFINS	**949.910**	**949.910**
Total	**3.485.964**	**2.959.749**

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2024	2023
Aplicações financ. de liquidez imediata	393.813	1.385.012
Contas a receber	8.364.430	7.915.917
Total ativos financeiros	**8.758.243**	**9.300.929**
Fornecedores	4.193.927	3.816.963
Total passivos financeiros	**4.193.927**	**3.816.963**

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros

i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito**: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 001/SESAM/2019 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 30 de março de 2025. Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.

Manaus - AM, 26 de Março de 2025

Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF: 595.078.610-68 // **Ana Julia Azevedo Macahuachi -** Contador - CRC – AM 017456/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do **Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH.** Unidade de Pronto Atendimento – Campos Sales. Manaus - AM

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico "Base para opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento 24h – Campos Sales, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Saldos de Estoques: Durante o exercício de 2024, a Administração da UPA concluiu a migração sistêmica de controle de estoques, considerando a integração de saldos iniciais e movimentação de compras e consumo entre o período de agosto a dezembro de 2024. Em revisão aos saldos de estoque apresentados nestas demonstrações financeiras pelo montante de R$ 2.196.010 e confronto com os saldos de estoque apresentados nos controles internos e estoques da UPA, foi apurada diferença a maior nos saldos contábeis na ordem de R$ 408.919, a qual não foi conciliada até a emissão de nosso relatório. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre a adequada apresentação dos estoques da UPA em 31 de dezembro de 2024. Contas a receber parcelado junto a SES/AM: Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão da UPA, no montante de R$ 7.594.284, vencidos e relativo ao período de outubro a dezembro/2024. Conforme descrito nota explicativa 19, o Ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025. Até a emissão deste relatório, o Instituto não havia recebido as parcelas do acordo previstas para Fevereiro e Março/2025. Considerando as negociações avançadas para renovação do contrato de gestão, a Administração da UPA concluiu por não ser necessária a provisão para perdas com direitos a receber, uma vez que busca constantemente a negociação do recebimento do montante em aberto e possui expectativa da manutenção de seu contrato. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que este o montante mencionado anteriormente, possuía liquidez e fluxo de pagamentos de curto prazo para fazer frente aos recursos esperados pela UPA para gestão de suas operações.

Continua...

Continuação... Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assuntos: Transações com partes relacionadas: A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. Outros **assuntos**: Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior: Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2024, sem modificações. Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

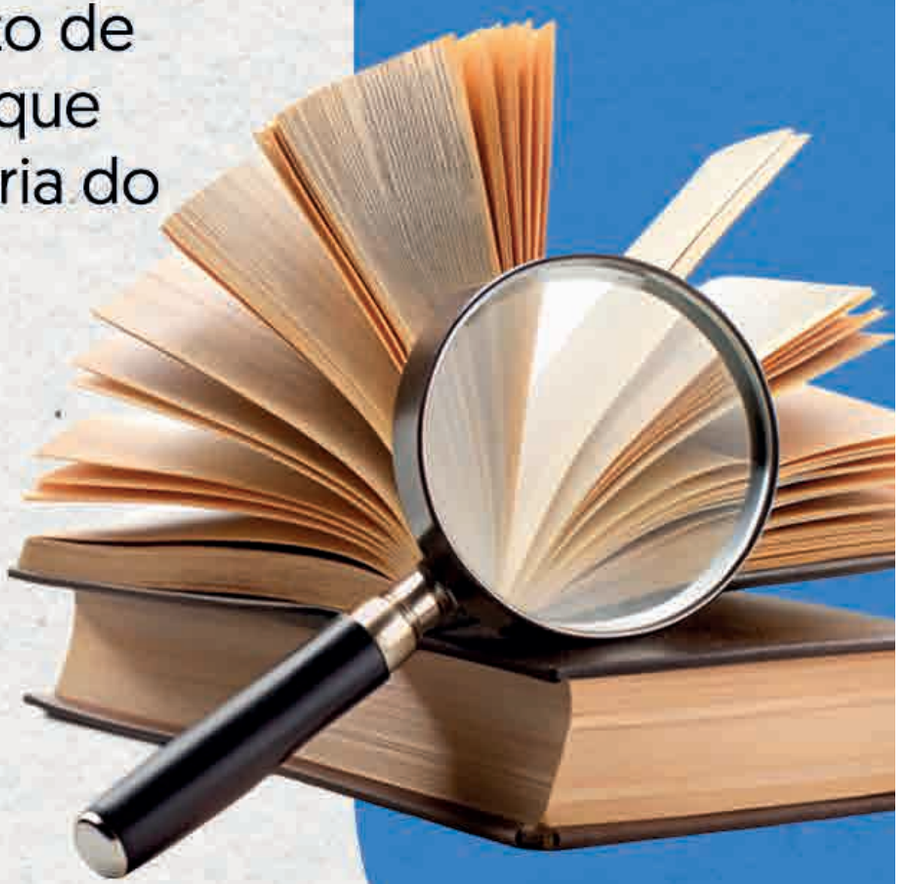
São Paulo, 28 de março de 2025. PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 // Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Protocolo 218102



Conheça o Centro de Documentação e Memória da Imprensa Oficial.

Um espaço repleto de história e cultura, que preserva a memória do nosso estado.



imprensa oficial
GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO